

ISSN: 1413-6457

V JORNADA NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

05 de novembro de 2010

http://www.filologia.org.br/v_jnlflp



ATAS DA V JNLFLP

(Suplemento da *Revista Philologus*, ano XIII, nº 49)

Rio de Janeiro, 2011

CIFEFL

Suplemento da *Revista Philologus*, Ano 17, Nº 49, 2011

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieira de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretora da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretora da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Maria Cristina Cardoso Ribas

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Boulevard 28 de Setembro, 397/603 – Vila Isabel – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDA SECRETÁRIA

Maria Lúcia Mexias Simon

DIRETOR CULTURAL

Marilene Meira da Costa

VICE-DIRETORA CULTURAL

Adriano de Sousa Dias

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Elias Lima Freitas

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Eduardo Tuffani Monteiro

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Jônia Maria Souza Silva

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coelho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

José Mário Botelho

**V JORNADA NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOGIA
DA LÍNGUA PORTUGUESA
05 de novembro de 2010**

COORDENAÇÃO

José Pereira da Silva

Cristina Alves de Brito

Marilene Meira da Costa

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

José Mário Botelho

Ilma Nogueira Motta

Maria Lúcia Mexias Simon

Antônio Elias Lima Freitas

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

Ilma Nogueira Motta

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0- Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	06
1- A contribuição da Língua Francesa para a Língua Portuguesa - <i>Júlia Simone Ferreira</i>	7
2- A influência da escolha do mídiu para a criação de novos gêneros textuais, segundo a visão de Sominique Maingueneau – <i>Roberta Kerr dos Santos</i>	12
3- A língua japonesa nos textos jornalísticos: oriente x ocidente – <i>Raphael dos Santos Miguez Perez</i>	18
4- Análise dos conflitos existenciais na personagem Flor-de-Lis: na obra ‘ <i>Os Colegas</i> ’, de Lygia Bonjunga (2002) – <i>Maria Aparecida Soares de Souza e Henrique Silvestre Soares</i>	32
5- Arcaísmos no vale do Juruá – <i>Milton Chamarelli Filho e Jacqueline de Freitas Maciel</i>	41
6- As abreviaturas do <i>Tratado da Cozinha Portuguesa</i> – códice I-E 33 – <i>Antonieta Buriti de Souza Hosokawa</i>	48
7- Breve glossário do <i>personal trainer</i> – <i>Adriana Alves de Lima e Antonieta Buriti de Souza Hosokawa</i>	78
8- Bundinzando as palavras portuguesas: lenço e rilenzo, lenços e malénzo, um breve olhar sobre a acomodação da prefixação banto em Cannecattim (1805) – <i>Selmo Azevedo Apontes</i>	84
9- Calundu: calo duo? Etimologias apressadas ou preconceito – <i>Selmo Azevedo Apontes</i>	98
10- Diversidade linguística e cultural moçambicana – <i>Daniele de França Nolasco, Sueli Pereira Martins e Antonieta Buriti de Souza Hosokawa</i>	113
11- Gerativismo: algumas considerações – <i>Odineide Farias de Oliveira, Priscila de Araújo Pinheiro e Valério Oliveira da Silva</i>	124
12- Os salões e a vida social na literatura de José de Alencar – <i>Ana Clara da Silva Campelo</i>	130
13- Uma abordagem discursiva em torno do tema traços concordantes no uso do pronome “a gente” – <i>José Roberto Pinto</i>	138

APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este suplemento do número 49 da *Revista Philologus*, com as Atas da V Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, realizada no dia 05 de novembro de 2010, contendo treze textos completos que foram entregues até janeiro de 2011, em condições de serem publicados..

Este volume será publicado como parte do *Almanaque CiFEFiL* 2011 e disponibilizado em http://www.filologia.org.br/v_jnlflp/atas, com a indexação como periódico, já que sairá como suplemento da *Revista Philologus*, cujo ISSN é 1413-6457. O *Almanaque CiFEFiL* é um periódico anual, cujo ISSN é 1676-3262.

Apesar de já termos estendido o prazo para entrega dos trabalhos completos, quem os entregar até o início de fevereiro ainda terá possibilidade de tê-los publicados.

Muito obrigado aos autores por sua participação e sejam bem-vindos na VI Jornada, que ocorrerá no dia 5 de novembro de 2011.

Rio de Janeiro, 26 janeiro de 2011.

José Pereira da Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DA LÍNGUA FRANCESA
PARA A LÍNGUA PORTUGUESA**

Júlia Simone Ferreira
juliasimonef@yahoo.fr

1. Introdução

Em 2005 comemorou-se o Ano do Brasil na França. E em 2009, foi a vez do Brasil homenagear e prestigiar o Ano da França em nosso país. Durante todo o ano de 2009, o Brasil tornou-se um palco de atividades buscando homenagear aquele país, seja no campo da cultura, da economia, da ciência ou da comunicação. Dentre as mais diversas ações e atrações, a linguagem ocupou espaço privilegiado. Assim, um dos temas comemorativos de 2009 foi: *O Francês no Brasil em todos os sentidos*. A presença da palavra “sentido” nos levou a indagar se nosso país já sofreu influência vinda da França e em que momento encontramos tais vestígios em nossa cultura.

2. A influência da França no Brasil

Sabe-se que a França teve papel importante na formação da identidade brasileira. Identidade que se retrata, nos diversos campos: político, econômico, social e cultural. Em cada período de nossa história, encontramos a presença da cultura francesa. Entre inúmeros acontecimentos, podemos citar a Expedição França-Antártica, chefiada por Villegagnon que se instalou na cidade do Rio de Janeiro em 1555. No campo político, por exemplo, a França era portadora dos ideais de direitos humanos e revolucionários, essa influência da Revolução Francesa teve papel significativo na formação de nossa história. Um dos maiores exemplos dessa influência foi a Inconfidência Mineira em que os revoltosos, seguindo os ideais do Iluminismo Francês no século XVIII, tiveram como objetivo transformar Minas Gerais em uma República.

No campo social e cultural, destacamos a presença marcante da *Belle Époque* no Brasil, durante o século XIX e meados do século XX. A *Belle Époque* foi um período na história da França que teve início por volta de 1880 até 1914, que influenciou todos os países da Europa e do mundo. Ela foi considerada uma era de ouro sob o aspecto de vida cultural e econômica. Na esfera econômica, novas transformações e invenções

marcaram a época, como: o telefone, o cinema, a eletricidade, o automóvel, o avião, entre outros, tornavam, assim, a vida mais fácil de viver no dia a dia.

Na *Belle Époque*, as luzes de Paris brilhavam e refletiam a cena cultural em efervescência: cabarés “de la Pigalle”, “o cancan” e os famosos salões do “Moulin Rouge”. Além de seus cafés-concertos, balés, operetas, livrarias, teatros, boulevards e a alta costura. Paris era considerada o centro produtor e exportador da cultura mundial. No Brasil, a cultura da boêmia incarnada na *Belle Époque*, influenciou nossos intelectuais brasileiros, leitores ávidos de Baudelaire, Verlaine; Rimbaud, Zola, Flaubert e Balzac.

Ir a Paris ao menos uma vez por ano, segundo Maria Cecília Zanon (2005, p. 2)

era praticamente uma obrigação entre as elites, pois garantia seu vínculo com a atualidade do mundo, para ela, na *Belle Époque*, o gosto do leitor era francófilo, a educação da elite era literária e francesa e ainda que, em 1900, a elite já incorporava ao cotidiano o uso do francês e a familiaridade com a cultura francesa [...], vários literatos escreviam e alguns até pensavam naquela língua.

Outra prova do fascínio que a França exercia sobre o Brasil foi a publicação da revista *Fon-Fon*, entre 1907 a 1958. A revista *Fon-Fon* era o periódico que circulou na primeira metade do século XX, essa revista é um importante documento que registrou a vida sócio-cultural do Brasil, durante a *Belle Époque*. Nessa época, era o Rio de Janeiro que ditava a moda no país. E na cidade de São Paulo, segundo Cricia Giamatei (2004, p. 20) “os vestidos eram “art déco”, os móveis remetiam ao estilo Luís XV, a arquitetura de largas avenidas imitava os boulevards de Paris, os livros eram simbolistas. A língua *chic* e culta em São Paulo era, claro, o francês, símbolo de cultura”. E a revista *Fon Fon* trazia as novidades de Paris, considerada o maior centro de elegância do mundo, e com elas os estrangeirismos franceses.

3. O significado das palavras francesas

Muitas expressões francesas se enraizaram em nossa cultura, tornaram-se tão comuns no uso popular que não nos damos conta. A título de exemplo, a palavra “quadrilha”, dança trazida pela corte francesa conhecida em sua origem como: *quadrille*. Hoje, em nosso país, é uma dança típica em festas juninas, continua a usar suas expressões como: *balancer* (balancê), *en avant* (anavant), *retourner* (retournê), *tour* (tur). Po-

demos citar, ainda, os movimentos ou passos do balé que são de formação francesa, cujas expressões permanecem intactas em nossa cultura, tais como: *pas de deux* (dança à dois), *pas de valse* (passo de valsa) e o *plié* (dobra de joelhos) etc.

Nem todo galicismo ou francesismo que se emprega no Brasil segue à risca o sentido empregado na França. Nesse sentido, a palavra *chichi* em francês significa “frescura”. Se quisermos traduzir a palavra “xixi” do português para o francês, devemos dizer então *pipi* que significa “urina”. A palavra *baffe* que significa “bofetada” em francês, foi interpretada como “bafo” para o português. Neste caso, a utilização de *faux amis* ou falsos cognatos acontece quando a grafia é parecida com o português, mas o significado é completamente diferente.

A professora Rosa Passos Bottosso da Aliança Francesa de São Paulo ressalta justamente que “a palavra *marchand* tem na língua francesa um sentido abrangente de ‘comerciante’, mas para nós foi adotada para designar apenas o comerciante de obras de arte”. Ela destaca que a palavra ‘chofer’ deriva de *chauffeur*, que por sua vez, vem do verbo *chauffer* (aquecer): aquele que aquece o motor do carro. Ela conclui que no início, “o motorista era quem movia a manivela que dava a partida do carro”, (BOTTOSSO, junho, 2009, p. 49) foi por esse motivo que ficou conhecido como *chauffer*.

Rosa Passos Bottosso observa, ainda, que as palavras que herdamos do francês são carregadas de história, a título de exemplo a palavra *grève*. *Grève* significa “margens de rio” ou “beira-rio”. Que ligação existe então entre o que entendemos hoje pela palavra greve? ou seja, interrupção voluntária e coletiva da atividade de trabalho, utilizada pelos trabalhadores e desempregados para conseguir melhorias nas condições de emprego? Sabemos que, junto ao rio Sena, rio que travessa Paris, situa-se uma praça que tem atualmente o nome de *Place de l’Hôtel de Ville*, mas em 1260 e 1806, era conhecida por *Place de Grève*. No romance histórico *Notre-Dame de Paris*, o escritor romântico Victor Hugo descreve em seu livro as manifestações e as execuções que ocorriam na *Place de Grève*. No século XIX, esta praça era o ponto de encontro dos operários sem trabalho. Era lá também que se dirigiam os operários para negociar às condições de contrato. A expressão *faire grève* significava então: “agrupar na praça os que não têm trabalho”. Hoje em dia deu o sentido atual de “paralisação”, em que lutamos por um objetivo comum: questão salarial e condição de trabalho.

Suplemento da *Revista Philologus*, Ano 17, Nº 49, 2011

Vejamos algumas palavras que importamos do francês, de acordo com o estudo da professora Rosa Passos Bottosso, da Aliança Francesa de São Paulo:

O francês que importamos	
Galicismos que ganharam versão em português	
ÁREA	VOCABULÁRIO FRANCÊS
Arte e decoração	Avant-première, apothéose, ballet, crépon, crochet, composé, croquis, corbeille, doublé, guirlande, hors-concours, marchand, marionnette, matinée, maquette, mise-en-scène, passe-partout, papier mâché, reprise, tournée, tricot, troupe, vernissage, vernis.
Cores	Bordeaux, beige, carmin, changeant, dégradé, fumé, lilas, marron, ton sur ton.
Esporte	Guidon, grand-prix, pivot, raquette.
Gastro-nomia	À la carte, buffet, baguette, bonbonnière, canapé, croissant, croquette, champignon, champagne, chantilly, couvert, crêpe, chinês, escargot, filet, fougère, glacé, guéridon, garçon, mignon, mousse, menu, maître, omelette, purée, petit gâteau, pâté, rôtisserie, réchaud, rosé, sauté, soufflé.
Locais, móveis e objetos	Atelier, abat-jour, bouquet, bibelot, boîte, bidet, chaise, canapé, carnet, chalet, chaise longue, divan, cache-pot, crèche, guichet, garage, pince-nez, souvenir, toilette.
Moda e vestuário	Bustier, boutique, cache-col, chanel, chic, escarpin, écharpe, évasé, godet, jabot, lingerie, maillot, maquillage, mousseline, nécessaire, organdi, peignoir, pochette, prêt-à-porter, plissé, rouge, robe, soutien, tailleur, taffetas.
Transporte	Bateau-mouche, chauffeur, charrette, châssis, coupé, métro.

Finalmente, a França sempre exerceu um grande fascínio no Brasil e exerce até hoje, mas nunca como na *Belle Époque* em que a influência linguística francesa deixou marcas em nossa cultura, como vimos nos exemplos acima. Na época, a revista *Fon Fon* ditava a moda nas grandes capitais brasileiras. E era ela que importava as novidades de Paris, bem como os estrangeirismos em nosso país. É preciso ressaltar que atualmente as palavras se adaptaram e se ajustaram ortograficamente ao português, criando assim, segundo Rosa Passos Bottosso, um “gostinho especial de aclimação” no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ZANON, Maria Cecília. *Fon Fon, un registro da vida mundana no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Assis: UNESP, CEDAP, v. 1, n° 2, 2005.

GIAMATEI, Cricia. *Luzes refletidas entre Paris e São Paulo*. São Paulo: Jornal da USP, edição 675, de 16 a 22 de abril de 2004.

BOTTOSSO, Rosa Passos. Nem sempre nossos empréstimos linguísticos da França seguiram à risca o sentido adotado no original. *Revista de Língua Portuguesa*, n° 44, Ano 3, junho de 2009.

FALEIROS, Álvaro e PEETERS, Benoît. *O francês no Brasil em todos os sentidos*. São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

**A INFLUÊNCIA DA ESCOLHA DO MÍDIUM
PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS GÊNEROS TEXTUAIS,
SEGUNDO A VISÃO DE DOMINIQUE MAINGUENEAU**

Roberta Kerr dos Santos (UERJ)
roberta_kerr@hotmail.com

1. Introdução

Esta leitura comentada objetiva apresentar a visão de uma das maiores autoridades mundiais no âmbito da linguística da enunciação e da análise do discurso: Dominique Maingueneau, em seu livro *Análise de Textos de Comunicação*, especificamente do capítulo “Mídiun e Discurso”.

Trata de assuntos importantes que impactam de forma significativa a definição do gênero textual. Lembrando que “Já se tornou trivial a ideia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social”, segundo conceituação do linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi (2007). E, através da evolução desta sociedade, é importante perceber os possíveis impactos gerados pela escolha da manifestação material e seu entendimento pragmático, de acordo com o contexto do discurso.

A partir da apreensão das proposições e pontos de vista do autor, enumeradas através de exemplos práticos e úteis para os devidos esclarecimentos do conteúdo estudado, serão citadas as ideias fundamentais presentes na obra, entre outros comentários pertinentes para a assimilação deste tema indispensável para a área de Letras e para o ensino da língua portuguesa em sala de aula.

2. Mídiun e discurso

Segundo Maingueneau, que assim afirma de forma incisiva, o suporte material não é acessório. Esclarecendo o conceito de mídiun, trata-se do modo de manifestação material do enunciado, a escolha do suporte e seu modo de difusão, seja ele emitido através da oralidade, texto em jornal ou através de uma página na internet.

Afirma o autor sobre a escolha do mídiun, que “ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fa-

zer”, do qual inferimos que a completude do sentido do enunciado também perpassa pelo material que o enunciador escolhe e utiliza para se expressar. O suporte não é somente um “meio” pelo qual o discurso é emitido, afinal, o discurso será por ele influenciado e modificado. Desta forma, citamos mais uma frase de Maingueneau que ratifica essa ideia: “O modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso”.

É importante contextualizar a evolução que o mídiu atravessa na medida em que a nossa sociedade se modifica e as tecnologias materiais de modernizam. Esse dispositivo comunicacional possibilita novas opções e abrangências na comunicação em qualquer âmbito. O exemplo utilizado pelo autor compara duas situações de uso em épocas históricas distintas, nas quais percebemos a existência de um novo gênero propiciado também pelas novas condições tecnológicas.

Consideremos o caso de uma reunião eleitoral na França do século XIX. Ela se realiza num salão de festas, na sala reservada de um café ou na praça de um vilarejo. Os participantes saíram de casa para ouvir o candidato com quem possuem algo em comum: ele é da mesma cidade ou da mesma região, ou então, situa-se ideologicamente próximo deles. Esse candidato é um orador que deve falar em voz alta, pois não há microfone; em tal condição, não se cogita em sussurrar ou em desenvolver argumentos complicados: o importante é unificar imaginariamente um grupo reunido intencionalmente.

Algumas décadas mais tarde, um político que faz sua campanha pela rádio poderá falar com voz suave, amigável, dirigir-se individualmente a cada ouvinte. O mídiu radiofônico permite à fala introduzir-se na casa de qualquer pessoa, surpreendendo-a em sua intimidade familiar. O locutor não pode mais contar com a cumplicidade do auditório, visto que será ouvido por todos – amigos, inimigos ou indiferentes – e que seus ouvintes não precisaram se deslocar para ouvi-lo. O público não é mais constituído por uma comunidade de ouvintes voluntários que se apresentam como um grupo frente a um orador, mas por ouvintes dispersos e sem rosto, em relação aos quais já não é possível apresentar-se como “orador”.

Em resumo, a partir de épocas e possibilidades comunicacionais propiciadas pela evolução tecnológica – na primeira campanha não há microfone e já na segunda o político utiliza o rádio –, os gêneros discursivos são nitidamente diferenciados pelo: tom de voz (falar alto X sussurrar), conhecimento do coenunciador (está presente e possuem a mesma ideologia X está ausente e pode ser qualquer pessoa), intimidade estabelecida (fala para o grupo com o qual possui algo em comum X fala individualmente a cada ouvinte, de forma familiar), argumentação (argumentos mais simples X argumentos mais elaborados) etc.

Apesar de possuírem o mesmo fim – campanha política –, são realizados através de gêneros que se modificaram através dos tempos. Citando Maingueneau: “Não que os antigos gêneros de discurso desapareceram, mas são marginalizados”.

O autor também cita a dicotomia mais antiga entre as categorias midiológicas: o texto oral (transmitido através de ondas sonoras) e o texto escrito (signos inscritos em um suporte sólido), lembrando que nela permanecem paradigmas que precisam ser desconstruídos. Como primeiro tópico relativo a esta questão, citamos o senso comum: “as palavras voam, os escritos permanecem”. Esta consideração é um equívoco, visto que, a determinação de que um enunciado é estável ou instável está na verdade relacionada à sua inscrição em formas que garantam a sua preservação:

Existem gêneros de discursos orais (máximas, ditados, aforismos, lemas, canções, fórmulas religiosas etc.) nos quais os enunciados, embora orais, cristalizaram-se por se destinarem a ser indefinidamente repetidos. Em sociedades tradicionais existia mesmo toda uma literatura oral de grande estabilidade.

A publicidade também possui papel fundamental na veiculação de *slogans* e criação de *jingles* que permanecem na memória coletiva, fixada pela repetição constante, além de um trabalho apurado na elaboração através de coerções poéticas. São inúmeros os exemplos, como “Coca-cola é isso aí”, “Melhoral, Melhoral, é melhor e não faz mal”. Neste último, por exemplo, através de pesquisa realizada na internet, não há nenhum registro de propaganda textual desta frase, ou seja, se ela permanece na lembrança das pessoas ainda atualmente, é porque se deu de forma impressionantemente marcante através da memorização de uma mídia exclusivamente oral. Conclui-se que as palavras podem sim permanecer.

Outro ponto que corrobora com a estabilidade da oralidade está relacionado à possibilidade da gravação. Gravação, portanto, de certa forma, sinônimo de escritura. Uma situação de uso que exemplifica bem essa questão está na veiculação através da mídia televisiva para um grande número de pessoas, em qualquer contexto, tudo o que for enunciado precisará ser elaborado com cautela, já que existe um necessário e involuntário comprometimento com os telespectadores a respeito de tudo o que se torna público, ou seja, ao que se diz. Trata-se de um registro, que poderá ser reproduzido ou utilizado posteriormente também para fins de argumentação – a favor ou contra – ao que foi emitido.

Tratemos da interferência ao gênero pela presença do coenunciador. Para os enunciados dirigidos a um público presente no mesmo ambi-

ente, define-se enunciado dependente. Para o enunciado diferido – ou independente –, concebe-se que o enunciador está em outro ambiente.

Caracteriza-se o enunciado dependente do ambiente a partir de características comumente presenciadas em textos deste cunho, sendo elas: indicadores não verbais acompanhando a fala; elipses quando um objeto está presente no ambiente; inúmeros embreantes; modalizações, fórmulas fáticas; construções deslocadas; sintaxe com subordinação; justaposição sem conjunções. Na caracterização dos enunciados independentes temos basicamente textos autossuficientes, com referências intratextuais.

Essa conceituação é importante para sabermos como os gêneros podem ser trabalhados. Da mesma forma que rompemos os pressupostos dos textos orais e escritos, também perceberemos que podemos utilizar certas características dentro do contexto oposto, a citar: enunciado escrito de estilo falado e enunciado oral de estilo escrito.

O exemplo apresentado por Maingueneau:

Que reunião! Esses cafés da manhã de negócios, todos aqueles croissants, aqueles pãozinhos, era tanta tentação que não pude resistir... Mas eu vou dar um jeito nisso. Ao meio-dia, vou reagir. Um encontro com a boa forma: somente WEEK-END e eu. Práticos, esses saquinhos que a gente carrega aonde vai. Sabor de baunilha ou de legumes, meus quilinhos a mais vão logo desaparecer. Os intervalos para a boa forma WEEK-END e seus cardápios equilibrados, isso conta muito na agenda de uma gulosa.

Aparentemente como uma declaração verbal, de cunho pessoal mais intimista, com características do enunciado dependente do ambiente, identificado através do uso de demonstrativos e construções deslocadas à esquerda (“esses cafés da manhã... era tanta tentação”), surpreende por tratar-se de um texto escrito, ou seja, um enunciado diferido, porém elaborado na publicidade impressa com o objetivo de alcançar familiaridade com o coenunciador, como se ele estivesse ali mesmo presente. Para atingir este objetivo, lança mão de usos não esperados no gênero deste tipo de propaganda de forma criativa e eficaz.

Para exemplificar a situação oposta, de um enunciado oral com estilo escrito, o autor cita a comunicação científica, oral, na qual o coenunciador não é considerado apesar de presenciar a enunciação. É uma fala elaborada, refletida e que não intui respostas do auditório. Com base nestas características, assemelha-se a um texto escrito, que se basta por si só, independente do ambiente onde se concretiza.

Além da dualidade escrito X oral, o autor inclui a importância de conhecermos melhor as especificidades do texto impresso. Segundo os pontos mais relevantes citados por Maingueneau, no texto oral: o discurso reage imediatamente à interferência do coenunciador e este toma conhecimento do texto aos poucos. Já o texto escrito: não é uma mera representação do oral, pode circular longe de sua origem, deve ser estruturado para tornar-se compreensível, o coenunciador faz uma leitura pessoal (passível de análises) e pode ser reproduzido, estocado, classificado. Por último, o texto impresso: acentua os efeitos da escritura, propicia maior autonomia aos leitores, é um objeto inalterado e fechado e abstrai o texto da comunicação direta, de pessoa a pessoa.

Mais um item apresentado na obra nos traz revelações sobre a espacialidade do texto, ou seja, a possibilidade do texto explorar a ideia de difundir sentido ao ocupar um “certo espaço material”. Segundo palavras emitidas pelo autor: “A espacialidade do escrito e do impresso permite também que lhes associemos¹⁶ elementos *icônicos* variados (esquemas, desenhos, gravuras, fotos etc.) e um *paratexto*”. Por “paratexto” podemos definir como sendo os enunciados contíguos ao texto propriamente dito, presentes em prefácios, capa, contracapa, títulos, rodapé etc. Afinal, “todo texto constitui em si mesmo uma imagem, uma superfície exposta ao olhar”.

Para finalizar esta exposição, o último item tratado neste capítulo envolve os “dispositivos comunicacionais novos”, numa visão vanguardista, já que reflete as novas possibilidades oriundas da evolução da sociedade e dos meios tecnológicos. Enumerando vários deles, citados por Maingueneau: novas formas de oralidade, contato virtual entre enunciadador e coenunciador, número ilimitado de destinatários, caráter estático ou não (mobilidade), possibilidade de interromper o coenunciador, terceiro invisível, leitura consumível através de gravação, enunciados orais via máquinas e hipertexto.

3. Conclusão

Após a apreensão dos pareceres de Dominique acerca da influência do suporte material para a definição dos gêneros textuais, podemos concluir sobre a sua importância, principalmente no que concerne às novas linguagens advindas dos modernos recursos tecnológicos. Quebrar paradigmas como a dualidade entre texto oral e escrito, assim como perceber as diferentes propostas dos gêneros em relação à presença do coe-

nunciador nas práticas sociais é imprescindível para melhor entendimento do estudo proposto, que é de grande interesse para o aprendizado e aprimoramento dos usos linguísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

**A LÍNGUA JAPONESA NOS TEXTOS JORNALÍSTICOS:
ORIENTE X OCIDENTE**

Raphael dos Santos Miguelez Perez (UERJ)
raphael.kaworu@gmail.com

1. Introdução

A língua japonesa possui características bastante singulares em sua escrita que a difere bastante das línguas baseadas em alfabetos. Tal peculiaridade, naturalmente, se faz presente também nos os jornais japoneses.

O japonês é grafado por meio de três sistemas de escrita: *hiragana*, *katakana* e *kanji*. Os dois primeiros são fonogramas (diferentes do alfabeto romano, não são baseados em letras, mas em sílabas) e o último é composto por ideogramas, de origem chinesa. Uma breve explicação a respeito do uso desses três sistemas de escrita se faz necessária.

O *kanji* foi o primeiro sistema de escrita que os japoneses utilizaram. Surgiram por volta de 2.500 a. C., na China, quando eram apenas pictogramas, evoluindo, no período entre os séculos III a. C. e III d. C., para os ideogramas utilizados hoje em dia, cada um possuindo um significado. Os japoneses tomaram emprestados da China esses ideogramas e passaram a lê-los como se pronunciava as palavras já existentes na língua japonesa, o que resultou em diversas leituras para um mesmo ideograma. Hoje são utilizados para grafar grande parte dos substantivos, os radicais de verbos e adjetivos e alguns advérbios. Usa-se no Japão, atualmente, mais de 2000 ideogramas. (Centro de Estudos Japoneses, 1989, p. 15 e 16)

A partir da escrita chinesa desenvolveram-se outros dois sistemas de escrita: o *hiragana* foi inicialmente utilizado pelas mulheres da nobreza, por volta dos séculos VIII e IX, escritos como formas simplificadas dos complexos ideogramas (as mulheres não tinham acesso às letras nesse período); o *katakana* surgiu como uma abreviação do *kanji*, utilizado inicialmente pelos monges, quando realizavam notações dos sutras escritos em chinês, por volta do século V. Na época não havia uma padronização das funções de cada forma de escrita. Isso só se deu a partir de 1900. Atualmente, os dois sistemas fonográficos são compostos por 46 fonogramas cada. O *hiragana* é utilizado para grafar elementos gramaticais (partículas, sufixos flexionáveis etc.) e o *katakana*, para grafar pala-

bras de origem estrangeira e onomatopeias, ou mesmo para dar ênfase a alguma palavra. (Centro de Estudos Japoneses, 1989, p. 17-19)

Além dos sistemas principais citados acima, também é usado o alfabeto romano no Japão, chamado de *roomaji*, geralmente para facilitar para os estrangeiros o entendimento de nomes de cidades, estações de trem etc. Algumas letras, no entanto, costumam aparecer em forma de siglas nos jornais nipônicos. Tendo em vista essa mistura de formas variadas de representação escrita, é de se esperar que a língua japonesa apresente diferenças significativas em relação às línguas ocidentais que usam alfabetos.

Este trabalho pretende, assim, apresentar e analisar as principais características da língua japonesa escrita nas manchetes de jornais, corpus deste trabalho. Para buscar essas manchetes, utilizei os sites oficiais dos jornais NHK e Asahi, dois dos mais difundidos no Japão. Como este trabalho, no entanto, é um apanhado da pesquisa realizada há um ano por mim como monografia de conclusão de curso de graduação, as manchetes de jornais aqui utilizadas não são exatamente recentes, mas são perfeitamente aplicáveis ao que o trabalho se propõe.

Pretendemos, portanto, apresentar propriedades dos jornais nipônicos e realçar a economia linguística presente neles devido à necessidade de se transmitir muito através de poucas palavras. Analisaremos também os constantes estrangeirismos, amplamente usados no japonês dos dias atuais, não apenas nos jornais. Assim, não discutirei aqui as implicações geradas pela economia linguística e pelos estrangeirismos nem as vantagens e desvantagens dessa evolução da língua japonesa. Trata-se, apenas, de um trabalho descritivo.

2. Fundamentação teórica

Japanese newspapers use certain sentence forms, phrases, and words which are not common to other writing. (MAKINO; TSUTSUI, 2003, p. 41)

A linguagem jornalística possui características próprias. Seja em que idioma for, essa linguagem está diretamente relacionada à questão do pouco espaço e do alto custo de um anúncio, resultando no que chamamos de economia linguística. Não apenas por razões econômicas, as manchetes de jornais também são estruturadas de forma a causar impacto. Pode-se dizer, então, que essas propriedades da linguagem jornalística

é comum a várias línguas, se não todas, variando de acordo com o sistema de escrita empregado em cada uma.

Na língua japonesa, o uso dos ideogramas evidencia a economia linguística, uma vez que cada ideograma possui um significado, o que permite uma fragmentação frasal maior, buscando suporte para entendimento no raciocínio lógico do leitor. A estruturação da frase contida nos jornais nipônicos, portanto, é bastante peculiar dessa língua, apresentando diferenças notáveis em relação a línguas que utilizam alfabeto romano, como o português, por exemplo.

“Newspaper information tends to be fragmentary and have logical gaps (...)”. (Kit Teaching Materials Development Group, 2001, p. ii)

Para melhor entendimento do princípio da economia linguística presente nos jornais, faz-se necessário uma explicação acerca do assunto, analisando o fenômeno na língua japonesa de modo geral.

Fumio Tamamura, em seu texto *Ryakugo / Ryakkihou* (TAMAMURA, 1988, p. 539), explica que o objetivo de se encurtar a linguagem se dá tanto por conveniência fonética quanto por uso proposital em meios sociais específicos. Ele exemplifica isso com algumas palavras como *musho*, abreviação de *keimusho* (prisão), termo usado informalmente por aqueles que estão relacionados a esse espaço social específico. Quanto às palavras comuns entre os estudantes, o autor cita *bashuu*, abreviação de *basuketto shuuzu* (*basket shoes* – tênis de basquete). Tamamura afirma, então, que o uso de abreviações pode se dar por diversos motivos, entre eles criar intimidade, ser interessante ou mesmo para não se fazer entender propositalmente.

O teórico classifica esses termos abreviados em três grupos: *tan-shiki* (simples), *fukushiki* (composto) e uma terceira categoria que engloba o restante.

Os termos pertencentes ao grupo simples são aqueles cuja abreviação se dá ao retirar uma parte da palavra ou de um termo. Ex.: *baito* (proveniente de *arubaito*, que significa trabalho temporário); *koukou* (proveniente de *koutou gakkou*, que significa ensino médio); *depaato* (proveniente de *depaatamento sutoa*, que significa loja de departamentos); *kuubo* (proveniente de *koukuu boku*, que significa porta-aviões).

No grupo composto, temos os termos construídos a partir de duas ou mais palavras diferentes, resultando em uma combinação de partes de cada palavra do termo original. Ex.: *nyuushi* (proveniente de *nyuugaku*

shiken, que significa vestibular); *rimokon* (proveniente de *rimooto kontooruru*, que significa controle remoto). Há ainda casos de abreviação resultante de uma frase, como no caso de *umisen yamasen*, expressão usada para designar pessoas espertas, que conseguem o que desejam mesmo que enganando os outros. Essa expressão teve origem a partir da frase: *Umi ni sennen, yama ni sennen* (Cem anos no mar e cem anos nas montanhas).

O terceiro grupo apresentado por Tamamura não se define exatamente como abreviação, visto que não se trata de palavras formadas por encurtamento ou por combinação de partes de palavras diferentes, mas de termos criados a partir de uma ideia original. Por exemplo, *Beikoku*, que significa Estados Unidos, é grafado por completo como *Amerika Gasshuukoku* (Estados Unidos da América); o termo *Pararinpikku*, que significa Paraolimpíadas, no original seria *Kokusai Shintai Shougaiisha Sumpoosu Taikai* (Jogos Paraolímpicos).

No que diz respeito à economia linguística verificada nos jornais impressos ou nos noticiários da televisão, Tamamura enfatiza três características principais. (p. 540)

A primeira pode ser percebida mais claramente nos classificados, onde o espaço para anunciar é caro e reduzido, o que impossibilita a redação de textos longos. Sendo assim, é comum ocorrer nominalização dos verbos, omissão de partículas (marcadoras de função sintática) e omissão dos *okurigana* (parte flexionável dos verbos e adjetivos, grafada em *hiragana*). Basicamente, usam-se apenas ideogramas, já que cada um possui significado, o que não compromete, então, a compreensão do anúncio. Como exemplo, temos a palavra *dohan*, que aparece nos classificados de emprego. Essa palavra significa trabalhar meio período aos sábados. O original seria *doyou handon*, mas como o *do* de *doyou* significa sábado e o *han* de *handon* significa metade, uma vez que esse termo esteja contextualizado, que é o caso do anúncio de emprego, provavelmente será assimilado com facilidade.

A segunda característica apontada pelo autor é a abreviação de substantivos próprios. A cidade de Nova York, por exemplo, é grafada em *katakana* como *Nyuu Yooku*, mas costuma aparecer nos jornais como *NY*. O mesmo ocorre com *Nyuu Jiirando* (Nova Zelândia), grafada como *NZ*. *Arabia sekiyu* (petróleo da Arábia Saudita), por sua vez, pode aparecer como *Araseki*, estando *ara* em *katakana*, por ser um termo estrangeiro, e *seki* em *kanji*, por ser um substantivo japonês. É mais comum en-

contrar esses termos nas colunas de economia, esportes e em nomes de organizações como universidades e empresas.

Por fim, Tamamura incluiu uma terceira categoria para abranger outras abreviações comuns: *ATsha* (proveniente de *ootomachikkusha*, que significa carro automático – *AT* aparece em letras romanas e *sha* em *hiragana*, enquanto no termo original *ootomachikku* aparece em *katakana* e *sha* em *hiragana*); *shinpo* (proveniente de *shinpojiumu*, simpósio); *Whai* (proveniente de *Waarudo Kappu*, Copa do Mundo – *W* é grafado em letras romanas, representando *world* e *hai*, em *kanji*, representando *cup*).

A despeito dos estrangeirismos, estes já vêm sendo amplamente inseridos na língua japonesa há bastante tempo. Os empréstimos linguísticos começaram a aparecer através do chinês, como explicado na introdução, passando pelo holandês e pelo português (quando da comercialização com Holanda e Portugal, por volta dos anos 1500), tendo seu auge a partir da era Meiji (1868), quando o japonês incorporou ao seu vocabulário diversas palavras das línguas europeias, uma vez que começaram a ter contato com os povos desse continente. Com a Segunda Guerra Mundial e o domínio dos americanos no Japão, a língua japonesa automaticamente incorporou ao seu léxico palavras da língua inglesa. Esse fenômeno continua bastante forte hoje em dia, dada a popularização do inglês, inclusive nos jornais, como indica o trecho abaixo:

Daily communication in Japan is filled with *katakana* words, or loanwords. Sanseido's *Concise Katakana Dictionary* contains 43,000 loanwords as well as 7,000 alphabet-based abbreviations. *Katakana* words constitute 10% of the 230,000 entries in the most recent edition (5th) of the dictionary *Koojien*, and represent one-third of the newest additions. Articles in newspapers and other printed media now use a high percentage of *katakana* words, and a survey by Eriko Nakayama (*Japanese Language Education*, v.96) found that a typical newspaper, even excluding its help-wanted section and advertisements, uses an average of 1,920 *katakana* words (907 variations) daily. (SAKAI; NISHIHIRA, 1999, p. 9)

3. *Características dos jornais japoneses*

Passemos, então, à análise de algumas das principais características presentes nos jornais nipônicos através de manchetes retiradas dos jornais NHK e Asahi.

Os termos entre parênteses apresentados nos exemplos foram acrescentados por mim para simular como seria a frase naturalmente. As

traduções das notícias também foram feitas por mim. Finalmente, o uso do alfabeto romano para grafar as palavras japonesas se justifica por questões de praticidade para o leitor.

3.1. Omissão de elementos gramaticais

Diferente das línguas ocidentais que usam o sistema de escrita romano, por exemplo, é possível, no japonês, omitir termos gramaticais. As partículas, por exemplo, marcam a função sintática dos termos na frase. No entanto, mesmo sem elas é possível compreender o sentido dessas sentenças pela lógica. Omitir verbos inteiros também parece impensável na língua portuguesa, mas é possível na língua japonesa.

Exemplo: *Takahashi Rumiko-san (no) shinsaku, eiyaku (wo) netto (de) haishin(suru) – Kaizokuban ni sente (da)* (Asahi: 26/04/09)

Tradução: Nova obra de Rumiko Takahashi é disponibilizada em inglês na internet – Incentivo à pirataria

Nesse caso, partículas como *no* (ligação entre dois substantivos, indicando posse ou relação entre os dois), *wo* (acompanha o objeto direto) e *de* (indica o meio através do qual algo é realizado), bem como o verbo *suru* (fazer) e o auxiliar marcador de predicado nominal *da* (muitas vezes traduzido como “ser”, embora não seja um verbo), foram omitidos sem causar incompreensão.

Vejamos outro exemplo:

Exemplo: *Nomura – 7000 oku en yo no akaji ni (naru)* (NHK: 24/04/09)

Tradução: Nomura – Déficit de aproximadamente 700 bilhões de ienes

Aqui, o destaque é para o verbo *naru* (tornar-se), sempre precedido da partícula *ni*. *Akaji ni naru* significa estar no vermelho, ou seja, indica déficit. O simples uso da partícula *ni* sem o verbo *naru*, no entanto, já transmite a ideia de mudança de estado.

3.2. Preferência pelo tempo presente e nominalização dos verbos

Características presentes também nas manchetes dos jornais brasileiros, a preferência pelo uso do presente e a nominalização dos verbos também são encontradas nos periódicos nipônicos.

Exemplo: *Kitachousen – Tankyori misairu (wo) hassha(shita)* (NHK: 29/05/09)

Tradução: Coreia do Norte – Lançamento de míssil de curta distância

A frase original na manchete está nominalizada, tornando desnecessário o verbo *suru* (fazer), que transforma em verbo o substantivo *hassha* (lançamento). No entanto, a nominalização de verbos impede uma localização temporal, o que, entretanto, é característico da linguagem jornalística em geral e já está subentendido que se trata de um ocorrido, ou seja, uma ação que já aconteceu.

Vejamos outro exemplo:

Exemplo: *Maikeru Jakuson-san (ga) kyuushi(shita) – “Suriraa” (ga) I oku mai (ureta)* (Asahi: 26/06/09)

Tradução: Morte repentina de Michael Jackson – 100 milhões de cópias vendidas de “Thriller”

A nominalização mais uma vez se faz presente na primeira parte da manchete. No japonês falado no dia-a-dia, poderia acrescentar a *kyuushi* (morte repentina) o verbo *suru* (fazer) no passado, *shita*, resultando em um verbo: *kyuushisuru* (morrer de forma repentina). A omissão de *ga*, marcadora de sujeito, também não impede a compreensão da frase, dada a impossibilidade de haver outro sujeito que não Michael Jackson. Na segunda parte da manchete, verificamos a omissão do verbo *ureru* (vender – no passado, *ureta*), visto que *I oku mai* (100 milhões de cópias) já é subentendido como o número de cópias vendidas, tornando a presença do verbo desnecessária.

3.3. Fragmentação frasal

Muito comum nos jornais japoneses é a fragmentação da frase, objetivando mais dinamismo na manchete.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Exemplo: *Idenshi (wo) tsukawazu iPS saibou (wo sakuseisuru) – Beidoku (no) chiimu (ni yoru to), ganka(suru) risuku (ga) teigen(suru) to iu koto da* (ASAHI: 26/04/09)

Tradução: Células iPS descartam uso de material genético – Time americano e alemão afirmam diminuição do risco de câncer.

A notícia está fragmentada em duas partes, com bastantes omissões de termos. Em uma tentativa de reescrever a manchete como uma única oração, sem fragmentação, pode-se fazer a seguinte construção: *Amerika to Doitsu no kenkyuu chiimu ni yoru to, idenshi wo tsukawazu, iPS saibou wo sakuseisuru to, gankasuru osore ga teigensuru to iu koto da* (De acordo com o time de pesquisadores americanos e alemães, ao se produzir células iPS, sem usar material genético, diminui-se o risco de se ter câncer).

A partir dessa reescritura, pode-se perceber a substituição do uso de *Beidoku* por *Amerika to Doitsu* (ambos significando EUA e Alemanha), mais usado diariamente, enquanto aquele é utilizado nos jornais por questões econômicas, visto que é escrito com apenas dois ideogramas. Acrescentei também o termo *kenkyuu* (pesquisa), visto que *chiimu* (time) pode se referir a qualquer tipo de time, entendido nesse contexto apenas porque se trata de uma notícia científica. Substituí também *risuku* por *osore* (ambos significam risco), uma vez que aquele é de origem inglesa (*risk*), sendo desnecessário.

Vejamos outro exemplo de fragmentação:

Kodai (kara) uchuu ni nazo no gasukumo “Himiko” (ga) haken(sareta) – Nichibeiou (no) kenkyuu chiimu (ni yotte) (Asahi: 26/04/09)

Tradução: Descoberta da nuvem gasosa “Himiko”, mistério no espaço desde os tempos antigos – Time de pesquisadores japoneses, americanos e europeus.

Reescrevendo a manchete sem fragmentação, na ordem natural, temos a seguinte possibilidade de oração: *Nihon to Amerika to Yooroppa no kenkyuu chiimu ni yotte, kodai kara uchuu ni nazo no gasukumo “Himiko” ga hakkensareta* (A nuvem gasosa “Himiko”, mistério no espaço desde os tempos antigos, é descoberta por time de pesquisadores japoneses, americanos e europeus).

Nesse caso, não fiz muitas substituições, com exceção do termo *Nichibeiou*, junção do nome de dois países e um continente em apenas três ideogramas, substituídos por *Nihon*, *Amerika* e *Yooroppa* (Japão, EUA e Europa). Acrescentei, ainda, o termo *ni yotte* (indica autoria) e a partícula *kara* (desde) e também transformei em verbo o substantivo *hakken* (descoberta), usando *suru* (fazer) no passado e na voz passiva (*sareta* – foi feito).

3.4. Nomes de países e de organizações e outras abreviações comuns

É bastante comum abreviar substantivos próprios, como nomes de países, de empresas, de instituições, entre outros. Em português podemos fazê-lo, dependendo do substantivo. Em japonês, no entanto, esses termos abreviados são mais numerosos.

Quanto aos nomes de países, a grande maioria deles é grafada em *katakana*, por se tratar de nomes estrangeiros. No entanto, muitos desses países possuem um único ideograma que os japoneses utilizam para representá-los mais facilmente. É o caso de *Doitsu* (Alemanha), por exemplo, podendo ser grafado com um único ideograma com leitura *doku*. O mesmo ocorre com *Amerika* (EUA), grafado com um ideograma de leitura *bei*; *Burajiru* (Brasil), grafado como *haku*; *Furansu* (França), grafado como *butsu*; etc. O mesmo ocorre com países grafados usando ideogramas, como *Nihon* (Japão), *Kankoku* (Coreia do Sul) e *Chuugoku* (China), por exemplo. Nesses casos, usa-se um ideograma para representá-los, ideogramas estes com as respectivas leituras: *nichi* (para Japão), *kan* (para Coreia do Sul) e *chuu* (para China).

A combinação de dois ou mais países ou continentes em um único termo também é feita utilizando os ideogramas representantes de cada país, como por exemplo: *Nikkan*, proveniente de *Nihon* (Japão) e *Kankoku* (Coreia do Sul); *Nippaku*, de *Nihon* (Japão) e *Burajiru* (Brasil); *Oubei*, de *Yooroppa* (Europa) e *Amerika* (EUA).

Quanto aos nomes de organizações, também é bastante comum usar um ideograma de cada substantivo utilizado no nome para abreviar, como também fazemos, mas não com ideogramas, geralmente utilizando apenas as iniciais de cada nome. *Nichigin*, por exemplo, representa o Banco do Japão (*Nihon Ginkou*); *Toudai*, por sua vez, é proveniente de *Toukyou Daigaku* (Universidade de Tóquio); *Jimin* representa o Partido

Liberal Democrata (*Jiyuu Minshutou*); *Keidanren* vem de *Nippon Keizai Dantai Rengoukai*, no inglês, *Japan Business Federation*; *Monkashou* significa Ministério da Educação, da Cultura, dos Esportes, da Ciência e da Tecnologia, proveniente de *Monbukagakushou* (pode-se usar também *Monbu* ou *Monbushou* como abreviação para o termo).

Não apenas a partir de ideogramas, recentemente vêm aparecendo bastante nos jornais abreviações como as que usamos no Ocidente, utilizando letras romanas. Por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) possui um nome em japonês, no caso, *Kokusai Tsuuka Kikin*. A abreviação desse termo nos jornais, no entanto, segue a americana e aparece como *IMF*. A cidade de Nova York também, por sua vez, aparece muitas vezes como *NY*, embora originalmente seja grafada em *katakana* como *Nyuu Yooku*. O termo que designa Comunidade Econômica Europeia (CEE) também vem sendo grafado nos jornais como *EC* (*European Community*), sendo o termo original *Oushuu Keizai Kyoudoutai*. Vale chamar atenção também para alguns termos interessantes, abreviados reunindo ideograma e letra romana, como *HatsuV*, sendo *hatsu* um ideograma que significa “primeiro” e *V* representando “vitória”, termo usado, naturalmente, para designar a primeira vitória de um time, por exemplo.

Para exemplificar essas abreviações, seguem duas manchetes:

NY de 8 nin (no) kansen (ga) kakunin(sareta) – Mekishiko (ni) shisha (ga) 81 nin ni (naru) – Buta Infuru(enza) (Asahi: 26/04/09)

Tradução: Oito pessoas infectadas em Nova York – Sobe para 81 o número de mortos no México – Gripe Suína

Verificam-se nesse exemplo algumas características já citadas antes, como a questão da fragmentação, a omissão de elementos gramaticais e a presença de abreviações. No que se refere a essas abreviações, ênfase aqui o uso de *NY* para designar a cidade de Nova York e o termo *infuru*, cuja forma completa é *infuruenza*, que significa gripe.

Vejamos outro exemplo:

IMF no shikin (no) kiban (no) kyouka de goui(suru) – Hajimete saiken hakkou e (Asahi: 26/04/09)

Tradução: FMI faz acordo devido ao fortalecimento de seu capital – Emissão de obrigações pela primeira vez

Como dito anteriormente, apesar de haver o termo *Kokusai Tsuuka Kikin* para designar o FMI, é normal abreviar esse termo para o equivalente em inglês, *IMF*.

3.5. Estrangeirismos

No início do trabalho comentei a respeito dos empréstimos linguísticos bastante utilizados na língua japonesa, principalmente aqueles provenientes da língua inglesa. Essas palavras, grafadas em *katakana*, também sofrem abreviações por questão de economia linguística.

Entre termos comuns já dicionarizados e que não sofrem abreviação temos *sutairu* (*style* - estilo), *buumu* (boom), *risaikuru* (*recycling* - reciclagem), *misairu* (*missile* - míssil) etc.

Outros termos, também dicionarizados e amplamente difundidos entre os japoneses, não costumam ser utilizados em sua forma original completa, apenas na abreviada, como *terebi* (*terebijon* – *television* – televisão), *konbini* (*konbiniensu sutoa* – *convenience store* – loja de conveniências), *infuru* (*infuruenza* – *influenza* – gripe), *pasokon* (*paasonaru konpyuutaa* – *personal computer* – computador), *eakon* (*ea kondishonaa* – *air conditioner* – ar condicionado), *dejikame* (*dejitaru kamera* – *digital camera* – câmera digital), *meruado* (*meeru adoresu* – *mail address* – endereço de e-mail), *sekuhara* (*sekusharu harasumento* – *sexual harassment* – assédio sexual), *amefuto* (*amerikan futtoooru* – *american football* – futebol americano), entre outros.

Há também abreviações combinando sistemas de escrita diferentes, como ideograma com *katakana* ou letras romanas com *katakana*. Exemplos: *netto torihiki* (transações pela internet), sendo *netto* abreviação de *intaanetto* (internet), portanto grafada em *katakana*, e *torihiki* a palavra japonesa que significa transação, grafada com ideogramas; *shou ene* (economia de energia), sendo *shou* o ideograma que indica economia ou redução e *ene* a forma abreviada de *enerugii* (*Energie* – energia), proveniente da língua alemã, grafada, assim, com *katakana*; *notto PC* (notebook), sendo *notto* grafado em *katakana*, por ser proveniente da palavra inglesa *note*, e *PC* grafado com letras romanas, sendo abreviação de *personal computer*.

Além dessas características, confere-se cada vez mais presente nos jornais o uso de termos estrangeiros que, no entanto, possuem um equivalente de uso comum em japonês. Seguem alguns exemplos: *nan-*

baawan (number one – número um), usado muitas vezes para designar uma colocação em uma competição ou algo que se prefira a outro (o equivalente japonês poderia ser *ichiban*); *fesutibaru* (festival), tendo o equivalente japonês *matsuri*; *toraburu* (trouble – problema), tendo o equivalente *mondai*; *sosaetii* (society – sociedade), tendo o equivalente *shakai*; *suimingu* (swimming – natação), tendo o equivalente *suiei*.

O mesmo acontece com alguns verbos. Usa-se o verbo em inglês, geralmente (grafado em *katakana*), com o verbo *suru* (fazer), resultando em termos como *daunsuru* (down – diminuir), *surippusuru* (slip – escorregar), *supiidosuru* (speed – acelerar), *oopunsuru* (open – abrir), *sutaatosuru* (start – começar) etc. Esses verbos possuem os seguintes equivalentes em japonês, respectivamente: *heru*; *suberu*; *hayameru*; *akeru*; *hajimeru*.

4. Conclusão

Podemos concluir, portanto, através das análises das manchetes de jornais e da fundamentação teórica em que se baseou esta pesquisa, que a língua japonesa é rica em empréstimos linguísticos, principalmente aqueles oriundos da língua inglesa, e que uma de suas características mais evidentes é o fenômeno da economia linguística, frequentemente presente nos jornais.

O presente trabalho teve como objetivo fazer um apanhado dessas características da língua japonesa utilizada nos jornais nipônicos, comparando, na medida do possível, com os jornais ocidentais, principalmente os do Brasil.

Além disso, esta pesquisa também tinha como meta realizar uma análise de caráter mais descritivo e não crítico. Comentar sobre o uso de estrangeirismos em excesso, por exemplo, oferece uma gama de análises possíveis dos efeitos que tal prática causa tanto em termos sociais quanto em termos linguísticos. Foquei-me, no entanto, apenas em mostrar exemplos recorrentes de estrangeirismos e de casos de economia linguística na língua japonesa contemporânea a partir das manchetes de jornais.

Creio, assim, ter alcançado os objetivos a que me propus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASAHI. Disponível em: <<http://www.asahi.com>>. Acesso em: 26-09 e 29-05/2009.

CENTRO de Estudos Japoneses. *Introdução à gramática da língua japonesa*. São Paulo: USP, 1989.

JO, Cecilia Kimie. Fatores com a mídia, globalização, interferindo na criação de uma nova linguagem. In: *XVI ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA*, ago. 2005, Brasília (DF). *Anais*. Brasília: 2005.

KAMADA, Osamu *et al.* *Ikita sozai de manabu – Chuukyuu kara joukyuu e no nihongo*. 32. ed. Tóquio: The Japan Times, 2008.

Kanji Ryakugo Ichiran. Disponível em: <http://ja.wikipedia.org/wiki/kanji_ryakugo_ichiran>. Acesso em: 28-06-2009.

Katakana Ryakugo Ichiran. Disponível em: <http://ja.wikipedia.org/wiki/katakana_ryakugo_ichiran>. Acesso em: 28-06-2009.

KIT Teaching Materials Development Group. *How to Read a Japanese Newspaper 2001*. 4. ed. Tóquio: Bonjinsha, 2001.

MAKINO, Seiichi; TSUTSUI, Michio. *A Dictionary of Intermediate Japanese Grammar*. 23. ed. Tóquio: The Japan Times, 2003.

MATSUDA, Hiroshi *et al.* *Teema betsu – Chuukyuu kara manabu nihongo waakubukku*. 2 ed. Tóquio: Kenkyusha, 2006.

MIZUTANI, Osamu; MIZUTANI, Nobuko. *Nihongo through Newspaper Articles*. 4. ed. Tóquio: The Japan Times, 1999.

NHK. Disponível em: <<http://www.nhk.or.jp>>. Acesso em: 24-04, 29-05 e 29-06-2009.

SAKAI, Noriko; NISHIHARA, Kaoru. *Nyuusu kara oboeru katakanago 350 (Shokyuu kara chuukyuu e)*. Tóquio: ALC, 1999.

SASAKI, Mizue. *Shouryakugo – Shiyoujou no Chuui*. Disponível em: <<http://www.nihongonosekai.com/newspapers/20050218yomiuri/index.html>>. Acesso em: 28-06-2009.

Shinbun no Shouryakugo. Disponível em: <http://akira.arts.kuleuven.ac.be/japans/index.php/shinbun_no_shouryakugo>. Acesso em: abr-jul. 2009.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

TAMAMURA, Fumio. Ryakugo / Ryakkihou. In: KINDAICHI, Haruhiko; HAYASHI, Oki; SHIBATA, Takeshi. *An Encyclopaedia of the Japanese Language*. Tóquio: Taishukan Shoten, 1988.

**ANÁLISE DOS CONFLITOS EXISTENCIAIS
NA PERSONAGEM FLOR-DE-LIS:
NA OBRA ‘OS COLEGAS’, DE LYGIA BOJUNGA (2002)**

Maria Aparecida Soares de Souza (UFAC)
maufac@bol.com.br

Henrique Silvestre Soares (UFAC)

Sabemos que a literatura infantil é, sem dúvida, um valioso instrumento formador do sujeito, possibilitando assim a tarefa de servir como agente de transformações a partir do diálogo que estabelece com seu receptor. Nesse intuito nosso estudo tende a investigar como a personagem Flor-de-Lis, na obra *Os Colegas*, 1972, que colabora na formação da identidade infantil, retrata a problemática infantil sob diferentes aspectos, a partir das relações sociais na personagem aqui em especial a feminina, onde a autora aborda situações problemáticas na luta pela sua emancipação que envolve os conflitos existenciais na construção da sua identidade.

Sob esses aspectos as personagens femininas de suas narrativas como Flor-de-lis, uma cachorrinha de raça, capaz de se despojar das marcas da riqueza que a cobriam de adereços em troca de sua liberdade, e de sua verdadeira identidade. Mais os valores imposto por sua dona não consegue muda o seu modo de pensar e lutar por seus verdadeiros valores já que a faziam duvidar que fosse realmente uma cachorra, desta forma Bojunga (1972, p. 13) expressa em sua obra um momento marcante dessa dúvida quando relata o trecho “Poxa vida se eu sou cachorra porque é que eu não posso ter cheiro de cachorra?”.

Para melhor averiguar a relevância dessas hipóteses, evidenciamos os objetivos propostos, fazendo uso dos conceitos proveniente das teorias de narradores renomados. Portanto, para tal impedimento serão aplicadas técnicas de pesquisas bibliográficas de autores que trabalhem o tema abordado, proposta por Bethelheim (1903), Nardes (1988), Zilberman (1984), Soares (1995), Sandroni (1987), Antonio (1997), Nelly Novaes (1991).

Sandroni (1987) em seus estudos sobre a obra de Lygia Bojunga aponta a seguinte crítica:

A representação caricatural do feminino às classes sociais encontradas nas palavras da dona de Flor, que quer uma cachorra caríssima e de raça puríssima-

ma, pra todo mundo achar linda e saber quanto custou. (SANDRONI, 1987, p. 13).

Não levando em conta os registros em sua memória, que era a força que lhe impulsionava a esperar o momento de viver a sua total liberdade que outrora possuía e aguardava esse acontecimento calada. Sua demonstração de coragem, também é sacrificada, em nome da amizade que adquire pelos companheiros.

Bojunga é a autora da idéia que será colocada em prática, para tentar salvá-los os seus amigos. Essa mulher que na pele de Flor reflete, age e resolve os problemas, é uma mulher audaciosa e destemida sem deixar de ser feminina, agora finalmente a emancipação encontra lugar de destaque sendo apenas uma dos colegas, a comparar com os demais que lutavam juntos pela sobrevivência, agora ela tornou-se independente, de ser quem realmente é.

Percebe-se que Flor aparece como a mulher que é exibida como um troféu, por sua dona. A esta imagem de mulher é que Lygia faz crítica, mostrando a cachorrinha feliz por se livrar de seus conflitos interiores e finalmente ser o que gostava uma cachorra livre de todos os apetrechos, não mais sendo uma mulher objeto, podendo contar para os amigos seus dramas, e compartilhar amizades.

O desafio que a espera para lutar por esses amigos, que a tornará uma pessoa determinada em busca de seus ideais, abrindo mão de luxos que não estão em seus planos de liberdade. Os conflitos vão se desenrolando a medida que a identidade vai sendo construída em parceria com os seus colegas, na interação, juntamente com os laços de amizade. Com isso percebemos que toda criança precisa de uma amizade com intuito de aprender a socializa-se para que se possa moldar o caráter e o egoísmo.

Em Lygia Bojunga temos a continuidade em suas narrativas, diagnosticando e tratando os conflitos vividos no interior da criança procurando solucionar e ajustar ao psicológico e ao social libertando-os de seus dramas interiores obtendo assim a realização de seus desejos.

Zilbemar (1984, *apud* NARDES, 1998) ao analisar as obras da autora, diz que “Investiga o mundo interior da criança, através de uma simbolização dos estados existenciais íntimas do ser humano em lugar de ocupar-se das aparências exteriores”. (NARDES, 1998, p. 127).

Nas referidas narrativas trabalha-se o interior da criança através do diálogo que estabelece com o seu receptor, que ao estudar o texto lite-

rário infantil tornando-se como elemento instigador e transformador na interação que acontece em contato com esses textos.

Tem-se consciência de que a literatura infantil trabalha com a originalidade, sensibilidade, e também a profundidade desse universo, com intuito de mostrar para esse leitor que dentro da obra “Os colegas” vividos na pele de Flor-de-Lis, contribuirão com intuito de forjar a identidade a partir do diálogo que é estabelecido, com o leitor através da aproximação entre o real e a ficção que acontece no contato com esses textos. Como forma de envolver a criança por meio da literatura.

Portanto, o plano também da fantasia pode situá-la, à realidade nos processos de interação e/ou comportamentos da vida íntima da personagem, através da imaginação em que os sonhos vão tomando forma real, no desenrolar da trama com intuito de ajustá-la em seu equilíbrio emocional dando estratégias através da linguagem simbólica presente nos textos, que a possibilitará às crianças possíveis respostas a conflitos vivenciados em seu imaginário. Com isso aconselhar soluções que o levarão ao amadurecimento psicológico significa que “o conhecimento de que a realidade para a criança esta no plano da fantasia que permite ao texto de Lygia Bojunga ter com ele uma total identificação”. (SANDRONI, 1987, p. 81).

Observamos que a identificação com a personagens, ajudará o leitor a interagir mais rápido através do diálogo e da ficção, pela compreensão da sua própria identificação desvendando o seus conflitos e recriando uma nova historia. Devido a isso é que encontramos nas obras de Lygia Bojunga características inerentes, pela a forma como apresenta as personagens femininas, que invariavelmente lutam pela sua emancipação.

No caso da personagem em evidência, observamos seu desabafo, num diálogo entre ela e seus colegas;

Fui comprada em uma loja de cachorros. A mulher entrou e disse: – Quero uma cachorra caríssima e de raça puríssima, pra todo mundo achar linda e ficar sabendo quanto é que custou. E aí ela ficou sendo minha dona e me levou para casa.

Vivia me enchendo de perfume. Eu espirrava o dia todo e pensava: - Puxa vida, se eu sou cachorro, por que eu não posso ter cheiro de cachorro?

Vivia me enchendo de roupas e pulseiras, e quando chovia me botava capa de borracha, lenço na cabeça e botas. Eu morria de vergonha de sair na rua assim, e pensava “puxa vida, isso não é jeito de cachorro andar”. Nunca me deixava solta. Nem um minutinho. (BOJUNGA, 2002, p. 16-17)

A opressão por viver trancafiada chega ao limite dela fugir para tentar usufruir o direito de manifestar sua própria identidade. Sua dona queria que Flor (lis), vivesse como burguesa, em se tratando de criança que não tem direito de escolha e sim o adulto sobre ela, que escolhe desde o vestuário, conseqüentemente essa criança não terá experiências na infância, e sonhos provavelmente serão frustrados, onde muitas das vezes o sonho de adulto não realizado enquanto criança será projetado nesse pequeno aprendiz em construção, não solucionando seus conflitos certamente essa identidade que lhe é roubada sem direito de escolhas.

Vale ressaltar que, estudar o texto literário infantil configura-se como elemento instigador, e transformador entre o conhecimento e a realidade tanto da criança como do adulto, sob forma de consolidar a esse universo social literário, situando e adaptando o indivíduo, para que se possa fazer-se compreender.

Por tanto são passíveis de observação, as problemáticas de ordem social referente à vida moderna. Uma delas, muito enfática na obra supramencionada, é a do *consumismo* conjuntamente com outros fatores conexos, os quais podem ser considerados complementadores do contexto, a narrativa ora comentada esclarece, entre outros ensinamentos, a superação do medo interior, ou seja, os espectros que ensejam uma ligação de continuidade e/ou envolvimento adjunto as abordagens sistemáticas a cerca da produção.

Portanto, a análise literária da escritora Lygia Bojunga na personagem, Flor-de-Lis, procuramos enfatizar a construção da indenidade infantil, na obra em questão, a partir da personagem que envolve a criança, procurando destacar, para o público infantil, o seu lado psicológico, na liberação de seus conflitos, por acreditar que através dessa interação com texto infantil resultará na satisfação pessoal da criança por ser envolvida no universo literário infantil. Segundo Autora Nelly Novaes (1991):

Em tudo isto as narrativas literárias infantis configuram a criança como agente transformador, no convívio direto e espontâneo com o leitor através do diálogo pela interação de ambos, que vai tecendo suas imaginações podendo se situar nos acontecimentos literários que vai se definindo dentro da obra. (p. 38)

O percurso desenvolvido até aqui, e os processos discursivos aqui relacionados aos estudos realizados nas obras de Lygia Bojunga, vem desencadear, dentro do plano do contexto social. Partindo da fantasia, aonde os sentimentos vindos da criança evidenciam os conflitos que fazem sentido dentro de sua realidade, no caso da obra supracitada. A partir dis-

so supomos que as descobertas tomam atitudes psicológicas, em que os fatos são desenvolvidos numa seqüência lógica, e no outro os personagens aqui não citados se voltam para os problemas interiores um do outro.

Analisando a história da literatura infantil, podemos notar que esta é capaz de construir e/ou desenvolver o mundo no qual a criança está inserida, a partir de seu universo infantil, agindo como instrumento conscientizado da vida social e cultural como forma de não rotular, e sim compreender a criança em suas mais variadas práticas sociais, culturais, econômica, etc. Assim, a literatura infantil possibilita à criança a compreensão daquilo que está a sua volta, bem como libertação de possíveis crises de identidade. Por isso, Bettlheim (1978. p. 33) afirma “a criança procura nessas histórias significados profundos de sua existência”.

Através dessa narrativa a criança e impulsionada a torna-se um crítico defendendo seus direitos na busca da realização de seus sonhos. Aprendera a lutar pelos seus direitos, que no mundo do adulto lhe impõem somente deveres em busca dessas realizações e seu caráter vai sendo moldado a medida que soluciona seus conflitos. Para Soares (1995) “O leitor encontrara no personagem dotado de personalidades bastante acentuado que tendo resolvido seus conflitos parte para a construção de uma nova identidade”

A personagem Flor(lis), à medida que vão solucionando seus problemas vão criando um novo mundo cheio de realizações pessoais e coletivas. Com intuito amostrar a representação da figura da mulher em formação com sua identidade também a discussão de vários aspectos femininos. Em embate com questões que se ligam à identidade; a sua colocação no mundo, na sociedade; há, portanto a necessidade de se manifestar, enquanto criadora, a relação homem/mulher, entra nesse debate a discussão de estereótipos femininos que a autora aborda para enfatizar preconceitos relacionados com a sociedade em questão com a sociedade em questão.

Esses personagens refletem na criança, como forma de encontrar resposta a seus possíveis questionamentos interior. A cachorra Flor-de-lis vive oprimida numa casa por uma senhora não tendo direito de poder viver como uma cachorra e sim como gente, Flor-de-lis representa a figura da mulher na sociedade e suas problemáticas (p. 13). Quando a criança não tem o direito de viver como criança será um adulto em miniatura não podendo viver sua própria identidade, e o seu direito lhe é roubado sem

escolha, e ainda sem poder contestá-lo. Por isso a literatura como mentora da criação de textos voltados para a problemática social, psicológica, etc. consegue voltar esse leitor para fins que o ajudarão a conviver com as diversidades de situações problemáticas que surgirão.

Vemos que os conflitos vão sendo construído em parceria na interação de um com outro, formando laços de amizade, mesmo porque toda criança precisa de amizade com intuito de aprender a socializa-se para que se possa moldar o caráter e o egoísmo etc. Os acontecimentos descritos na obra são colocados de maneira simples o que parece às vezes ser complexo para a criança torna-se viável para compreensão de seu entendimento. Isso é visto através da linguagem simbólica que a mesma está mais próxima da criança por trabalhar o desenvolvimento de seu intelecto. Sandroni (1987, p. 81) a literatura infantil trabalhando com a linguagem simbólica, dá à criança resposta a seus conflitos possibilitando vivenciá-los em seu imaginário e com isso sugerindo soluções que a levarão a atitudes psicológicas.

O real e a ficção, que situam o leitor entre realidade e fantasia, como forma de trabalhar o seu imaginário, nos personagens, entrelaçam em busca de libertação para o mundo do adulto; e seus questionamentos se identificam na relação: o leitor e receptor, que é visto por (CADERMATORI, 1986) como:

O mundo ficcional de Lygia se arma a partir da infância, mas atinge temas adultos como as relações de poder e a repressão á liberdade de expressão no contexto social, [...] pela condução do enredo e pelo desfecho, permite a catar-se de seu leitor, uma vez que propicia, com a identificação, uma descarga emocional. (p. 33).

Os significados profundos para própria existência, a realidade e aos conflitos que envolvem seu meio social, cultural, efetivo e psicológico, visando situações que povoam a mente da criança que de uma maneira ou de outra tem o seu lugar assegurado na literatura infantil. Dessa interação, poderão surgir soluções que o levarão ao amadurecimento psicológico. Portanto, é o reconhecimento da realidade para a criança vivida no plano da fantasia que permite dentro dos textos adquirirem características concretas que o medo pode ser vencido e resolvido, para melhor prepará-las para vencer em um futuro melhor.

Nesse viés, esperamos encontrar dentro da obra *Os Colegas de Lygia Bojunga* (2002) através da personagem Flor-de-Lis, resultados propícios a solução de conflitos de natureza interiores como também exteriores, que logo percutirão na construção da identidade, voltada para o

campo da literatura infantil, através do o dialogo que estabelece com seus leitores dando lhe as esses possibilidades de viverem em suas experiências resultados que trabalhem nesta construção que mostrara a criança a realidade e a ficção que são impostas pelos mecanismos de dominação como desafio de serem vencidos por essa personalidade firmada no contexto social e psicológico.

Na obra esses aspectos são vividos pela personagem secundários, que buscam a fuga dessa opressão imposta pela sua dona, como forma de viverem a liberdade num relacionamento amistoso baseado no companheirismo que a envolve com seus grupos de amigos e na ajuda mutua, tornando-os capazes de vencer qualquer obstáculo que surgiram, pois a cada conflito resolvido busca-se uma nova identidade que agora e construída dentro de sua realidade pelos estímulos adquiridos tanto individuais como no coletivo, agora sem medo de errar torna-os mais fortes em meios os novos desafios que surgirão.

A pós a leitura da obra de Lygia Bojunga Nunes, sobre a análise da personagem Flor-de-Lis, nota-se que a imagem feminina se revela sob vários aspectos, como a emancipação, conflitos, consumismo, problemas sociais, psicológicos e outros, que em há várias faces que compõe o todo. Essa visão que muitas vezes rotula, mas a autora não se limita a apresentar a mulher sob uma ótica feminista ou machista. Na verdade, parece querer deixar ao leitor a possibilidade de construir a sua imagem, reafirmando a impossibilidade de determinar-lhe um único perfil.

Essas faces muita das vezes se multiplicam e se perpetuam na diversidade do personagem, não citadas, aqui, para que o leitor possa viajar em sua imaginação para adequar conforme sua identificação com o personagem. Com isso autora romper paradigmas e traz para a literatura infantil vivencias dessas mulheres, reprimidas, oprimidas, ofuscada e ate mesmo muita das vezes marginalizada, pelos seus próprios familiares. Lygia Bojunga, nessas narrativas dar-lhes a oportunidade de um caminho menos curto, com intuito de demonstra a necessidade de que a mulher seja vista, também na literatura, como um todo, não a partir de estereótipos pré-estabelecidos pela sociedade burguesa.

Assim, a obra revela-se imensamente não somente para o universo infantil como para um todo. Pelas riquezas que se pode absorver, em meio o prazer e suas representações. Cabe por tanto reflexão sobre o papel da mulher, poucas são as autoras que conseguiram mostrar a mulher de modo tão completo; e ao mesmo tempo complexo, principalmente pe-

la problemática universa infantil. “Devido muitos autores, preocupassem em fazer com que os textos sejam somente divertidos, longe do mundo que o cerca. Mas, Lygia Bojunga, com sua inovação consegue liderar um público para todos os gostos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Brás. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1978.

BOJUNGA, Lygia. *Os colegas*, 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: Teoria, análise, didática*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO, Letra de hoje, Porto Alegre, 1967.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Rio de Janeiro, 2003.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IDENTIDADE. <http://www.wikipedia.org.br>

INGARDE, Roman. *A obra de arte literária*, 1973.

JESUALDO. *A literatura infantil*. São Paulo: Cultrix, 1985.

MEIRELHES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

NARDES, Laura Battisti. *Literatura infanto-juvenil: a estética literária em Lygia Bojunga Nunes*. Brasília, 1988.

SANDRONI, Laura. *De Lobato a Bojunga – as reações renovadas*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

Suplemento da *Revista Philologus*, Ano 17, Nº 49, 2011

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz da (Org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos*. 4. ed. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes, 2005.

YUNES, Eliane. *1948, a presença de Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro, 1982.

ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: historia e historias*. São Paulo: Ática, 1985.

ARCAÍSMOS NO VALE DO JURUÁ¹

Milton Chamarelli Filho (UFAC)

phaneron1@hotmail.com

Jacqueline de Freitas Maciel (UFAC)

jacqueufac@gmail.com

1. Considerações iniciais

Um dos motivos que explica a existência de arcaísmos em uma língua é a conservação de formas linguísticas, após um período inicial de contato com outra língua que a constituiu. A literatura linguística (CHAVES DE MELLO, 1962; ILARI, 2004; CASTILHO, 2004) relata casos em que línguas como o romeno e o português do Brasil guardam ainda formas linguísticas das línguas que as fundamentaram: o latim e o português arcaico, respectivamente.

Considerando-se que a mesma relação de influência pode ser estabelecida entre grupos que utilizam variedades regionais de uma mesma língua, supomos que os arcaísmos podem ser também encontrados em locais que tiveram contato com um dialeto primevo, em um momento inicial, pela afluência de uma população colonizadora.

Nesse sentido é que se podem observar as relações existentes entre a variedade dialetal, falada no vale do Juruá (AC), e aquela falada no Ceará, tendo em vista que um grande contingente de pessoas desse Estado afluíu àquela região, no período da Segunda Grande Guerra Mundial, com a finalidade de trabalhar na extração do látex, utilizado pelos Estados Unidos da América, para a composição de material bélico. Por conta do ofício que praticaram, esses migrantes, em terras acreanas, foram chamados “soldados da borracha”. Em virtude da influência que exerceram, deixaram aos falantes locais uma variedade linguística que apresenta traços semelhantes àquela ainda utilizada no Ceará. A forma que encontramos para medir essa influência foi observar o léxico regional, na medida em que por ele os aspectos culturais tornam-se mais evidentes.

Com a presente pesquisa, fizemos o levantamento de algumas palavras que ainda se conservam na fala de determinados grupos da popu-

¹ O presente artigo é o resultado de um subprojeto de Iniciação Científica, desenvolvido ao longo de dois anos (2006/2007; 2007/2008). Financiada pelo CNPq.

lação do Juruá, quais sejam, ribeirinhos, população rural em geral, mas que, por outro lado, já se distanciam da fala da população urbana jovem, na medida em que esta passa a considerar socioculturalmente relevante o vocabulário trazido por novas levas de falantes e pela mídia televisiva.

2. *Ambiência da pesquisa*

O Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, foi fundado há mais de cem anos e é considerada a segunda cidade do Estado. Atualmente, este Município assiste a um processo de urbanização cada vez maior, mesmo estando isolado geograficamente da capital, Rio Branco, mas não isolado dos outros municípios que, com ele, formam o vale do Juruá. Para “a capital do vale do Juruá”, como assim é chamada, afluem pessoas das outras cidades vizinhas, fazendo com que Cruzeiro se torne uma cidade-referência na região.

O processo de urbanização trouxe à cidade características que começam a diferenciá-la cultural e linguisticamente da sua zona rural e da periferia. O convívio com populações de diversas partes do país modificou hábitos, mas também a linguagem dessa população, que vive no extremo ocidente do Brasil.

Ao mesmo tempo em que novos valores surgem, outros se perdem. Basta que andemos nas áreas periféricas da cidade para constatar-mos que muitas palavras e construções linguísticas já não são mais usadas pelas pessoas que vivem no centro urbano.

Possivelmente, estamos diante de um processo acelerado de mudança linguística, sem que percebamos sua importância. Cada vez mais voltada para os valores urbanos, a cidade adere ao falar “comum” dos grandes centros e da grande mídia, perdendo, possivelmente, os vínculos culturais que a constituíram, desde a sua fundação. Em que medida ou em que proporção essa perda acontece? Foi esse o objeto da nossa pesquisa. Quais palavras já foram perdidas — e com que elementos culturais elas perderam seu vínculo? — ou, em termos mais técnicos, que palavras já poderiam ser consideradas “arcaísmos”, para a população urbana, principalmente para a população jovem? Essa população as reconhece, as utiliza? Fazem parte de sua “competência ativa” ou de sua “competência passiva”? Nossa pesquisa pretendeu responder a essas indagações.

3. Metodologia

Utilizou-se, para a obtenção de dados, a pesquisa com informantes, atendendo ao critério “método de entrevista sociolinguística de narrativas de experiência pessoal” (TARALLO, 1990, p. 21) e “metodologia do trabalho dialetal” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 23-36), considerando-se que são procedimentos comumente aceitos e empregados nas pesquisas nas áreas de Sociolinguística e Dialetoлогия, respectivamente. A pesquisa, em um primeiro momento, foi realizada principalmente em regiões periféricas e rurais, visto que supúnhamos que nessas áreas encontraríamos um número razoável de palavras que não são mais utilizadas pelos falantes urbanos, notadamente, jovens.

Arquivos públicos e particulares também foram consultados, com a intenção de corroborar os dados obtidos por gravação. Em um segundo momento, perguntamos aos nossos informantes se eles conheciam ou não aquelas palavras por nós consideradas “em extinção”.

Os dados, após coletados, foram transcritos com base no Alfabeto Fonético Internacional. Nossa intenção, ao transcrever as palavras, foi a de principalmente preservar formas que, de fato, não são mais usadas pela população jovem. Dentre essas formas podemos encontrar palavras que não são dicionarizadas (cf. tabela abaixo).

4. Resultados e discussão

Constatou-se, por meio da nossa pesquisa, que já existe uma fronteira entre as falas da população do centro urbano e da zona rural e periférica de Cruzeiro do Sul. Sendo assim, os jovens do centro urbano: ou “conhecem” as palavras enquanto competência “passiva”, ou as ignoram.

Não há como saber exatamente quais dessas palavras permanecerão na fala da comunidade linguística, mas pode-se razoavelmente supor que muitas delas desaparecerão rapidamente, até porque o seu uso recebe julgamentos sociais por parte dos falantes. Ou seja, a utilização não apenas de determinadas palavras, mas de variantes, de uma maneira em geral, pode servir como fator identificador de um grupo², consolidando a partir da sua fala, seus valores, mas pode também, ao mesmo tempo, sub-

² Labov (1991), em *Estudo sobre a centralização dos ditongos na Ilha de Marta's Vineyards*, mostra-nos como a utilização de uma determinada variante serve como fator de identificação de um grupo social.

jugá-lo a partir do momento que em que se é comparado com falar de outra comunidade que goze de mais prestígio.

Há uma dinâmica na língua e, em virtude também desse fator, algumas palavras caem em desuso (arcaísmos). Muitas delas deixam de ser usadas pelo fato de os objetos com que mantinham referência perderem-se no tempo. Podemos arrolar nestes casos exemplos como aqueles citados por Coutinho (1976: 212): “bombarda”, “bucelário” e a “gardinga” etc. Nestes casos, se encontram, especificamente, os substantivos do nosso *corpus* (cf. tabela abaixo). Outras se perdem em função mesmo dos novos conceitos que surgem e que acabam por recobrir os mais remotos. Tal como ocorre com os verbos, adjetivos e interjeições encontrados no nosso *corpus* (cf. tabela abaixo).

Deparamo-nos com algumas dificuldades para a composição do glossário, já que, para a sua elaboração, são necessários conhecimentos também de outras áreas, tais como biologia, geografia e lexicografia, dentre outras.

Como objetivo final desta pesquisa, coletaram-se 87 palavras que foram catalogadas em forma de um pequeno glossário. Cf. abaixo:

Palavras	Classe gramatical ³	Significado
1. Arriata	s.f.	Alça de caçuá
2. Avolumado	v.	Avolumar
3. Aluviado	adj.	Idiota, imbecil
4. Acuado	adj.	Encabulado
5. Abirobado	adj.	Maluco, doido
6. Arisco	adj.	Agitado
7. Arrupiar	s.	Sentir medo
8. Alocéu	adj.	Bagunça
9. Apatrechado	s.m.	Apressado
10. Agranel	adj.	Venda de produto por unidade
11. Avia	adj.	Apressar se
12. Arremendano	v.	Vir. Imitar alguém, macaquear
13. Armadilha	s.f.	Emboscada
14. Assulêro	v.	Correr com medo de alguma coisa
15. Ávore rendoso	adj.	Árvore frutífera
16. Apreço	s.m.	Carinho, uma pessoa carinhosa
17. Afirmativa	s.f.	O mesmo que afirmação, confirmação
18. Apreciável	s.m.	Suficiente
19. Banido	s.m.	Podre, estragado

³ Utilizamos as abreviaturas tradicionais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

20. Brocho	s.m.	Pessoa boba, atrapalhada
21. Biró	adj.	Doido
22. Bisca	s.f.	Pessoa em que não se pode confiar
23. Breu	s.m.	Espécie de látex, usado para fazer fogo
24. Barrica	s.f.	Tambor grande usado para armazenar farinha
25. Barrela	s.f.	Mixuruca, sem valor
26. Bregueço	s.m.	Objeto sem valor
27. Coivara	s.f.	Monte de pau mal queimado
28. Caçuá	s.m.	Cesto de cipó
29. Capanga	s.f.	Bolsa a tira colo, usada para carregar munição
30. Canga	s.f.	Objeto de madeira que se coloca no boi para carregar madeira
31. Casco	s.m.	Canoa
32. Carombé	s.m.	Jaboti macho
33. Curisco	s.m.	Raio
34. Chapa	s.f.	Prótese dentária
35. Escravacar	s.	Cavar
36. Enfiera	s.	Coletivo, feixe de peixe
37. Elegia	s.f.	O mesmo que alergia
38. Esfiapar	v.	Desfiar tecido
39. Encangado	v.	Juntos, amarrados
40. Encalchar	s.f.	O mesmo que forrar, deixar impermeável
41. Fadiga	s.f.	Cansaço
42. Faxiar	adj.	Pescar ou fraturar parte do corpo
43. Felicítamos	v.	O mesmo que parabenizar
44. Furquia	s.f.	Vara com gancho
45. Guela	s.f.	Garganta
46. Goa	interj.	De negação
47. Garroncha	s.f.	Arma de fogo, espingarda
48. Goiva	s.f.	Formão, usado uma espécie de para cavar canoa
49. Gogo	s.m.	Doença contraída pelas aves galinhas
50. Incalombado	s.m.	O mesmo que empolado, cheio de caroço,
51. Ispera	s.f.	Uma espécie de giral feito na mata para surpreender a caça
52. Incangado	s.m.	Agarrado a algo ou alguém
53. Incarnado	s.m.	Cor vermelho
54. Jarico		Saco que serve para carregar objetos
55. Lelé	s.m.	O mesmo que maluco, doido
56. Magote	s.	Coletivo. Muita gente junta no mesmo lugar
57. Modinha	s.f.	Música antiga
58. Mocó	s.	Pessoa tímida envergonhada
59. Muim	s.m.	O mesmo que moinho
60. Ocado	s.m.	Faminto
61. Ovo do cão	s.m.	Uma espécie de furadeira feita de madeira, usado para furar ferro
62. Paulada	s.f.	Ágil, inteligente
63. Pau	s.m.	Estrume, esterco
64. Pastorar	s.f.	Esperar alguém

Suplemento da Revista Philologus, Ano 17, Nº 49, 2011

65. Panero	s.m.	Cesto de cipó
66. Pivídia	s.f.	Capa que pega na língua das galinhas
67. Ponchu	s.m.	Suco de frutas
68. Poronga	s.f.	O mesmo que lamparina
69. Povir	s.m.	Futuro
70. Ponsa	v.	Possa, pode
71. Passamento	v.	O mesmo que desmaio
72. Quarador	s.m.	Lugar onde se põe a roupa para pegar muito sol
73. Quebra jejum	s.m.	O mesmo que tomar café
74. Remendano	v.	O mesmo que costurar
75. Resguardado	s.m.	Livres
76. Sacutelo	s.m.	Saco preso a arriata, usada para carregar utensílio de pesca
77. Trupicacão	s.m.	Tropeçar em algo ou alguma coisa
78. Truvisco	s.m.	Bêbado
79. Truvisco	s.m.	O mesmo que relâmpago
80. Toró	s.m.	Chuva muito forte
81. Tropo	s.m.	Tonto
82. Vote	interj.	Interjeição de espanto ou admiração
83. Varadô	s.m.	Caminho feito no igarapé
84. Varado	s.m.	O mesmo que faminto
85. Vareda	s.f.	Caminho ou rastro deixado por animal na mata
86. Visagem	s.f.	Assombração, algo sobrenatural
87. Vermei	s.m.	O mesmo que vermelho

5. Conclusões

Ao fazermos esse levantamento, resgatamos uma parte da cultura juruaense, já que procuramos mostrar os vínculos que palavras tinham e têm com aspectos da realidade local e regional. Apontou-se, com isso, para alguns hábitos, costumes e objetos que vão sendo perdidos ou relegados, em função do contato com outras culturas ou até mesmo em virtude da mídia.

Pelo contato com essas palavras, percebemos que arcaísmos abre-se ao estudo maior do léxico regional, na medida em que algumas dessas palavras listadas são formas já dicionarizadas com significados semelhantes, cf. itens 1, 2, 27, 28, 29, 30 etc.; outras são também formas dicionarizadas, mas que passaram a ter outro significado cf. item 3; outras são variações de formas dicionarizadas, porém com significados diferentes cf. breguesse ('pessoa impertinente' > bregueço); formas dicionarizadas, com a mesma pronúncia, mas com significados diferentes, cf. barrela 'água onde se ferve cinza e que é usada para branquear roupa; cenrada, coada, decoada' > barrela ('sem valor'); breu > breu ; formas não-

dicionarizadas, tais como ‘abirobado’ e sua variação ‘biró’, ‘brocho’. Não foi nossa intenção estabelecer percentuais a partir desses critérios, nem muito menos, por consequência, fazer qualquer tipo de inferências a partir dos parâmetros listados a partir dessas observações.

Sendo assim, nossa pesquisa é um retrato de uma época de transição, mais nitidamente percebida em função da própria dinâmica a que a língua está submetida. Aponta-se, com isso, que uma língua não existe independentemente da sociedade e da cultura que a constitui; não existe independentemente dos seus falantes, mas sim sem virtude dos valores que gozam de maior prestígio social, mesmo que se perca, com isso, o lastro de identidade sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. T. O português do Brasil. In: ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2004.

CHAVES DE MELLO, G. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

FERREIRA, C.; CARDOSO, S. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 2004.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.

TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, v. 2.

_____. *O Estado do Acre*. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2003.

AS ABREVIATURAS
DO TRATADO DA COZINHA PORTUGUESA CÓDICE I-E 33

Antonieta Buriti de Souza Hosokawa (UFAC)
antonietauriti@ig.com.br

1. Introdução

Auerbach (1892-1957, p. 11) afirma que a necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo às obras que lhe constituem o patrimônio espiritual. Esse foi um dos motivos que nos levou a fazer um estudo sobre o *Tratado da cozinha portuguesa*, códice I. E. 33, códice pertencente à Biblioteca Nacional de Nápoles.

Heitor Megale *in* (FACHIN, 2008, p. 9) diz que nem sempre a leitura de um manuscrito é uma tarefa fácil, pois basta uma palavra, uma sílaba ou mesmo uma letra para exigir o exercício da decifração porque o leitor precisa rever a frase, às vezes, o parágrafo todo buscando recuperar aquela forma, aquele vocábulo e, só então, resolver o problema, de modo a poder prosseguir a leitura. Esse exercício leva a comparar a palavra, o grupo de letras ou propriamente a letra em questão com similares ocorrências anteriormente lidas.

Assim, percebemos que fazer a leitura de um manuscrito eivado de abreviaturas, principalmente, por se tratar de um texto do século XVI, não é uma tarefa muito fácil, por isso, buscou-se elencar as palavras abreviadas do *Tratado da Cozinha Portuguesa*, códice I. E. 33 e ao lado, essas serão desdobradas com o auxílio de itálico para auxiliar a leitura daqueles que por ventura possam ter interesse em ler esse tratado.

2. O códice

O Códice I. E. 33 está sob salvaguarda da Biblioteca Nacional “Vittorio Emanuele III” de Nápoles, pertencida ao espólio particular da Infanta D. Maria de Portugal⁴ (8-XI-1538/8-VII-1577), filha do Infante D.

⁴ Infanta D. Maria, duquesa de Parma, filha do Infante D. Duarte, duque de Guimarães, neta de D. Manuel I e sobrinha de D. João III, nasceu em Lisboa a 8-XI-1538 e morreu em maio de 1577. Foi batizada com água do rio Jordão. Era muito erudita e versada nas línguas grega e latina, em Filoso-

Duarte, duque de Guimarães, neta de D. Manuel I e sobrinha de D. João III. Esse códice certamente foi levado com ela por motivo de seu casamento⁵ com Alexandre Farnésio, 3º Duque de Parma, Piacenza e Guastalla.

Atualmente, sabe-se que esse tratado está nessa biblioteca porque o Rei Carlos III de Bourbon, filho de Elisabete Farnésio, ao tornar-se rei de Nápoles em 1734, transferiu de Parma para a nova capital suas coleções artísticas e as da família materna. (BERTINI: 1995)

De acordo com Manuppella; Arnaut (1967, p. VII), os estudiosos têm conhecimento da existência do códice I. E. 33, juntamente com mais seis manuscritos quinhentistas portugueses, desde 1895, ou seja, Afonso Miola foi o primeiro a descrevê-lo. Cinco anos mais tarde, as notícias das pesquisas desenvolvidas por esse estudioso passaram *ipsis verbis* para o caótico repertório bibliográfico do marquês Antonio de Portugal de Faria, sugerindo, entretanto, a Achille Pellizzari, em 1909, mais cuidadosa e pormenorizada investigação acerca daqueles sete manuscritos e sua história. Seguiu-se, em 1940, um breve artigo de Guido Battelli, que, porém, não apresentou novidades. Muitos anos depois, o códice I. E. 33 atraiu a atenção de um estudioso americano, Kimberley S. Roberts (Cf. *Fifteenth Century Portuguese Cookbook*. In: *Kentucky foreign language quarterly*, v. VI, p. 179-182. Lexington, 1959). Em 1963, Eriilde Reali recapitulou as investigações anteriores, acrescentando-lhes um ou outro pormenor, em especial, a inclusão do *incipit* e do *explicit* nos casos em que Pellizzari havia descuidado.

Esse códice é, sem dúvida alguma, muito valioso, pois mesmo apresentando problemas paleográficos e cronológicos, traz uma rica contribuição para o vocabulário histórico da linguagem portuguesa, como também ilumina uma faceta da vida social (a da antiga, sempre viva e inesgotável, arte de cozinhar e bem comer, que chegou a sugerir a Anthelme de Brillat-Savarino o quarto aforismo da *Physiologie du goût*:

fia, em Matemática, em demais ciências, bem como na lição da Sagrada Escritura. Governou os Estados de Parma e Plasência, na ausência do marido. Escreveu um *Directório Espiritual* cheio de sentenças dos Santos Padres, que depois da sua morte foi encontrado em suas mais preciosas jóias. O padre Sebastião de Moraes, da Companhia de Jesus, que foi seu confessor e depois bispo do Japão, escreveu sobre a vida de D. Maria, que foi publicada em Bolonha, em 1578, com o título: *Vita e morte de la serenissima Maria di Portogallo, principessa de Parma e Plassencia*. Teve uma segunda edição publicada em Roma em 1602. (Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira, v. XVI, p. 320)

⁵ O casamento ocorreu em 30 de novembro de 1565.

“Dis-moi ce que tu manges; je te dirai ce que tu es”) numa época da história nacional portuguesa sobre a qual bem pouco se conhece, visto que o mais antigo documento publicado desta área do saber é a *Arte de cozinha dividida em três partes*⁶, de Domingos Rodrigues, cozinheiro de D. Pedro II, publicada pela primeira vez em 1680. Nesse receituário, ele registra todo o conhecimento prático que desenvolveu durante os 29 anos de vida dedicada à alquimia da cozinha de Sua Majestade, contendo várias receitas que ainda hoje são imutáveis.

Apesar de tudo isso, cerca de meio século de silêncio e desinteresse envolveu este manuscrito depois de José Leite de Vasconcelos e Achille se terem debruçado sobre tão precioso códice. Somente em 1956, Maria José da Gama Lobo Salema lançou mão desse códice para desenvolver uma Dissertação, cujo título é *Tratado de cozinha - século XVI - Manuscrito I. E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*, para a sua Licenciatura em Filologia Românica. Em 1963, foi publicada uma edição brasileira *Um tratado da cozinha portuguesa do século XV*, com reprodução fac-similar, leitura diplomática, leitura moderna e índice de vocábulos; edição esta, preparada pelo professor Antonio Gomes Filho. No ano seguinte, outra tentativa de edição, desta vez realizada nos Estados Unidos da América por Elizabeth Thompson Newman, com o título *A critical Edition of an early Portuguese Cookbook*.

Os mais recentes estudos desenvolvidos a partir do códice I. E. 33 são os de Celina Márcia de Souza Abbade, em sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Três campos lexicais no vocabulário do Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, defendida em 1998, e em sua Tese de Doutorado, sob o título *Campos lexicais no livro de cozinha da Infanta D. Maria*, defendida em 2003; ambos sob a orientação da Professora Doutora Célia Marques Telles da Universidade Federal da Bahia – UFBA. No *Álbum de paleografia portuguesa - documentos brasileiros*, publicado por José Augusto Vaz Valente (1980, p. 37-43), são editadas três receitas do códice em estudo: *galinha mourisca*, *tigelada de perdiz* e *pasteis de marmelos*, porém essa edição teve fins apenas didáticos, pois o objetivo principal era empreender a prática de edição de documentos entre os alunos de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de São Paulo-USP.

⁶ C. F. Salema (1956, p. 01) o exemplar mais antigo da *Arte de cozinha dividida em três partes* encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa (Lisboa, Portugal).

3. As abreviaturas

No tratado da cozinha portuguesa há um número considerável de palavras abreviadas por: letra sobreposta, nota tironiana, contração, letra abreviadora e suspensão, por isso, procuramos fazer um breve estudo histórico desse recurso de escrita, além disso, elencar as abreviaturas contidas nas receitas do Tratado I.E. 33.

A palavra abreviatura tem sua origem no grego *braqui* (curto) e *graphein* (escrever), é, portanto, uma forma reduzida de se escrever uma palavra. O que se abrevia são sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito, das quais se reduz alguma ou algumas de suas letras. Segundo Marín Martínez (2002, p. 136), toda abreviatura possui dois elementos: aquele que abrevia e o que é abreviado. “*Al primero se le llama signo abreviativo; al segundo, palabra o frase abreviada o, simplemente, abreviatura*” (Apud FERREIRA COSTA (2006)

A origem desse sistema se encontra em um tipo de escrita muito praticada na Roma antiga, a taquigrafia. Do grego *tachys* (rápido) e *graphein* (escrever), essa escrita foi criada para ser tão rápida quanto a fala, pois era costume transcrever os discursos proferidos ao vivo. A partir dessa escrita surgiram as notas tironianas (*notae tironianae*), criadas por Marco Túlio Tiro, liberto de Cícero, grande orador romano, por isso a designação *tironianas* constituiu-se, assim, o primeiro sistema taquigráfico. Alguns estudiosos atribuem a invenção da taquigrafia aos hebreus, porém outros, aos gregos. Estes dizem que o filósofo e general ateniense Xenofonte já usava um sistema de abreviaturas; ao passo que aqueles afirmam que na escrita de Davi se faz menção à pena de um escritor veloz. (Apud FERREIRA COSTA, 2006)

Millares Carlo (1929, p. 46) afirma que a partir das notas tironianas desenvolveu-se, desde o século II d. C., na escrita comum, um sistema abreviativo completo e complexo, as *notae iuris* ou notas jurídicas, chamadas assim por se encontrarem em códices de conteúdo estritamente jurídico, esse sistema era formado por: abreviaturas por contração, suspensão, sinais especiais derivados de notas tironianas, sinais abreviativos com valor geral e sinais com valor relativo ou determinado.

Vários estudiosos buscaram descobrir a origem de cada uma dessas abreviaturas, para tanto, L. Traube afirmou que os *nomina sacra* seriam o ponto de partida para conhecer a origem da abreviatura por contra-

ção, no entanto, Millares Carlo (1929, p. 48) afirma que esse estudo pode ser considerado ingênuo, por isso não seria possível conhecer a verdadeira origem da abreviatura por contração, uma vez que o uso dos *nomina sacra* teve como objetivo principal a reverência a Deus, em decorrência do costume dos hebreus em ocultar os nomes sagrados por respeito.

Quanto às abreviaturas por suspensão ou apócope, Millares Carlo (1929, p. 52) diz que, nos primeiros tempos do Império, as siglas *litterae singulares* eram o único recurso abreviativo usado na escrita comum, este recurso consistia em registrar somente a letra inicial da palavra, este foi inserido tanto nos textos jurídicos como na escrita comum, tendo seu registro permanecido até a Idade Média, desta forma, as siglas são consideradas a forma primitiva da abreviatura por suspensão ou apócope.

As letras sobrepostas, por sua vez, tiveram suas origens também nas *notae iuris*. O surgimento delas seria conseqüência do renascimento literário dos tempos de Carlos Magno, que se baseou também na pontuação e ortografia dessa época.

Embora as abreviaturas existissem desde a escrita romana, é no período medieval que elas passam a ser frequentes, tornando-se mais intensas, com formas novas e aperfeiçoadas, porém mais complexas, elas se mantêm em linhas gerais até o século XIV momento em que começa a decadência. MILLARES CARLO (1929, p. 51)

De acordo com Spina (1994, p. 49-50), o uso excessivo das abreviaturas, nesse período, ocorre, principalmente, para ocupar menos espaço, devido à raridade e conseqüente custo elevado do material de escrita, além disso, economizar tempo escrevendo mais depressa; mesmo que as abreviaturas tivessem sido proibidas anteriormente, primeiro por Teodósio II, em 438 e logo por Justiniano, em 530 e 533, na constituição *Deo auctore* contida no *digesto*, por causarem dificuldade à leitura devido o uso abusivo, elas não desapareceram dos escritos. O emprego excessivo de abreviaturas diminuiu somente a partir do surgimento da letra cursiva.

Em textos medievais era muito comum o registro de abreviaturas, continuando a serem usadas ainda por um longo tempo. De acordo com essa tendência, no tratado em estudo, surgem numerosas palavras abreviadas, apresentando também uma riqueza de formas variadas, pois uma palavra pode ser escrita com mais de uma abreviatura. Nesse documento são encontradas abreviaturas por apócope, abreviaturas por síncope, abreviaturas por letras sobrepostas e abreviaturas por sinais especiais de abreviação, há registro, também, de notas tironianas, sinais de significado

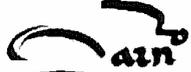
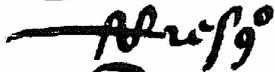
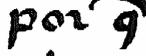
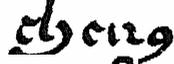
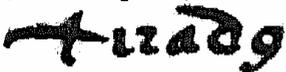
fixo, com o mesmo valor, independente do lugar em que apareçam, como por exemplo: – (traço) ou ~ (til), indicando sinal de nasalização. A letra abreviadora também é uma abreviatura bastante comum nesse tratado. Sendo assim, para exemplificar esse recurso, elas serão elencadas de acordo com o seu aparecimento nas receitas e desdobradas em conformidade com as regras para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil (Cf. CAMINHA, 2001). Tal descrição tem como objetivo facilitar a leitura dessas palavras.

Procurou-se não repetir as abreviaturas, pois há uma frequência muito grande desses registros, principalmente as grafadas com o til como elemento de nasalização.

4. Abreviaturas

4.1. Caderno dos magares de carne

4.1.1. Pasteis de carne

	recipere: R
	carneiro
	e
	ffresquo
	por que
	cheiros
	sequo
	feitos
	tirados
	nos
	dos

	altos
	propria
	galinha

4.1.2. Tigellada de perdiz

	em
	pera
	pouqua
	primeiro
	que
	meia

4.1.3. Galinha mourysca

	galinha
	mourisqua
	verde
	meio
	porque
	acerqua
	adubos
	

..... que
 be bem
 ga galinha
 scalfadg escalfados

4.1.4. Galinha Albardada

obg ovos
 ho muito
 ga galinha
 ouko outro
 ng nos

4.1.5. Pasteis de tutanos

manza maneira
 que que
 tutang tutanos
 pasadg pasados
 meudynlg meudynhos
 obg ovos
 temperalg temperalos
 edyras enteyras
 poug pouqua

<i>mãdyga</i>	manteiga
<i>fergilgão</i>	fergilosão
<i>pasalgão</i>	pasalosão
<i>feyty</i>	feitos

4.1.7. Alfatete

<i>my</i>	muyto
<i>ma dyguua</i>	manteyguaa
<i>ffiq</i>	ffiquem
<i>cheiq</i>	cheiros
<i>adubq</i>	adubos
<i>hos</i>	hos
<i>feyty</i>	feytos
<i>bollos</i>	bollos
<i>dovos</i>	dovos
<i>escalfadq</i>	escalfados

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

4.1.8. Receita das murcellas

	Receita
	cravos
	pisados
	pouquo

4.1.9. Receita sem nome

	porquo
	pera
	cimquo
	onça
	... tavoloiro

4.1.10. Como se fazẽ os framgãos pera os etiguos

	etiguos
	cagados
	cozidos
	fresquo
	muyto
	ffiquem
	a virtude

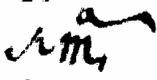
· poug° pouquo

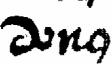
4.1.11. *Receita dos tutanos*

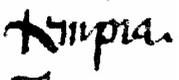
·  recipere R

·  dos

·  e

·  e meia

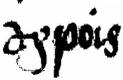
·  dovos

·  temprá

·  que

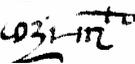
·  passadas

·  pelo

·  despois

4.1.12. *Receita da tortora*

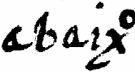
·  e

·  cozimento

·  outro

·  galinha

·  ovos

·  abaixo

pasadas pasadas
plô pelo

4.1.13. *Receita de pastel de fígados de cabrito*

e e
cravo cravo
que que
pedacinhos pedacinhos
plô pelo

4.1.14. *Receita dos canudos dos ovos meixidos*

canudos canudos
ovos ovos
cubertos cubertos

4.1.15. *Receita da lamprea*

por que por que
dazeite dazeite
muito muito

4.1.16. *Receita da vaca picada em seco*

por que por que

segado	segados
propria ^m	propriamente
pe	pera
q	que
porq	porque
baix.	baixo

4.1.17. *Receita do desfeito da galinha*

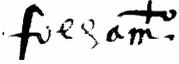
e	e
prato	pratos

4.1.18. *Receita dos pasteis de pombinhos*

dos	dos
pombinhos	pombinhos
que	que
adubos	adubos
tempo	tempo

4.1.19. *Receita dos pastes lepardados*

dos	dos
lepardados	lepardados

 pera
 outro
 folhamento
 e

4.1.20. *Receita da galinha alardada*

 e

4.1.21. *Esta he a rreceyta da galyinha cozida e ësopada*

 outro
 outra
 meia
 baixo
 galinha

4.1.22. *Receyta do coelho*

 muyto
 e
 outro

4.1.23. *Receita da galinha mourisca*

 galinha
 e
 fogareiro

4.1.24. *Esta he a rrecejta das boldroegas*

 que
 scilicet (a saber)

4.1.25. *Receyta do coelho ã tygela*

 e
 que
 scilicet (a saber)
 coentro
 meia

4.1.26. *Receyta da tigelada da perdiz*

 que

4.2. Cadernno dos mangares de ovoos

4.2.1. Pera fazer ovos mexidos

ovos	ovos
mexidos	mexidos
e	e
batidos	batidos
sempre	sempre
nos	nos
meudos	meudos

4.2.2. Canudos

canudos	canudos
canudos	canudos
laurados	laurados
feitos	feitos
rosados	rosados
feitos	feitos
todos	todos
maneira	maneira

4.2.3. *Ovos de llaços*

<i>ba</i>	bem
<i>my</i>	muyto
<i>pegna</i>	pequena
<i>ma</i>	meia

4.2.4. *Pasteis de marmelos*

<i>m mello</i>	marmellos
<i>marmello</i>	marmellos
<i>babar</i>	babaros
<i>quarty</i>	quartos
<i>duy</i>	duros
<i>Cortallo</i>	cortallosão
<i>tutana</i>	tutanos
<i>du</i>	dos
<i>darllgeis</i>	darllloseis
<i>pona</i>	pouqua
<i>man</i>	maneira

4.3. Caderno dos mangares de leyte

4.3.1. Manjar branco

brã ^o	branquo
muy ^{to}	muyto
por q̃	por que
delgado	delgados
m ^o	meio

4.3.2. Pasteis de leite

q̃	que
be	bem
dos	dos
cozidos	cozidos

4.3.3. Leite cozido

q̃	que
----	-------	-----

4.3.4. Tigelada de leite

cinq ^o	cimquo
pouq ^a	pouqua
ffresq ^o	ffresquo

4.3.5. *Beilhos daRoz*

<i>batido</i>	batidos
<i>manteygua</i>	manteygua
<i>camanhos</i>	camanhos
<i>pela</i>	pela
<i>desfeitos</i>	desfeitos
<i>deitarllos</i>	deitarllos
<i>bramquo</i>	bramquo
<i>quer</i>	quer

4.3.6. *Tillegadas de leyte de dona Isabell de vilhana*

<i>dona</i>	dona
<i>todos</i>	todos
<i>ovos</i>	ovos
<i>que</i>	que
<i>com</i>	com
<i>pera</i>	pera
<i>rres</i>	rres
<i>pera</i>	pera
<i>pella</i>	pella

4.3.7. *Almogauanas de dona Isabel de vylhana*

· <i>pa</i>	pera
· <i>uas</i>	muytas
· <i>m</i>	
· <i>p</i>	pera
· <i>arug</i>	açuquar
· <i>pratoz</i>	pratos
· <i>pougo</i>	pouquo
· <i>brang</i>	branquo

4.4. Caderno das cousas de conservas

4.4.1. Pera fazer diacidrão

 muyto
 que
 em
 quartos
 por que
 primeira
 outra
 e
 pela
 outra
 outra

4.4.2. Casquinhas

 que
---	-----------

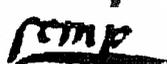
4.4.3. Pera fazer limões

 tomemos
 pelo
 pequena

man̄a	maneira
cozidoꝝ	cozidos
lamceñg	lamcemnos
torneñg	tornemnos
cozidoꝝ	cozidos
por q̄	por que
cubary	cubertos <i>Peras e codornos</i>
apedradoꝝ	apedrados
macadoꝝ	macados
por q̄	por que
oitavadoꝝ	oitavodos
o	e
outra	outra
cozidoꝝ	cozidos
ponhãñg	ponham nos
cubriãñg	cubramnos
muy	muyto

4.4.4. *Perinhas dormideiras*

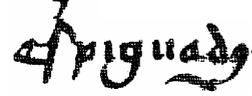
coꝑdo	comprido (ausência do til)
-------	-------	----------------------------

 cinco
 sempre
 outro

4.4.5. *Receita da abóbora*

 Receita
 cinco
 outros
 deradejros
 bem

4.4.6. *Talos dalfaça*

 que
 espiguados
 testos
 bem
 cozidos

deitemng deitemnos

feitg feitos

4.4.7. Pera cobrir diacidrão

sequ sequo

4.4.8. Frol de laranja

e e

sempre sempre

por q por que

bem bem

outro outro

4.4.9. marmelada de cria ximenes

Catarina ou Cesaria Catarina ou Cesaria

pesados pesados

marmelos marmelos

aparados aparados

pesados pesados

deitemnos deitemnos

quartos quartos

<i>coalg</i>	coalos
<i>pa</i>	pera
<i>mtu</i>	muyto
<i>plo</i>	pelo
<i>pa</i>	pera
<i>coadg</i>	coados
<i>deitadg</i>	deitados

4.4.10. *Pera bocados*

<i>dg bocadg</i>	dos bocados
<i>mena</i>	menos
<i>bocadg</i>	bocados

4.4.11. *Pera clareficar acuquar*

<i>gna t g</i>	quantos
<i>tamtg</i>	tamtos
<i>pn^o</i>	primeiro

4.4.12. *Pera quartos de marmelos*

<i>marmelg</i>	marmelos
<i>bicudg</i>	bicudos

	compridos
	quartos
	oitavados
	cozidos

4.4.13. *Perada*

	pera
--	------

4.4.14. *Marmelada da dona Joana*

	joana
	marmelos
	cinquo
	marmelos
	cozidos
	enteiros
	todos
	desfeitos
	tornamnos

4.4.15. *Pera fazer alfeloas*

ng demits nos dentes
sempre

4.4.16. *Pera confeitos*

brimqilho brimquilhos
com affeitos comffeitos
qual qz qualquer
dos confeitos

4.4.17. *Fartees*

meio
outra
camanhos
muyto
pera
alquere
pela
pouquo
cozidos
queymados

por q̃ por que

4.4.18. *Biscoutos*

biscouto biscoutos

bramq̃ bramquo

alq̃ alqueire

outra outra

meio meio

bramq̃ bramquo

muyto muyto

4.4.19. *Pera fazer macapaaees*

e e

muyto muyto

bramq̃ bramquo

tornemnos tornemnos

cozidos cozidos

deitemnos deitemnos

4.4.20. *Pão de llo*

por q̃ por que

4.4.21. *Pesegada*

	peseguuos
	marmelos
	saber

4.4.22. *Pera fazer almivar de marmelos*

	marmellos
	qual quer
	outro
	e

5. *Considerações finais*

Conforme Spina (1994, p. 49-50), o uso das abreviaturas, seja excessivo ou não, ocorre, principalmente, para ocupar menos espaço, devido à raridade e consequente custo elevado do material de escrita, além disso economizar tempo, escrevendo mais depressa.

Nos textos e medievais encontra-se com frequência o registro de abreviaturas, pois esse recurso perdurou ao longo do tempo. Seguindo essa tendência, no tratado em estudo, há muitos registros de palavras abreviadas, assim notamos uma riqueza de formas variadas. Nesse documento são encontradas abreviaturas por apócope, abreviaturas por síncope, abreviaturas por letras sobrepostas e abreviaturas por sinais especiais de abreviação, há registro, também, de notas tironianas, sinais de significado fixo, com o mesmo valor, independente do lugar em que apareçam, como por exemplo: – (traço) ou ~ (til), indicando sinal de nasalização. Percebemos com essa frequência que as abreviaturas são registradas para diminuir o tempo de escrita do copista, pois esses necessitavam registrar com rapidez a receita que estava sendo ditada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. UFPE: Massangana / Universitária, 1994.

AUERBACH, Eric. *Introdução aos estudos literários*. Trad. de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BRIQUET, Charles Moise. *Les filigranes; dictionnaire historique des marques du papier dès leurs apparition vers 1282 jusque'en 1600. avec 39 figures dans*. Paris: Alphonse Picard & fils, 1907.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear/de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CARLO, Agustin Millares. *Paleografía española: ensayo de una historia de la escritura en España desde o siglo VIII al XVII*. Barcelona/ Buenos Aires: Labor, 1929.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Descaminhos de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FERREIRA COSTA, Renata. *Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita?* Disponível em: <http://www.historia.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/2006>.

FERREIRA, Permínio Souza. *Edição dos documentos dionisinos do livro 2º das inquirições de Afonso III*: edição crítica de textos medievais não literários em língua portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves. *Um livro de marinharia do século XVI*. Edição do manuscrito “foundings portugueses” 40 (atual 61) códice 44.340 da Bibliothèque Nationale de Paris - Vol. I e II. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

BREVE GLOSSÁRIO DO *PERSONAL TRAINER*

Adriana Alves de Lima (UFAC)

dryca_alves1@hotmail.com

Antonietta Buriti de Souza Hosokawa (UFAC)

antonietaburiti@ig.com.br

1. *Considerações iniciais*

A ideia desse trabalho é permeada pela curiosidade em conhecer um campo de conhecimento e entender a motivação para a criação lexical de uma determinada comunidade linguística, pois notamos que nela há uma linguagem especial, e é interessante, pois denuncia a elaboração de termos específicos que são comuns a uma determinada comunidade de profissionais.

A temática da linguagem do *Personal Trainer* nos toca de perto porque inúmeras lexias utilizadas nessa profissão têm sua origem em outras línguas, principalmente, no inglês, desta forma, concordamos com Boulanger (1979, p. 65-69) *apud* Farias (2001, p.78) que define neologismo como: “uma unidade lexical de criação recente, uma nova acepção de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra recentemente emprestada de um sistema linguístico estrangeiro e aceita numa língua”.

O interesse em pesquisar o universo lexical do *personal trainer* foi despertado a partir da leitura do texto “*Regionalismos brasileiros*”, de Ana Maria Pinto Pires de Oliveira (UFMS), pois esta faz uma abordagem sobre a importância da comunicação, que é a função primordial da linguagem humana.

De acordo com Oliveira (UFMS) “o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade, assim como de todas as normas sociais que a regem.” (p. 107).

Outro polo deste debate pode ser observado com Biderman (1978) em “*As ciências do léxico*” quando a autora enfatiza “que o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem classifica simultaneamente.” (p. 11).

A partir desses conceitos temos uma noção do que é o léxico, e como se dá essa ideia de comunidade, e esse fenômeno social. Afirma Biderman (1978, p. 139):

Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua. Nesse processo em desenvolvimento, o léxico se expande, se altera e, às vezes, se contrai.

2. Entendendo neologismos

Fazer o trabalho de campo foi um dos processos mais significativos, pois foi possível entendermos, na prática, o conceito de neologismos, sendo entendido por Guilbert (1975, p. 31) *apud* Farias (2001, p. 78) como “a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em razão das regras de produção incluídas no sistema lexical”. O referido autor também considera como neologismos os termos emprestados de outras línguas.

O estudo do neologismo, dependendo do enfoque (prescritivo ou descritivo), apresenta conceitos e classificações que acabam por distinguir dois tipos neológicos: o conceptual e o formal.

No primeiro caso, teríamos uma nova aceção que se incorpora ao campo semântico de um significante ou mesmo através de uma conotação nova dada a uma palavra. Neste caso temos como exemplos atuais, *cycling indoor*, RPM, banco abdominal Grunch, *cable system*, *elipticon*.

O neologismo formal constitui uma palavra nova introduzida no idioma, podendo ser vernáculo ou estrangeiro. (CARVALHO, 2006, p. 195, *apud* SOUZA, 2008)

Para finalizar esta seção, Vilarinho⁷ assim apresenta neologismo.

A neologia do português existe porque a língua é viva, ou seja, é passível de mudanças constantes que podem vir a ser determinantes. Neste último caso, o neologismo criado passa a ser incorporado no dicionário de determinado idioma.

⁷ VILARINHO, Sabrina. Disponível em: <http://gestaonaeraadoconhecimento.blogspot.com/2010/07/neologismos.html>. Acesso em: 22-10-2010.

3. *O corpus e os informantes*

É mister acrescentar, que a visita ao ambiente de trabalho do *personal* tinha como objetivo, a aplicação de uma de uma entrevista, a qual optamos por uma entrevista informal, com 3 (três) *personais trainers*. Sendo que 2 informantes são homens e 1 mulher. As narrativas orais tinham o objetivo de buscar informações sobre o mundo sociolinguístico que visa a caracterizar e diagnosticar os termos em análise, que era o vocabulário, a partir dos campos definidos, para posteriormente, tratar os conceitos e definições de cada termo selecionado.

4. *Local da pesquisa*

Esta pesquisa faz parte de atividades práticas desenvolvidas para a disciplina de lexicologia e lexicografia, ministrada no 1º semestre de 2010, desta forma, planejamos fazer a coleta de dados na *Mais Academia*, para que as atividades se realizassem no período de Junho a Julho de 2010, pois a intenção era coletar e estudar as lexias utilizados por esses profissionais. Após analisarmos as entrevistas encontramos 32 (trinta e duas) lexias específicas do trabalho de *personal trainer*, sendo que 5 (cinco) foram consideradas neologismos, pois sua origem é da língua inglesa. Por exemplo: *cycling indoor*, RPM, Banco abdominal Grunch, *cabble system*, *elipticon*, dentre outros. Para tanto, apresentaremos um breve glossário.

5. *Crítérios para elaboração do glossário*

No que concerne à organização do glossário, este é uma pequena amostra dos termos utilizados nessa profissão, para que possamos conhecer um pouco mais e através dessa amostra contribuir para um estudo mais aprofundado, e posteriormente para sistematização desses vocábulos. Consideramos os seguintes campos em seus verbetes, conforme o esquema a seguir: Termo de entrada; categoria gramatical; definição; contexto.

Quanto à indicação da categoria gramatical dos termos, esta é indicada pelas seguintes abreviaturas: s.m.: para substantivo masculino; s.f.: para substantivo feminino; v. int.: para o verbo intransitivo; v. trans.: para os verbo transitivo; adj.: para adjetivo; S.T.: para o sintagma terminológico (unidade terminológica complexa).

No campo contexto, registramos em itálico, trechos (em forma de diálogo) dos discursos dos informantes em que os termos se realizam. O termo em análise será destacado em []. O discurso do pesquisador é registrado, somente, quando necessário ao entendimento do termo, sendo indicado por ().

No final de cada termo transcrito, é feita uma indicação das características socioprofissionais do informante, por meio da seguinte estrutura: (profissão, idade, escolaridade, local de origem).

A profissão e local de origem são indicados por meio das seguintes abreviaturas:

Da profissão: P. T – *personal trainer*; E. F – educação física.

Dos locais de origem⁸: R. B. – Rio Branco; M. A. – Mais Academia.

Sinais gráficos: [] Termo em análise () Fala do pesquisador.

Apresentam-se, a seguir, algumas palavras do glossário fruto desta pesquisa⁹; na primeira parte constam as lexias dicionarizadas, mas, como já foi registrado, com acepções diferentes das empregadas nos dados levantados.

6. *Os neologismos*

Cycling indoor s.m. – que é um programa de treinamento executado em bicicletas de resistência mecânica. Elas são as que mais se aproximam das bicicletas convencionais usadas nas ruas, estradas, trilhas... (G. V. 25. E.F, R.B. M. A).

RPM s.m. – é um programa de ciclismo indoor que visa ao desenvolvimento da capacidade cardiovascular e pode gastar cerca de 800 calorias em uma única sessão. A grande diferença entre o RPM e os outros programas de ciclismo indoor é o fato de as aulas serem testadas e estudadas em laboratório antes de sua aplicação. (G. V. 25. E. F, R. B. M. A.).

⁸ Esse local de origem refere-se aonde o informante desenvolve a profissão.

⁹ Foram selecionadas apenas 6 palavras para este artigo.

Elipticon s.m. – é um aparelho para fazer atividades ergométricas, é semelhante a uma bicicleta, mas sua estrutura, exige o usuário ao fazer o exercício fique em pé e continue “pedalando”.

Banco abdominal Grunch s.m.– é um aparelho, semelhante a uma cadeira, função desse banco é *trabalhar o abdômen*. A pessoa que está fazendo o exercício permanece sentada, mas com os braços envolvidos na cadeira, na qual é feito o exercício. (M. L. 25. E. F, R. B., M. A.).

Bicicleta de Cycling indoor s.f. e s.m.– é o aparelho em que são feitas as aulas de *cycling indoor*.

Cable system s.m.– Este é um aparelho que fica numa posição horizontal, em que é colocado uma cabo, onde a pessoa que faz o exercício, tem que fazer o movimento de subir-descer no qual vai *trabalhar bíceps, peito, etc.* (M. L. 25. E. F, R. B. M. A).

7. Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que esse trabalho ainda não está finalizado, trata-se de uma pequena amostra, pois se pretende continuar esse estudo, pois esse fez parte de uma atividade prática da disciplina sobre lexicografia e lexicologia. Mas sabemos que um trabalho como este exige um aprofundamento maior. Nesse primeiro momento o objetivo era apenas fazer um estudo sobre o que são os neologismos e aplicabilidade desses em nosso cotidiano.

Assim, percebemos que o presente nos desperta a necessidade de conhecermos diferentes linguagens e o quanto se fazem necessários estudos sobre esse assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. Teoria linguística: quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande (MS): UFMS, 1978, p. 11-22.

FARIAS, Emília Maria Peixoto. *A linguagem da moda no português contemporâneo*. Tese. Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. Coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande (MS): UFMS, 2001, p.107-115.

SOUZA, Alexandre Melo de. *Neologismos populares: a questão do vocabulário do hip-hop*. Disponível em:

<http://recantodasletras.uol.com.br/>. Acesso em: 22-10-2010.

TAVICCO, Luis O. Moscatello. *Manual do personal trainer brasileiro*. Disponível em: http://www.humanasaude.com.br/novo/materias/6/profiss-o-personal-trainer_6760.html. Acesso em: 09-06-2010.

VILARINHO, Sabrina. *Podemos criar novas palavras quando quisermos?* Disponível em:

<http://gestaonaeradoconhecimento.blogspot.com/2010/07/neologismos.html>. Acesso em: 22-10-2010.

**BUNDINZANDO AS PALAVRAS PORTUGUESAS:
LENÇO E RILENZO, LENÇOS E MALÊNZO,
UM BREVE OLHAR SOBRE A ACOMODAÇÃO
DA PREFIXAÇÃO BANTO¹⁰ EM CANNECATTIM (1805)**

Selmo Azevedo Apontes (UFAC)
selmo@ufac.br

...uma longa, e triste experiência se certificou, que a ignorância da Língua Bunda, ou Angolense era hum obstáculo perpétuo não só aos progressos do Christianismo naquella vasta Região, mas tambem aos interesses políticos do Estado. (Cannecattim, Introdução)...

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas. (Sapir, 1979:205)

1. Introdução

O frei capuchinho Bernardo Maria de Cannecattim, utilizando-se da experiência de 21 anos em que habitou com os abundos do reino de Angola, exercendo a função de missionário apostólico, ex-prefeito das Missões de Angola e Congo, realizou observações no texto do padre fr. Francisco Pacconio (*sic*), um *Cathecismo póstumo*, que foi impresso pela primeira vez em 1643 em Lisboa por Domingos Lopes Rosa. Em 1661, foi estampado com acrescentamento da terceira coluna em língua Latina; e em 1784 se imprimiu na Regia Officina de Lisboa por Ordem da Augustíssima Rainha Dona Maria Primeira, debaixo do mesmo título *Gentilis Angolae in Fidei Mysteriis eruditus*. Cannecattim faz uma avaliação da mesma, tendo em vista o conhecimento adquirido pelo tempo de trabalho, que merece *as ditas observações com justa razão o nome de primeira obra grammatical da língua bunda*.

¹⁰ Aportuguesamos a palavra "bantu" porque ela é paroxítona e não há palavra paroxítona terminada em "u" na língua portuguesa atual. Mantivemos a forma "bantu" apenas nas referências bibliográficas. [N.E.]

COLLECCÃO
DE
OBSERVAÇÕES GRAMMATICAES
SOBRE
A
LINGUA BUNDA,
OU
ANGOLENSE,
COMPOSTAS
POR

Fr. BERNARDO MARIA DE CANNECATTIM,

*Capuchinho Italiano da Provincia de Palermo, Missionario
Apostolico, Ex-Prefeito das Missões de Angola, e Congo,
e Superior actual do Hospicio dos Missionarios Ca-
puchinhos Italianos de Lisboa.*



LISBOA,
NA IMPRESSÃO REGIA.

ANNO M. DCCC. V.

Por Ordem Superior,

Figura 1. Capa do Livro de Fr. Bernardo Maria de Canne cattim.

Entre seus comentários iniciais, o frei capuchinho observa que:

Com grave embaraço dos Europeos se encontram no Cathecismo, huma multidão de palavras excluidas de uso moderno, ou seja porque os Abundolhes tem insensivelmente substituído outras também Abundanças, ou porque tem adoptado palavras Portuguezas, bundizando-as, e esquecendo pouco a pouco os verdadeiros, e antigos termos da língua Bunda, que se lem no Cathecismo, de que a penas alguns velhos conservão a memória (CANNECATTIM, 1805, p. V)

Pois bem, a *insensibilidade* das substituições registrada por Cannecattim, que fez com que as palavras portuguesas fossem *bundizadas*, revela as funções sociais atribuídas ao domínio da língua *bunda* como “*obstáculo ao progresso*”. Vejamos outras afirmações de Cannecattim que revela muito bem o ‘espírito’ da época colonial que perdurou por muito tempo nas relações sociolinguísticas:

Sendo esta [língua] entendida, e facilitada em consequência conversação com os Negros, que utilíssimos descobrimentos se não farão de plantas, e raizes medicinaes, de madeiras preciosas, de importantíssimos mineraes, de huma variedade immensa, e desconhecida de animaes, e huma palavra de productos raros, e apreciaveis em todos os três Reinos na Natureza. (CANNECATTIM, 1805, p. i-ii)

A aprendizagem da língua do outro, e esse outro bem identificado e subjugado, tinha uma intenção clara sob o aspecto da ‘coroação’ da exploração: a aprendizagem da língua era a metodologia de formalização das relações de conquista. Assim, deixa bem claro a esta relação quando explicita as práticas que lembram muito bem a tônica do Diretório dos Índios, em 1757:

Como a agricultura em Angola he toda feita pelos Negros, nunca pôde dirigillos, nem disciplinallos bem nas úteis práticas da lavoura aquelle que ignora a língua; porque este exercício pede freqüente comunicação entre quem manda, e quem obedece (ii).

A comunicação entre “quem manda, e quem obedece” vai deixar marcas dessa “interação linguística” nas duas línguas. Nesse caso específico, na reflexão de alguns aspectos sobre acomodações de palavras portuguesas no sistema bant, a partir de empréstimo.

Na *Collecção de Observações Grammaticaes*, principalmente na última parte que trata da feitura do ‘dicionário’, que foi feito em colunas (*portuguez, latim, conguez, bundo*), Cannecattim diz que:

... a mesma columna Bunda tem de bom o comprehender muitos termos expressivos, alli conservados como em deposito ha tantos annos, e que dispensavão os Abundos de mendigarem das línguas Estrangeiras os termos que conservão na própria, e que por desmazelo tem deixado em esquecimento... (CANNECATTIM, 1805, p. vii)

Esse “esquecimento” involuntário, ou a “mendigaçãõ” de termos que possuem na própria língua, deu-se também pelo fato de não “mendigarem”, mas “incorporarem” termos próprios para apropriarem-se, ou adequarem-se palavras portuguesas para que ‘aparentem’ mais *bunda*; ou melhor, estavam ‘*bundinzando as palavras portuguesas*’. Por outro lado, as palavras do ex-prefeito das missões de Angola e Congo representam o

‘caldo cultural’ que se praticava nas colônias, entre quem manda e quem obedece e as consequências dessa relação. Poderíamos ir discutindo este tópico; vamos, porém, nos enveredando pelo aspecto de algumas consequências desse processo colonial, expresso linguisticamente, por meio de integração de empréstimos. Esse processo de ‘acomodação’ de conceitos bantos nas palavras portuguesas, revela um interessante processo de afixação, ou de incorporação morfológica que ‘desestabiliza’ e exige um rearranjo, um realocamento que envolve diversos fatores no momento da integração de empréstimos.

Apenas para ficar mais claro, vejamos o que Canneccattim (p. vi) quis dizer com *bundizar* palavras portuguesas:

Sexto: com grave embaraço dos Europeos se encontram no Cathecismo, huma! maldição de palavras excluidas do uso moderno, ou seja porque os Abundos lhes tem insensivelmente substituido outras tambem Abundas, ou porque tem adoptado palavras Portuguezas, bundizando-as, e esquecendo pouco a pouco os verdadeiros, e antigos termos da lingua Bunda, que se lem no Cathecismo, de que a penas alguns velhos conservão a memoria.

Essas palavras ‘adotadas’ passaram por ‘acomodação’ de conceitos bantos, porém respeitando a etimologia das palavras abundas que apresenta padrões em referência à expressão formal, obedecendo a uma estruturação própria de composição de número.

2. *Bundizando as palavras portuguesas*

Na *Collecção de Observações Grammaticaes sobre a Lingua Bunda, ou Angolense*, Canneccattim nos dá o fio da ‘conversa’:

A etymologia das palavras abundas, onde se mostrará também a razão porque no singular se pronuncia, e escreve esta palavra com huma letra de menos, dizendo-se *Búndo*, e *Búnda*, e no plural com huma letra de mais, e porque esta letra se há de pôr no principio, e não no fim da palavra, formando *A-búndo*, e *A-búnda*. (CANNECATIM, 1805, p. VIII)

Com essa explicação, já nos dá as pistas sobre os padrões dos conceitos em referência à expressão formal preferencial da língua (ou poderíamos estender ao grupo banto?) dos *abundo*. Pois os padrões formais dessa língua obedecem a uma estrutura de composição afixada preferencialmente por prefixação. Assim sendo, das páginas 7-17, no interior da *Collecção*, o missionário apostólico nos dá algumas palavras sem, e outras com o seu respectivo plural:

Singular		plural	
<i>H'úta iá Petéro</i> ¹¹	espingarda de Pedro (p. 7)		
<i>Mussúmbu</i>	O beço ¹²		
<i>Mussúmcu</i>	O bico		
<i>Muzenza</i>	Estrangeiro		
<i>marimbúndu</i>	Insecto que morde		
<i>Mulonga</i>	Palavra	<i>milonga</i>	Palavras
<i>Quiba</i> ¹³	Pele	<i>Co iba</i>	As peles
<i>O quiahíma</i>	Poço	<i>Co ichíma</i>	Os poços
<i>O quichíma</i>	A fonte de água	<i>Co ichíma</i>	As fontes das águas
<i>O quissássa</i>	Mato, a árvore	<i>Co issássa</i>	Os matos
<i>Ribomdo</i>	Vespa	<i>Co marimbomdo</i>	As vespas
<i>O rilenzo</i>	O lenço	<i>Co malénzu</i>	Os lenços
<i>O caffúnda</i>	Pólvora	<i>Co maffúnda</i>	As pólvoras

Em princípio, aparecem alguns morfemas prefixados que estendem o significado ou acrescentam a designação de número, tanto no singular quanto no plural. Porém, podemos perceber que os morfemas prefixados não obedecem a uma única ‘aparência’ da forma; vejamos:

Singular	
Mu- (palavra, estrangeiro, bico)	Mi- (palavras)
Qui- (pele, poço, fonte, árvore)	i- (peles, poços, fontes, matos)
Ri- (lenço, inseto que morde)	Ma- (os lenços, insectos que mordem)
Ca- (pólvora)	Ma- (as pólvoras)

Há várias formas tanto para designar o singular quanto ao plural. Essas formas dos morfemas expressivos de singular e plural divididos em classes¹⁴. Isso porque o sistema de classe em banto é composto de prefixos nominais que se ‘fundem’ às palavras formando novos significados¹⁵. Os morfemas (ou prefixos) nominais em banto são agrupados em classes

¹¹ Esse empréstimo da palavra “Pedro” ficara para outra observação que é o constante destravamento das estruturas silábicas CCV, passando para CV.CV (que já era atestada desde Gil Vicente, no Auto do Clérigo da Beira. (Cf. GALINDO, 2000, p. 109-121)

¹² Muita proximidade mórfica e semântica com *cachimbo*...

¹³ Proximidade com *quimba (kimba)*...

¹⁴ Apesar de não ser especialista em línguas bantas, Sapir (*op. cit.* p. 118) nos diz que: “nas línguas *bantu*, o princípio de concordância opera quase como em chinuk. Também nelas, os nomes se classificam em certo número de categorias e são postos em relação com adjetivos, demonstrativos, pronomes relativos e verbos por meio de *elementos prefixados que lembram a classe e constituem um sistema complexo de concordância*.” (Cf. APONTES, 2010).

¹⁵ Ver a observação de Tavares nesse artigo.

de 1 a 23 (sendo que uma minoria de línguas possuem as classes de 19 a 23), com funções determinadas.

Sabemos que as línguas possuem padrões dos conceitos em referência à expressão formal. Por exemplo, desinência marcadora de número (singular e plural) é expresso de diferentes modos, dependendo da tipologia linguística. Em relação ao que Cannecattim diz, quais são os padrões formais da língua portuguesa para que ele possa dizer as mesmas estavam sendo ‘bundizandas’?

Segundo Sapir (1979, p. 67-69), cada língua dispõe de um ou mais “métodos formais para indicar a relação de um conceito secundário ao conceito básico do radical”. E essa relação pode ser feito de diversas formas. Dentre as 6 formas dos vários processos gramaticais de Sapir, citamos a que nos interessa para o presente artigo:

– *composição; afixação*, que abrange o uso de prefixos, sufixos e infixos; *modificação interna do elemento radical* ou gramatical em referência quer a uma vogal, quer a uma consoante; *reduplicação*; e *diferenças de acentuação*, sejam elas dinâmicas (intensidade), sejam tônica (altura, também chamada “tom” e entoação).

Se por um lado Sapir informa sobre os vários processos de ‘agrupamento’, por outro ela ressalta que importa não esquecer que um fenômeno linguístico não pode ser tido como ilustração de um “processo” definido, senão quando lhe é inerente um determinado valor funcional. Não estamos tratando aqui de ‘um processo definido’, mas de um fenômeno que revela a confluência de sistemas, e que não perde em nenhum momento o ponto de vista funcional.

Sapir (1979, p. 71-73) nos lembra que em algumas línguas, como o latim, “*a ordem das palavras* presta-se a ser antes um princípio retórico do que estritamente gramatical (...) ou para causar um *efeito retórico ou estilístico*... Por outro lado, temos que verificar uma ordem de colocação vocabular, ou mesmo do processo de afixação de conceitos secundários, ou melhor, especificadores que se afixam ao radical. Isso porque em muitas línguas, a composição circunscreve-se ao que podemos chamar a função delimitadora, segundo Sapir, ou especificadora”.

No que tange aos três *tipos de composição por afixação* – o uso de prefixos, de sufixos e de infixos – o segundo é o mais encontrado. Essa afirmação de Sapir (1979, p. 74) depende muito bem do tipo de língua com a qual se está dialogando, e não uma ‘obrigação de posicionamento linguístico’. Por outro lado, Sapir diz que naquela forma de afixação por

sufixo pode sofrer mudanças (e cita a língua khmer – cambojano que ainda há traços de antigos sufixos que deixaram de funcionar como tais, e hoje são sentidos como partes integrantes do radical)¹⁶.

As línguas estão em constante processo de transformação, mas é razoável admitir que tendem a conservar por mais tempo o que é mais fundamental na sua estrutura. Ora, se considerarmos grandes grupos de línguas geneticamente [tipologicamente] aparentadas, verificaremos que, passando de uma a outra ou acompanhando o desenvolvimento de cada uma, encontramos frequentemente uma mudança gradual do tipo morfológico. Não é um fato surpreendente, pois não há razão para uma língua ficar permanentemente fiel à sua forma originária. É interessante, contudo, notar que uma língua transita na outra, contudo o tipo conceitual tende a persistir por muito mais tempo (SAPIR, *op. cit.*, p. 145).

Em se tratando de ‘bundização’ do português, uma palavra especificamente nos chamou a atenção. Esse fato mostra muito bem o que Sapir quis dizer logo acima:

<i>O rilenzo</i>	O lenço	<i>Co malénzu</i>	Os lenços ¹⁷
------------------	---------	-------------------	-------------------------

¹⁶ Esse processo de ‘afuncionalidade’ ou ‘desfuncionalidade’ (dessemantização?) de marcas sufixais (por que não dizer marcadores conceituais afixados?) é um campo aberto a se verificar as acomodações de palavras bantas ao português brasileiro, pois a maioria dos afixos perderam significado e função, e também são sentidos como ‘parte do radical’ (74). Depois (p. 84), Sapir comenta sobre a dificuldade em *isolar o acento como processo funcional* está em que ele se acha muitas vezes tão combinado com alternâncias de quantidade ou qualidade vocálica, ou tão complicado pela presença de afixos que o seu valor gramatical aparece sob aspecto mais secundário do que primordial. Já comentamos esse fato em Apontes (2010), Que está por ser trabalhado, a partir da perspectiva da tonologia das línguas bantas e possíveis ‘vestígios’ no português brasileiro.

¹⁷ *Ri* e *ma* aparecem também na parte *Diccionario Abreviado da Lingua Congueza*, no final da Collecção de Cannecatim, com as palavras *ribáia: táboa; mabáia: taboas*; língua: *ludimi (congo), ririmi (bunda)*; limão: *marimão (congo), rimão, marimão (bunda)*. Nas observações das palavras congolezas para bunda, percebe-se uma equivalência de (L) para (R), respectivamente, e (D) e (R): diá – riá, também Ji para Zi. Por outro lado, há algumas realizações de um som que fica “confuso” (no dizer dele, mas que na verdade é um som retroflexado), entre o D e o R (Cf. CANNECATTIM, 1805, p. 152, 155). Porém como se trata de empréstimo mais voltado para o lado das realizações fonético-fonológicas, vamos deixar para outra oportunidade. Vale salientar que Dias (1697/2006) atestava a presença de 12 particulas com as quais se fazia a ‘concordância’ do adjetivo com o substantivo, o *Ri* estava presente (*vairava*, as vezes, em *rià*), porém o *MA*, não (somente, *ma, a, i, gi, tu*. Na página 3, Dias tece o seguinte comentário: *a todo nome, que não significa racional, arvore, e instrumento de baile, se pode ajuntar por elegância esta particula, Ri, com tanto que os taes nomes comecem por estas letras consoantes B, C, F, N, L, S, T, Z.* (Em nosso exemplo-problema inicia-se com L, apesar de não ser língua de Angola, dos Abundo). Por outro lado, Continua Dias, na página, 10, “deve-se notar que as ditas particulas costumão muitas vezes usar dellas os Abundos, pondo huas por outras, por causa das variedades das línguas Angolanas. Mas sempre fazem o mesmo sentido; porque não varião totalmente a substância dos nomes, e verbos, ainda queo idioma fique muy certo”.

Tendo em vista que a etimologia das palavras abundas pede para pôr no princípio, e não no fim da palavra, os diversos ‘morfemas’, esses diversos espécimes de elementos e modificações gramaticais oferecem uma peculiaridade comum: não poderem na maioria dos casos ser usados isoladamente, mas ao contrário “precisam de qualquer maneira adaptar-se ou soldar-se ao radical para transmitir uma noção inteligível” (SAPIR, 1979, p. 37-39). Então, tanto o radical propriamente dito como o elemento gramatical são apreendidos, exclusivamente, por um processo de abstração. Isso porque, sendo morfema de classe, cada radical é ‘averiguado’ antes de ter sua anexação a uma palavra e sua categorização. O *mergulho na nova forma* não se dá com valores em separado. Entre o radical que será especificado através da classe e o morfema a ser inserido prefixadamente há uma ideia relacional e não apenas uma colocação de morfema zero [ø] ou morfema de plural [-s].

Se palavra é, para Sapir, o menor trecho de significação plenamente satisfatório em que a sentença se resolve, não pode ser seccionado sem perturbação de sentido; ficando sempre em nossas mãos, como fragmentos inúteis, uma ou outra, ou ambas, das partes cindidas. O que nos dá a entender que em *rilenzo* e *malénzu* a marcação inicial é importante na ‘bundização’ da palavra portuguesa ‘lenço’. Sem a prefixação marca-dora de classe, seria apenas ‘fragmentos inúteis’, ‘non sense’. *Ri* e *Ma* passam a ser elementos qualificativos (palavras ou partes funcionais de palavras...) mediante os quais se estabelecem a conceituação ou a relação cognitiva dessa palavra estranha, passando a ser entranhada na língua em questão, pelos falantes que perspicazmente ‘acrescentam detalhes’ significantes de apropriação de termos outros¹⁸.

Assim podemos ver que “podem ser conscientemente criadas novas palavras à custa dos elementos básicos e sob o modelo de palavras antigas”, mas dificilmente se criariam novos tipos de frases¹⁹. Não há, de maneira nenhuma, incoerência de correspondência, pois obedeceu ao campo dos conceitos abstratos e relacionais, pois o conceito se encarna

¹⁸ Ainda nos lembra Sapir (1979, p. 45) que caracteres como o acento, a cadência, e o tratamento das consoantes e vogais no corpo de um vocábulo são-nos não raro, útil auxílio para a demarcação externa das palavras... fortalecem um sentimento de unidade. (E esse fato ainda está por ser analisado, como já dissemos).

¹⁹ Em referência a essa assertiva de Sapir (p. 47), vamos deixar para uma próxima oportunidade o comentário.

num elemento gramatical que não feriu a marcação de singular nem de plural.

É óbvio que há para cada língua um “limite que não lhe é dado transpor (...)” associações menos frequentes ocorrentes são banidas em proveito de outras mais vitais. Em outros termos, todas as línguas têm uma tendência à economia de expressão. Se essa tendência fosse de todo inoperante, não haveria gramática, o fato gramatical, aspecto universal da linguagem, é apenas a manifestação do sentimento geral de que conceitos e relações análogas se exprimem, mais convenientemente, por meio de formas análogas (SAPIR, 1979, p. 47)

3. *Estruturação da bundização das palavras portuguesas*

Tendo em vista que a linguagem se move inteiramente no âmbito ideacional e cognitivo²⁰, os mecanismos linguísticos, que não feriu nos âmbitos citados (marcação de pluralização), sugere uma evocação de interação de padrões morfológicos que podemos sintetizar da seguinte forma:

ESTRUTURA BANTA			ESTRUTURA PORTUGUESA	
Estruturação mórfica			Estruturação mórfica	
Prefixação			Sufixação	
Conceito		Nome radical	Conceito	
Singularização	Pluralização		singularização	Pluralização
Ri-		Lenço	ø	
	Ma-	Lenço	-	-s
Morfema de classe Nº 5		Categoria – classificação	Morfe genérico ²¹	

As duas formas “se combinam”, se coadunam, se confluem na conceituação. Porém, percebemos que a posição fixa na sentença é determinada pela relação sintática do vocábulo. A forma portuguesa – tributária das flexões desinenciais latinas, conjugando categorias de gênero, número pós-fixado ao radical. A elaboração formal superficial difere nas duas formas, porém mostram-se fundamentais para a índole da língua. Assim, temos visivelmente na elaboração formal duas características

²⁰ No dizer de Sapir (1979, p. 48).

²¹ V. g. não especificador de classe.

marcantes, representando as peculiaridades morfológicas das línguas em questão, porém, mantendo as formalizações conceituais.²²

Percebemos que as formas são prenes de sentidos. Talvez se pensarmos que os elementos especificadores que fazem sentido, que são funcionais na estrutura banta sejam principalmente de estrutura prefixada, poderíamos lançar mão de uma tentativa de ‘imposição’ do uso lógico do sistema linguístico que se guarda em sua estrutura profunda - não flexionando em número as palavras do português e do português brasileiro. A interpretação benéfica que se faz (pelo menos se supõe, no caso do português brasileiro), é que não refere-se simplesmente o fato de ter ou não ter um morfema da língua pós-fixado, orientado pela norma novilatina de gênero, número... Os elementos (morfemas) especificadores enquadram-se na interpretação da pre-fixação *bundizada*. Então para quê ‘pluralizar’ palavras do português que obedece a uma estrutura pós-fixada (se o que estava sendo pluralizado, o *input*, seria interpretado como ‘disfuncional’ ou vazio – casa vazia – de significado)? Daí que as interpretações puríssimas da língua de Camões viam somente perjúrio da casta língua, língua de negros, pretoguês... quando, na verdade, era o processo sistemático de ‘bundização’ das palavras portuguesas e do português brasileiro por extensão, e não um péssimo aprendizado, ou incapacidade cognitiva²³.

De envolta com esse preconceito científico (preconceito evolucionista)²⁴ e antecipando-o em grande parte, havia outro, mais humanamente compreensível. “A vasta maioria dos teóricos linguísticos falava por sua vez línguas de certo tipo, cujas variedades mais plenamente desenvolvi-

²² A expressão formal prefixada, com valores próprios, passou a ser absorvida no radical, perpetrando-se e petrificando-se no português brasileiro como uma ‘unidade vocabular’ sintetizada, perdendo toda significação de morfemas classificatórios, como dissemos no artigo: Acomodações de palavras banta em português: algumas consequências morfofonológicas, na *Revista Philologus* n^o, 45.

²³ “Ora, é evidentemente para a fala irrefreada do povo que temos de nos voltar, se quisermos uma informação antecipada sobre o movimento linguístico geral” (SAPIR, 1979, p. 156).

²⁴ Daí se segue que todas as tentativas para estabelecer conexão entre tipos dados de morfologia e certas fases correlatas de desenvolvimento cultural são vãs. Bem compreendidas, são mero rebutalho de ciência (SAPIR, p. 215). Sapir estava falando sobre os processos de classificação tipológica ‘reconhecidas como línguas ‘mais evoluídas’ por terem sistemas flexionais, e as ‘menos evoluídas’ as aglutinantes e as isolantes, que não eram nem herdeiras do sistema greco-romano e nem eurocêntricas. Essa discussão, apesar de interessante, ficará para outra oportunidade. Para os que se interessam, *Falares Crioulos: línguas em contato*, de Tarallo e Alkmin, é uma boa introdução que discute temas maiores como a formação de pidgin, dos falares crioulos e as teorias que essa problemática suscita.

das eram o latim e o grego, que eles tinham apreendido na meninice”. Não lhes foi difícil persuadirem-se que tais línguas, que lhes eram familiares, representavam o desenvolvimento “mais alto”, ao qual a linguagem pode chegar, e que todos os outros tipos eram simples degraus na marcha para esse “mimado” tipo flexional. Tudo o que se conformava com os moldes do sânscrito, do latim, do grego e do alemão era aceito como índice de qualquer coisa “superior”; tudo que deles divergia, era “olhado de má vontade como qualquer coisa de falho, ou, quando muito, como uma aberração curiosa” (SAPIR, 1979, p. 136).

Concordo com Sapir (1979, p. 215) quando diz que ‘o conteúdo da linguagem está intimamente relacionado com a cultura. No sentido de que o vocabulário de uma língua mais ou menos fielmente reflete a cultura que ela tem por propósito servir, é perfeitamente justo dizer que a “história da língua e a história da cultura seguem linhas paralelas.” Porém, não concordo, quando diz que

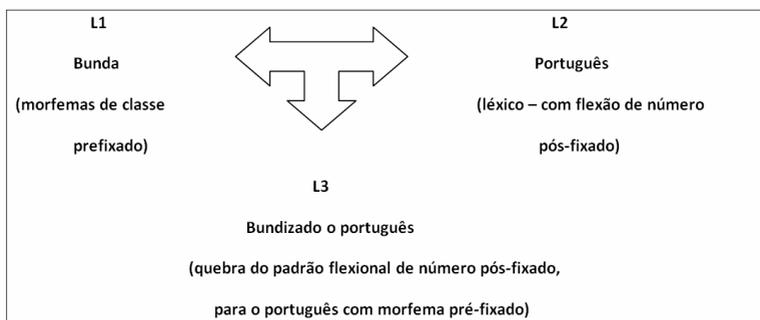
Essa espécie de paralelismo, superficial e externa, não é de interesse real para o linguista, salvo na sua medida em que a criação ou importação de novas palavras projeta luz sobre as diretrizes formais de uma língua dada. O linguista não deve jamais cometer o erro de identificar uma língua com o dicionário que dela se extrai (SAPIR, 1979, p. 216),

pois a importância do confluência entre “pensamento, linguagem e cultura”, ou “território, população e linguagem” já mostrou-se benéfico ao estudo linguístico, acrescentando detalhes e novas opções para o entendimento do processo da “marcha da cultura” que se revela também por meio do jogo linguístico (COUTO, 2007).

Assim, Couto (2007, p. 293) nos lembra que “o fato de determinada variedade linguística reter pelo menos parte de outra língua não é casual nem aleatório; como alguns crioulistas dão a entender”. Na melhor da hipótese, eles ignoram o assunto, com a honrosa exceção de Claire Lefebvre, que vem defendendo a o que chama de Hipótese de Relexificação. Nas palavras da própria autora,

A relexificação é um processo mental que cria entradas lexicais copiando as entradas lexicais de um léxico pré-existente, substituindo suas representações fonológicas por representações derivadas de outras línguas. ... Dessa maneira, é forjado um vocabulário comum... como o contato com a língua dominante é precário, as matrizes fonéticas dos itens lexicais do superstrato são captadas fragmentariamente, não na íntegra. Preenchido pelos padrões semânticos, sintáticos e fonéticos das línguas de substrato.

Assim, em um breve resumo esquemático, temos um processo de acomodação linguística rumo a convergência para uma interlíngua:



Neste caso, a relexificação mostra que a acomodação não só de palavras de uma língua, mas de toda uma inter-relação de redes de significação foi válida e proveitosa no ato comunicativo. Não é apenas ‘simplificação’ de regras e sistemas de uma língua. É um complexo processo de apropriação, de entrada não só lexicais, mas cognitivas, semânticas, mórficas. Cria-se, então, um terceiro movimento linguístico.

4. *Palavras de encerramento*

Rilenzo e *Malénzu* não representa meramente um processo meramente ‘maquinal’, mas uma espécie de ‘compensação’ pelos recursos que se obliteravam no interior da língua. Há, sim, um rompimento e reforma do padrão, uma remodelação mórfica. Se formos olhar o que Sapir disse sobre palavra que é:

O menor trecho de significação plenamente satisfatório em que a sentença se resolve. Não pode ser seccionado sem perturbação de sentido, ficando sempre em nossas mãos, como fragmentos inúteis, uma ou outra, ou ambas, das partes cindidas (1979, p. 44).

É a união de novos morfemas nas ‘palavras portuguesas bundizadas’ acaba fortalecendo um sentimento de unidade e de ‘pertencimento linguístico’, rever a forma ‘estranha’ e absorver para bundizar, tornar-se próxima e mais visível e mais audível ao sentimento da língua... “o sentimento que vence o vencedor”... ainda que por pelas beiradas, sungando as palavras, balançando a sambikira, num faceiro só.

Essa ‘bundização’ de palavras portuguesas, revelada pelo empréstimo, nos guia na pesquisa do muito que se tem a fazer para revelar a contribuição da influência bantoística na formação do português brasileiro.

ro, e sua modalidade que chegou ao Brasil para contribuir com o vernáculo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGENOT, Jean-Pierre; BELTRAN, Luís; TEIXEIRA, Marco Antônio. *Os iberoamericanismos de origem bantu e as línguas bantu. Atlas do Workshop Internacional sobre procedência poliétnica dos afroiberoamericanos de origem bantu: evidências etimológicas e históricas*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2009.

APONTES, Selmo Azevedo. *Relatório do curso “Tonologia comparativa das línguas bantu”*, ministrado pelo Prof. Dr. Jacky Maniacky (MRAC), de 13 de julho a 1 de agosto de 2009, no Campus da UNIR em Guajará-Mirim. (Digitado)

_____. Acomodação de palavras bantu em português: algumas consequências morfológicas. *Revista Philologus*, Ano 16, nº 46. Rio de Janeiro: CiFEFIL, jan./abr. 2010. Supl.

BONVINI, Emílio. Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. Du XVIe siècle au XVIIIe siècle: dans le sillage des explorations. *Histoire Épistémologie Language*. Tome 18, fascicule 2, 1996, p. 127-148.

CANNECATTIM, Frei Bernardo Maria de. *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense*. Lisboa: Impressão Regia, 1805.

COLE, Desmond T. The history of African Linguistics to 1945. In: *Current Trends in Linguistic*. Edited by Thomas A. Sebeok. Linguistics in Sub-Saharan African. Mouton: The Hague; Paris, 1971, p. 1-17.

COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

DIAS, Pedro. *Arte da língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe, & Senhora dos mesmos pretos, pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesu*. Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1697. (Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006).

GALINDO, Caetano Waldrigues. Furunando Kabuverdi. In: *Fragmenta*, Curitiba: UFPR, n. 17, p. 109-121, 2000.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

JOHNSTON, Harry H. *A Comparative Grammar of the South-African Bantu Language*. London, 1919.

KEMPF, Marques da Silva. *Os critérios e a metodologia da sociolinguística no levantamento e na análise da contribuição das línguas africanas às variedades do português vernáculo brasileiro*. (A ser publicado no GEPIAA).

_____. *Os brasileirismos de “origem desconhecida” e as lexias e expressões de origem africana num levantamento do léxico de “nordentinos pioneiros em Guajará-Mirim”*. (A ser publicado na ABECS)

MUTOMBO, Daniel. *Propuesta de una lingüística africana globalizante y libertadora*. 1. ed. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento, 2007.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1979.

TARALLO, F.; ALKMIN, T. *Falares crioulos*. Línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

TORRENT, I. *A comparative grammar of the South-African Bantu Language*. London, 1893.

**CALUNDU: CALO DUO?
ETIMOLOGIAS APRESSADAS OU PRECONCEITO**

Selmo Azevedo Apontes (UFAC)
selmo@ufac.br

1. Introdução

A percepção sobre a riqueza dos diferentes povos na contribuição da formação da língua ‘brasílica’ exige uma séria e respeitosa pesquisa, e divulgação da mesma e termos de presença nos livros didáticos e paradidáticos. Muito fácil é taxar lexias como ‘brasileirismos’. Contudo, isso não explica nada. Apenas demonstra a redoma de poeira embaçando a visão não só da palavra, mas também da característica projetiva de uma suposta homogeneização cultural indistinta, sem origem, frutos de saberes heterogêneos, que constituiu ‘a’ cultura brasileira²⁵. Dentro desse processo, aliado não à lexia, mas à importância na situação da esfera social que o ‘contribuinte’ portador e usuário daquela lexia, é que se deve a ‘catalogação’ das etimologias.

Sem representação dentro das oligarquias ou “sacarocria-cias²⁶”, também não se tinha o direito de arrogar ‘contribuir’ para a formação do novo habito linguístico brasileiro. No fundo, não era contato de línguas (ou línguas em contato), mas sim contatos sociais. Até hoje somos influenciados (e é difícil desapegar a termos acadêmicos interessantes, mas carregados de um preconceito disfarçado, ou no mínimo que faz passar ao largo do problema real) pelo biologismo linguístico. As línguas sem falantes, sem um povo, sem um território. Conseguimos abstrair toda a problemática concreta que gera o problema, e a reflexão sobre o problema, direcionando até pseudossoluções para este. Assim, a representação social dos povos na esfera econômica era espelho para ver sua ‘cultura’ expressa e visualizada na sociedade.

²⁵Aproveito-me das oportunas palavras de Galindo (2000, p. 113), ao refletir sobre *Furunando Kabuverdi*, porque não dizer “trata-se de um personagem entre outros, de uma presença parca, destinado certamente a apenas preencher mais uma possibilidade no mapa de caricaturas linguísticas e culturais que montava a peça.”

²⁶No dizer de Jesús Fuentes Guerra. *Léxico Palero: Retenciones Kikongo o multilingüismo bantu?*. In: ANGENOT, BELTRÁN & TEIXEIRA (2009). *Os iberoamericanismos de origem bantu e as línguas bantu*. Atas do Workshop Internacional sobre a procedência polítnica dos Afroiberamericanismos de Origem Bantu: Evidências Etimológicas e Históricas. São Carlos: Pedro & João Editores.

2. *Calundu ou calo duo?*

Sendo o léxico de uma língua o conjunto de vocábulos de um idioma (COUTO, 2007, p. 188), é por meio dele que a língua se expressa e manifesta o conhecimento partilhado na intercomunicação. Graças ao acesso ao referente lexical que fazemos parte de uma mesma comunidade linguística. Porém, o léxico não tem uma vivência isolada no conjunto de saberes partilhado por uma comunidade. Couto (p. 189) lembra Makkai na assertiva de que *“cada palavra [...] está em íntima relação com inúmeras outras palavras, cujas interconexões podem ser representadas como uma gigantesca rede. Esse tipo de rede não tem nenhum começo ou fim lógicos”*. Assim sendo, Makkai (1996:79, in Couto, 189) nos brinda dizendo que *“uma palavra é um ponto de ‘conexão’ ativado ou motivado em uma complexíssima rede de relações semânticas, gramático-morfológica e fonético-fonológicas”*. Dessa maneira, a rede de relações que a palavra evoca é complexa, não só do ponto de vista gramatical, mas também de seus ‘campos (ou relações) semântica, que tem ligação direta com as propriedades culturais’.

Segundo Sapir o léxico é o componente da língua que mais diretamente reflete a cultura da comunidade. Então, o léxico reporta a um grande elo de fios e emaranhados campos constituidores de saberes, para nominar não apenas a coisa, mas os fatos, os ritos, os momentos significativos representados por apenas um léxico. Como se fosse uma ‘porta de entrada’ às ações culturais.

Couto também nos lembra as oportunas palavras de Malinowski (1972): *“toda locução só se torna compreensível se interpretarmos pelo seu contexto de situação”*. Se o léxico faz parte de um conjunto de saberes culturais de uma determinada comunidade, nada mais justo que conhecer tal comunidade para poder ‘interpretar’ melhor o que o léxico representa (ou o que ele evoca, suscita...). Essa parte, conhecer a comunidade da qual provém o léxico, foi muito esquecida.

Corroboramos também com a ideia de Addam Makkai (1999, p. 71), quando afirma que *“a ideia básica de que a língua não é um conjunto de ‘objetos’ mas uma rede de relações é essencial para a gramática pragmático-ecológica”*. Sendo a língua uma rede de relações, ou uma *“ponte de duas mãos entre a cognição humana e uma variedade de código e desses códigos para a cognição humana”*. Assim, o próprio sistema, como estrutura que é, *“é o ponto onde se entrecruzam relações, ou seja, as diversas*

regras abstraídas dos atos de interação comunicativas, que podem constituir uma gramática”, (COUTO, p. 99).

O estudo do léxico nos dá pistas para entender a ‘coinização’, no qual um desaparecimento de traços dialetais muito marcados, em prol do que é relativamente geral no português brasileiro. Essa interpretação de Couto se encaixa muito bem na proposta que discutiremos aqui que é apropriação lexical e a supressão cultural. O léxico, nesse caso, se imbrica a uma territorialidade, a um campo semântico ou a uma relação proxêmica²⁷.

O léxico, como produção cultural, é resultado da relação do homem com seu espaço, tempo, numa rede de relações partilhadas. Se o conjunto de saberes, manifestados lexicalmente, de uma comunidade que está sendo revisitada para verificar a contribuição na constituição dos saberes, ou rede de relações que se firmou na gramaticalidade do brasileiro, nada mais justo que entender como o processo de exclusão da contribuição foi construído, anuviado, embaçado, suprimido; pois, querendo ou não, somos, ainda, um pouco influenciados por esta construção²⁸.

Bosi lembra uma história de um peregrino que chega à casa de um fazendeiro e, à noite, não consegue dormir devido a *batuques* e *calundus* que os negros faziam na senzala.

Respondi-lhe que fora procedida do estrondo dos atabaques, pandeiros, canzás, botijas e castanhetas; com tão horrendo alaridos, que se me representou a confusão do inferno. (Nuno Marques Pereira, *O Compêndio narrativo do Peregrino da América*, 1728, *apud* BOSI. A Dialética da Colonização, p. 60)

Bosi está citando o livro:

Compendio Narrativo do Peregrino da America em que se tratam varios discursos Espirituaes, e moraes, com muitas advertencias, e documentos contra os abusos, que se achão introduzidos pela malicia diabolica no Estado do Brasil. Dedicado à Virgem da Vitória, emperatriz do ceo, rainha do mundo, e Senhora da Piedade, Mãe de Deos.

²⁷ “É o estudo da percepção diferenciada que o homem tem do espaço e do tempo bem como do uso que faz dele” (SEBEOK, 1969, p. 83, *apud* COUTO, 2007, p. 103).

²⁸ Apenas para deixar claro este legado, vejamos o comentário de Philip Baker, explicando como se deu o processo de aprendizagem mal feita: “uma das ideias mais comuns em todas as tentativas de explicitação de como os crioulos foram formados é o fracasso. As pessoas tentavam aprender uma língua europeia e falhavam, ou então, tentavam manter sua língua tradicional e falhavam. De qualquer modo, as línguas crioulas eram resultado de um fracasso”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Foi publicado na “Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio”, na primeira edição, de 497 páginas. O sucesso desta fez com que se seguissem outras quatro, em 1731, 1752, 1760 e 1765, sendo que a segunda e a terceira obtiveram, além das licenças ordinárias, o acréscimo do “Privilégio Real”²⁹.

Voltando às reflexões de Bosi, antes de dar a sequência argumentativa da etimologia, o que vem primeiro é uma série de reflexões sobre a cultura ‘daqueles dos negros’. Representação que permeia em nosso tipo de ‘educação construída’ sobre a heterogeneidade cultural e o juízo de valor sobre ela: “*confusão do inferno*”. Associando as atividades ritualísticas à prática diabólica.



Frontispício da 1ª edição³⁰

²⁹ Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nuno_Marques_Pereira - acesso dia 05 de Novembro.

³⁰ CASTELO, José Aderaldo. A Literatura Brasileira. V. 1. Origens e Unidades, p. 102. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 05-11-2010.

Depois, feitas as considerações que embasarão a provável etimologia (por que não dizer *etimologia transviada forçosamente*?!): “Agora entra o meu reparo (lhe disse eu). Pois, senhor, que cousa é Calundus?”...

As lexias têm um estranho poder de nos tirar o chão quando dela dependemos para entender um contexto maior. Os ouvidos ficam arranhados, a relação entre significante e significado(s) um relação no escuro; o tato só funciona depois de uma ‘topada’ em um ambiente em que não se conhece ‘os cômodos e a disposição dos elementos’.

a) A explicação do fazendeiro

São uns folgedos, ou adivinhações (me disse o morador) que dizem estes pretos que costumam fazer nas suas terras, e quando e acham juntos também usam deles cá, para saberem várias cousas perdidas; e também para terem ventura em suas caçadas e lavouras, e para outras coisas.

Oportuna é a explicação de Bosi, sobre a exposição cultural advinda da etimologia. Teremos então duas posições: uma que respeita a tradição cultural dos povos (*feita pela voz do fazendeiro – muito estranho, mas...*); e a outra pelo Peregrino da América, o foco de nossa discussão. Vejamos:

A explicação do fazendeiro, na verdade é uma boa lição de antropologia, colhe em termos simples as funções integradoras do rito que se transplantou da África e se manteve nas condições adversas do eito e da senzala. Mas o Peregrino não se convence nem se rende; ao contrário, condena a tolerância do hospedeiro a ponto de chamá-lo de excomungado, nome que estende aos escravos por crime contra o primeiro mandamento, pecado de idolatria e culto do diabo, exatamente como fizera, uma gestão atrás, o poeta Gregório de Matos em seu julgamento dos costumes afro-baianos:

Que de quilombos que tenho com mestres superlativos,

Nos quais se ensina de noite

Os calundus e feitiços!

.....

O que sei é que em tais danças

Satanás anda metido,

E que só tal padre-mestre

Pode ensinar tais delírios.

b) A explicação do Peregrino da América:

Nosso inquisitorial Peregrino das palavras passa à ação. Manda chamar o “Mestre dos Calundus”, provavelmente o babalaô, pergunta-lhe o que faz, e dá-lhe uma aula de estaparfúdia etimologia para provar o catáter demoníaco das suas artes:

Dizei-me, filho (que melhor fora chamar-vos pai da maldade), dizei-me que cousa é Calundus?” O qual com grande repugnância e vergonha me dis-

se: que era uso de suas terras, com que faziam suas festas, folguedos e adivinhações: “Não sabeis (lhe disse eu) esta palavra de Calundus o que quer dizer em português?” Disse-me o preto que não. “Pois eu vos quero explicar (lhe disse eu) pela etimologia do nome, que significa. Explicado em português, e latim, é o seguinte: que se calam os dois. Calo duo. Sabeis quem são estes dois que se calam? Sois vós, e o diabo, e calais vós o grande pecado que fazeis, pelo pacto que tendes feito com o diabo; e o estais ensinando aos mais fazendo-os pecar, para os levar ao Inferno quando morrerem, pelo que cá obraram junto convosco. (BOSL, p. 60)

Paolilo (2010), também sobre este episódio, comenta que:

Exemplificando a forma de Nuno Marques empregar o discurso alegórico, tomamos o capítulo XI, em que o Peregrino reclama a seu hospedeiro do barulho produzido pelos negros ao entoar seus calundús enquanto ele dormia. Diz que tais práticas são abomináveis aos olhos de Deus, ferindo o primeiro mandamento do Decálogo, e que deveriam ser proibidas pois o objetivo cristão do escravismo é a conversão das negros pagãos ao cristianismo. O dono da casa chama os negros para conversarem com o viajante que lhes explica, recorrendo à etimologia de calundú em português e latim, que os rituais africanos são diabólicos e quem os pratica está intimamente comprometido com o Diabo e apartado de Deus. O feitiçeiro-chefe é exorcizado, todos rezam e fazem penitências por seus pecados, inclusive o hospedeiro, pois permitia que seus escravos realizassem rituais de origem africana. Os instrumentos dos negros são queimados e todos ficam em paz.³¹

A paz do silêncio dos atabaques...

3. *Calundu – Calo Duo?*

Sendo o léxico a parte constitutiva da cultura e a manifestação das relações e redes de experiências, quando se quer a justificar a ‘origem etimológica’ de uma palavra vale todo e qualquer argumento. Primeiro “destrói-se” toda uma organização tipológica da língua, para inserir um pseudossignificado que interessa ao objetivo discriminatório de associar atividades ritualísticas diferentes a um peso simbólico religioso cristão.

Em seguida, não interessa a morfologia (ou morfofonologia, morfotática...³²) da língua da qual advém a lexia e seu universo cultural. O

³¹ Outro interessante material em que se pode verificar as assertivas e mais comentários sobre a época e o tema é Lima (2009).

³² Sapir (1979, p. 247-248) esclarece o termo: “Outro aspecto, cuidadosamente tratado por Bloomfield, na descrição linguística, foi o fenômeno do “sandhi”, que ele define como traços de modulação e modificação fonética nas construções sintáticas. No seu livro de 1933, adota o termo hindu: sabe-se como ele apreciava o método descritivo de Panini e demais gramáticos da Índia antiga. Em breve, porém passou a usar o termo “morfofonêmica”, que melhor se harmonizava com a sua terminologia

entendimento da morfologia não resolve, mas nos dá pistas interessantes sobre a busca da etimologia. Mas não a etimologia embasada no “renascimento classicizante” (GALINDO, 2000, p. 112).

Hyman (2003, *Sound Change*, p. 5) orienta para a averiguação do processo de afixação, pois esta não ocorre de forma simples. Obedem a um padrão diferente de estruturação mórfica, que ‘respeita’ diversos fatores: “*The regard the affixation process as extremely complex, involving syntactic, phonetic, semantic and processing factors*” and propose a *Fossilized Syntaxe hypothesis*”.

Talvez justamente por esse processo extremamente complexo das estruturações do lexico bantu, foi mais fácil esquecer toda a forma básica da língua... E hoje, com certeza, temos processos não só morfofonológico, mas também sintático “fossilizado”. E o léxico, antes um conjunto de especificações afixadas, agora somente um bloco monolítico.

Galindo, em seu Furunando Kabuverdi (p. 115), refletindo sobre os processos de acomodação nos diz que:

Se na fonética temos talvez material que pode chamar mais claro, a morfologia pode vir a fornecer dados sem dúvida mais preciosos, por se tratar, em essência, da grande área caracterizadora dos processos de criouliização, especialmente em crioulos de base lexificadora românica, visto se dar tal mudança usualmente na direção de uma simplificação, de uma redução da conhecida abundância morfológica dessas línguas de fonte...

Assim, do ponto de vista da perspectiva da ‘redução da conhecida abundância morfológica’, vejamos sumariamente a exposição da pseudo-etimologia dada pelo Peregrino da América:

gera e ficou logo o corrente na América do Norte: corresponde ao de “morfologia”, do Círculo de Praga, e deve ter sido sugerido por este, sem incluir porém a supressão, por eufonia, da repetição da sílaba *-fo*, que se praticou no termo europeu. Quanto a “fonêmica”, que é na escola linguística norte-americana o nome consagrado para o estudo específico dos fonemas, trata-se de uma substantivação do adjetivo “fonêmico”, que Bloomfield derivou de “fonema” sem se preocupar com os princípios de derivação grega, aplicados em helenismos da mesma estrutura, como em “matemática”, “gramática” etc. O neologismo, que tem repugnado a certos “estudiosos europeus (Amado Alonso, por exemplo, preferiu “fonemática”), é bem expressivo da atitude emancipativa, e até despreocupada, da linguística norte-americana em face dos problemas de correção; nisto os linguistas americanos contrastam com os seus colegas europeus, que nunca abandonam inteiramente um tal ou qual purismo”.

CALUNDU – pretensa segmentação		
CA	LUN	DU
CA-	LO	DUO
CAL-	O	Duo
Rad.	1ª p.sg. pres. Indicativo Ativo	Numeral – 2

“Pois eu vos quero explicar (lhe disse eu) pela etimologia do nome, que significa. Explicado em português e latim, é o seguinte: que se calam os dois. *Calo duo*”. A partir da deturpação etimológica (que na verdade é apenas um dos argumentos para reprovar a cultura diferente), a palavra descontinuada de seu universo cultural, o qual dará o conteúdo semântico, entra num campo perigoso: parece que a única cultura que ‘faz sentido’ é a herdeira da cultura latina (ou a revisitação do classicismo grevo-latino), portadora e doadora de significados infalíveis. A lexia é estraçalhada no pelourinho da etimologia pseudo-latina, e retalhada à força pelos golpes chibatantes da falsa morfologia que vê o que não existe.³³

- c) Quando o *preto* diz que não é português, alguma coisa tem em mente para fazer tal assertiva. O *Mestre dos Calundus* não titubeia, nem ginga. Porém, só tem um tempo de fala: o tempo de responder. Segue-se, então, a justificativa dada acima. Por outro lado, o silêncio do *Mestre dos Calundus* é a resposta. O *furundum* dos tambores darão a resposta (e ainda estão dando... junto com as *milonga*).

Conhecemos bem a palavra *lundu* (“cê tá de lundu, muleque?”), porém a forma como aparece, e se atento à rede de relações mórficas das palavras³⁴, temos a representação:

CALUNDU	
CA ³⁵ -	LU-NDU
Pluralizador?	Rad.
Diminutivo?	

³³ Para uma ampliação dos efeitos da palavra *calundu* e os diversos ritos afros, na Bahia chegando a Minas, por volta de 1711, na personagem Luzia Pinta, ver Laura de Melo e Souza (2002). *Revisitando o calundu*. USP.

³⁴ Um bom trabalho para a percepção da estrutura mórfica pode ser vista em Hyman. *Segmental Phonology*. O qual trata da estrutura da sílaba em bantu.

³⁵ Será que os as palavras que seguem teriam morfema anexado às palavras: Ca-tombo (calombo)? Cacarote? cabaça?

São uns folguedos, ou adivinhações (me disse o morador) que dizem estes pretos que costumam fazer nas suas terras, e quando e acham juntos também usam deles cá, para saberem várias cousas perdidas; e também para terem ventura em suas caçadas e lavouras, e para outras coisas.

Porém, esse tipo de interpretação da cultura que advêm a partir das ‘entradas lexicais’ não foi a vitoriosa, em se tratando da herança analisadora dos fatos diferentes. Se nossa visão historicizada fosse desconstruída, entenderíamos melhor a razão de ser da diversidade, da heterogeneidade e seu benefício.

Como vimos em Paolino (que nos dá a continuação textual), parece que continua vitoriosa uma visão estereotipada, de um pensamento colonialista em plena modernidade:

Os rituais africanos são diabólicos e quem os pratica está intimamente comprometido com o Diabo e apartado de Deus. O feiteiro-chefe é exorcizado, todos rezam e fazem penitências por seus pecados, inclusive o hospedeiro, pois permitia que seus escravos realizassem rituais de origem africana. Os instrumentos dos negros são queimados e todos ficam em paz.

4. Os dicionários

Segundo o Houaiss, 2009, (termo aparecido entre 1671-1696). Angola, Brasileirismo 1 estado de ânimo caracterizado por mau humor e irritabilidade, e claramente manifestado pelo comportamento 2 *antigo* candomblé ou qualquer seita afro-brasileira contemporânea, plural com sentido próprio – *calundus* – s.m.pl. *Brasileirismo antigo*. 3 festas ou celebrações de origem ou caráter religioso, acompanhadas de canto, dança, batuque e que ger. Representavam um pedido ou consulta a divindades ou entidades sobrenaturais. (campo da gramática) *Etimologia* quibundu. *kalu’ndu* ‘ente sobrenatural que dirige os destinos humanos e, entrando no corpo de alguém, o torna triste, nostálgico’. *SIN/VAR* ver sinonímia de *irascibilidade*.

Segundo o Aurélio: Aurélio:

Calundu: [Do quibundu kilundu, ente sobrenatural que dirige os destinos humanos e, entrando no corpo de uma pessoa, a torna triste, nostálgica, mal-humorada]. S.m. Bras. V. Amuo (1): “o tédio, a amargura, os choros se morivos, os calundus, os chiliques” (Jorge Amado, Teresa Batista Cansada de Guerra, p. 156.)

Jean-Pierre Angenot e Geralda de Lima Vitor-Agenot apresentam um resumo das denominações que a palavra *calundu* recebeu pelos diversos pesquisadores³⁶. Subdividindo a palavras em duas acepções:

1) Calundu

calundu (1)	BH	Calundu amuo <i>Kim kiluⁿdu ancestral, alma de alguém que viveu em época remota, e que no caso da primeira acepção, entrando no corpo de uma pessoa, a torna irritadiça, mal-humorada, tristonha.</i>
	YP BR	calundu mau-humor, amuo <i>Kik kiluⁿdao que recebe o espírito</i> <i>Kim kialuⁿdu que recebe o espírito</i>
	RA	calundu (a) alma de outro mundo, duende, avantesma (b) lugar dos mortos, cemitério (c) capricho, dengo, quindins (d) frenesi, nervoso, zanga <i>Kim kaluⁿdu diminutivo de luⁿdu < kuluⁿdu estar de guarda ou resguardo a mulher de parto recente; nessa ocasião ela se crê possuída de um calundu, entregando-se a desvarios numa dança frenética em que salta, pula e corre.</i> [RJ]
	ME	calundu (a) mau humor (b) aborrecimento <i>Kim kaluⁿdu deus angolano</i>
	MA	Calundu aborrecimento, melancolia, “cabeça inchada” [MG]
	FP	calundu (a) tristeza (b) aborrecimento (c) resguardo de mulher parturiente [MG]
	FP	calundu mal humorado [MG]

³⁶ Glossário de Bantuísmos Brasileiros. CEPLA-UNIR- Guajará-Mirim/RO, disponível em www.campusguajara.unir.br – BH (Aurélio Buarque de Holanda), FP (Byron Torres de Freitas & Tancredo da Silva Pinto (1955)), BR (Visconde de Beaurepaire-Rohan -1956)), RA (Jacques Raimundo (1933)), ME (Renato Mendonça (1933/1973)), MA (Ayres de Mata Machado Filho (1944)), CA (Câmara Cascudo – 1964), NL (Nei Lopes (2003)), SC (John T. Schneider (1991)), YP (Yeda Pessoa de Castro (2001)). *Kim* (Kimbundu), *Kik* (Kikongo).

	CA	calundu (a) má humor (b) neurastenia (c) irritação (d) frenesi
	BR	calundu (a) tipo de “spleen” (b) neurastenia, tristeza NORTE, NORDESTE, SP] <i>Kim kalundu < lu^udu abrigo para mulher recentemente parida, no qual ela dança o xinguelê sob o efeito de uma possessão</i>
calundu (2): calundum lundu lundum landu mulundu	ME	lundu (a) dança dos negros africanos (b) música que acompanha esta dança
	RA	lundu, lundum (a) dança de pretos, espécie de batuque em que as dançarinas se meneiam com bastante desenvoltura. (b) denominação de uma certa cantiga já em desuso. mulundu topônimo: rio [ES]
	CA	calundu até meados do séc. XVIII era sinônimo de candomblé ou macumba
	NL	calundu (a) denominação dos antigos cultos afro-baianos (b) local onde se realizavam esses cultos
	SC	mulundu
	YP BR	calundu, lundu a mais antiga denominação de culto afro-baiano, registrado no século XVII lundu, mulundu dança de origem africana de par solto, acompanhada de canto, que teve seu esplendor no Brasil em fins do séc. XVIII e começo do séc. XIX. Daí em diante, canção solista, influenciada pelo lirismo da modinha e frequentemente de caráter cômico <i>Kik-Kim kalu^udu obedecer um mandamento, realizar um culto com música e dança</i>

Parece que palavra possui características em que os significados convergem sempre para as mesmas representação semântica ou quem sabe uma palavra polissêmica que, fora de seu contexto especificador, vai ganhando espaço para preencher experiências dizíveis nas entradas lexicais reduzidas e desritualizada. Por outro lado, as palavras de Cannecattim (p. 154), confirmam tanto os usos de *calundu* para ‘canto’ que acompanhavam os ritos e tanto quanto para os ‘ritos’; deixando claro o sentido ‘abominável’ a que o termo evoca. Vejamos:

Assim o indicão os seus costumes, e a uniformidade das suas ceremonias. O uso particular de cada familia em ter o seu *Qui-búcco*, isto he, o seu Idolo; o supersticioso culto, que lhe tributão, e a cerimonia, que praticão de o pôr sobre o sepulchro do ultimo individuo, que morre daquella familia: tudo he igualmente observado pelas duas Nações, assim como tambem o culto, que tributão aos Deoses populares. As Leis por que se governão as duas Nações; o modo, que guardão na escolha, e eleição dos seus Maiores; a fórma dos seus Governos; as superstições, e juramentos gentilicos que usão; os ridiculos, e infames usos da Nigromancia, e os bailes que chamão *Lundús*, *Batúques*, e outros menos abominaveis; a cura que fazem aos seus Enfermos com a intervenção dos Adivinhadores, e Chinghiladores, ou Magicos; os funeraes, e enterros, conduzindo o Cadaver á sepultura com huma turba de gente, que vai dançando, e cantando diante d'elle, e os prantos a humas certas horas ao nascer, e pôr do Sol, ao meio dia, e de noite ao cantar do Gallo, ceremonial praticado em todo o tempo do nojo, o que chamão *Tám-bi*; a casa do uso, ou onde a Noiva he encerrada por alguns dias, tingindo-se de vermelho com a raiz de hum páo chamado *Tacúla*, a fim de ser fecunda, e as mais ceremonias que precedem, acompanhão, e seguem os casamentos, com outras festas gentilicas, apenas em alguma cousa se differença, sendo em tudo o mais as duas Nações conformes.

O que se percebe é que os dicionários, nesse caso, parece testemunha de um percurso semântico em que a lexia foi passando em cada período da história. Os registros dicionarizados caracterizam o ‘momento’ de uso das palavras. Alguns ainda trazem a situação de uso, facilitando a contextualização. Por outro lado, na sintetização de Angenot e Angenot de Lima percebe-se que os registros foram situados no norte de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. As grandes regiões das sacarocracias. Uma das coisas que ajuda na busca das lexias foi o registro historicizado que alguns autores fizeram. Porém, muita coisa está para ser feita; andar à “cata” dessa e de outras lexias na literatura colonial (como Galindo o fez com o Furunando Kabuverdi, em Gil Vicente), Imperial e Republicana. Pois não se tratam apenas de periodização, mas de um ‘espírito’ cultural que movia as observações acerca dos registros lexicais e as falas dos mesmos sujeitos discursivos, inventores, que fizeram uma engenharia linguística, no sentido da *ars*; e, não, um aprendizado de segunda categoria.

5. *Palavras finais*

O entendimento da estrutura morfológica (morfofática, morfofossin-tática) das palavras do grupo banto ajudará entender e clarear muitas le-

xias que adentraram no nosso linguajar brasileiro e que ficaram ‘perdidas’ ou escamoteadas ‘propositalmente’ (devido a um processo de ‘apagamento sistemático’ da contribuição da cultura afro desde o período do escravagismo vergonhoso).

Até hoje se encontram não só sob a alcunha de *brasileirismos*, mas também de *indigenismo* (ou tupinismo) várias lexias de origem do grupo bantu (claro que há outros grupos, famílias; mas nos detemos apenas neste). O que nos chama a atenção é o fato de ser o resultado de um ‘desconhecimento’ da cultura dos povos africanos, ou se somos ainda gestados academicamente com a herança da supressão da contribuição do *negro* para além do *samba*, para além da *bunda*; e a invisibilização e da rarefação da diversidade cultural. Um processo de homogeneização *lusotupi* (BOSI, 1992, p. 27) era o único processo legal reconhecido como indentitário fundante da cultura brasileira.

Assim, o processo de *assenhoramento* colonial tentou apropriar-se também das unidades léxicas e suas referências aos campos semânticos específicos. Assim, de festa, reunião, advinhação, batuques, furunduns, passou a ser simplismente, *lundu* – cara amarrada, disinxavida*, mocronga*, triste como um possuído por uma entidade triste, que não ouve mais o som dos tambores, e nem recebe mais o espírito dos ancestrais para animar na caminhada...

O *lundu* tem que recuperar seu sentido de *festa, folgado afro*, para desconstruir a tendenciosa etimologia portuguesa e latina, ao som dos tambores, fazendo uma *milonga* saudando as oferendas ritualizadas em calundu, um pequeno ‘*pratinho*’ de barro, *evocando a magia do rito que fundamenta o canto*. Talvez assim vamos ajudando a desconstruir uma caricatura linguística da importância bantu na constituição do vernacular brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANGENOT, Jean-Pierre; BELTRAN, Luis; TEIXEIRA, Marco Antônio. *Os iberoamericanismos de origem bantu e as línguas bantu. Atlas do Workshop Internacional sobre procedência poliétnica dos afroiberoamericanos de origem bantu: evidências etimológicas e históricas*. São Paulo: Pedro & João, 2009.

APONTES, Selmo Azevedo. *Relatório do curso Tonologia comparativa das línguas Bantu*, ministrado pelo Prof. Dr. Jacky Maniacky (MRAC)

de 13 de julho a 1 de agosto de 2009, no Campus da UNIR em Guajará-Mirim. (Digitado)

APONTES, Selmo Azevedo. Acomodação de palavras bantu em português: algumas consequências morfofonológica. *Revista Philologus*, Ano 16, nº 46. Rio de Janeiro CiFEFIL, jan./abr.2010. Supl.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CANNECATTIM, Bernardo Mari de. *Collecção de observações gramaticaes sobre a língua bunda, ou angolense, compostas por Fr. Bernardo Maria Canne cattim, capuchinho italiano da provincia de Palermo, missionario apostólico, ex-prefeito das missões de Angola, e Congo, e superior actual do Hospício dos Missionários Capuchinhos Italianos em Lisboa*. Lisboa, na Impressão Regia, 1805.

COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesurus, 2007.

GALINDO, C.W. Furunando Kabuverdi. *Fragmenta*. Curitiba, n. 17, p. 109-121, 2000.

JOHNSTON, Harry H. *A Comparative Grammar of the South-African Bantu Language*. London, 1919.

KEMPF. *Os brasileirismos de “origem desconhecida” e as lexias e expressões de origem africana num levantamento do léxico de “nordestinos pioneiros em Guajará-Mirim”*, 2009.

KEMPF & MARQUES DA SILVA. Os critérios e a metodologia da sociolinguística no levantamento e na análise da contribuição das línguas africanas às variedades do português vernáculo brasileiro. (A ser publicado no GEPIAA), 2009.

LIMA, Nayara Franciele Lima. *Peregrino da América e André Peralta: dois personagens itinerantes do sec. XVIII*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia. 2009. Disponível em: <http://www.btdt.ufu.br/tde_arquivos/22/TDE-2010-05-19T164859Z-1985/Publico/nayara.pdf>. Acesso em: 05-11-2010.

MELO E SOUSA, Laura. *Revisitando o calundu*. USP, 2002. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/dh/pos/hs/images/stories/docentes/LauraSouza/CALUNDU.pdf>>. Acesso em: 03.08.2010

Suplemento da *Revista Philologus*, Ano 17, Nº 49, 2011

MUTOMBO, Daniel. *Propuesta de una lingüística africana globalizante y libertadora*. 1. ed. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento, 2007.

PAOLILLO, Rodney José. *A visão alegórica: Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, de Nuno Marques Pereira. Disponível em: <<http://members.fortunecity.com/prgalvao/Avisaoalegorica.html>>. Acesso em: 05 de novembro de 2010.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Acadêmica. 1979.

**DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL
MOÇAMBICANA**

Daniele de França Nolasco (UFAC)

danielenolasco@hotmail.com

Sueli Pereira Martins (UFAC)

sueliibm@hotmail.com

Antonieta Buriti de Souza Hosokawa (UFAC)

antonietaburiti@ig.com.br

1. Introdução

“Humba vayilandza hi rihlakahla”

O caracol segue-se pela baba.

(Provérbio Changana)

A sociedade tradicional em Moçambique, ao longo de séculos da sua permanência no seu *habitat*, pratica diversas atividades inerentes à sua cultura e ao próprio ambiente, essas são transmitidas de geração em geração, são perpetuadas, portanto, até os nossos dias. Essas atividades compreendem diversas seções como: produtivas, educativas e recreativas.

Das atividades produtivas salientamos: a caça, por uma questão de sobrevivência do homem, foi a primeira atividade a aparecer e que até hoje é a principal para algumas tribos, a agricultura que é a atividade mais importante de todas, o artesanato, a olaria, o comércio, a indústria, pesca e navegação.

Com relação às atividades educativas temos a oratória em todas as suas manifestações: contos, lendas, adágios, adivinhações, provérbios e ensinamentos. Quanto às atividades recreativas incluem-se as danças e a música.

Há outras atividades muito praticadas em Moçambique, das quais podemos citar a medicina tradicional e a ciência oculta.

Em se tratando da habitação, a sociedade tradicional Moçambicana adota o tipo de palhotas redondas ou quadradas conforme as regiões, mas por influência europeia e asiática, muitos já possuem casas construídas em alvenaria, principalmente nos grandes centros.

A agricultura é, essencialmente, praticada pelas mulheres, mas não podemos considerar esse fato como índice de escravidão, pois segundo a raiz da tradição africana a mulher é a origem da vida e esta surge na terra à qual se mantém-se ligada a humanidade através da mulher. A alimentação varia de região para região. Quase sempre se dá à base de farinha de milho, mapira, machoeira, arroz, porém, em algumas zonas também farinha de mandioca é consumida, acompanhados com carne de bovino, caprino, suíno, peixe, feijão-nhema ou manteiga, amendoim com folhas de abóbora, batata doce, mandioca ou de ervas que são recolhidas no mato. Além disso, em alguns lugares, alimentam-se também de crocodilos, larvas, lagartas e gafanhotos, além de cães e gatos. À mulher e às crianças, caso haja, cabem os deveres domésticos. As mulheres devem submissão total aos homens, porém os homens são livres e podem praticar a poligamia. Suas vestimentas, principalmente as das mulheres, são feitas com tecidos coloridos, os quais chamam de capulana, fazem fatos (roupas para festas), ou simplesmente amarram ao corpo.

Toda herança cultural está profundamente inserida no âmbito da união vital, que tem o seu ponto de partida na comunhão do mesmo sangue e prolonga-se na participação dos mesmos meios existenciais. Entre esses meios tem lugar privilegiado a linguagem: Criação e herança dos antigos, por isso há o dever sagrado de guardá-la, transmitindo-a, e de usá-la, enriquecendo-a.

2. *Situação linguística em Moçambique*

Até meados do século XVIII, a administração do território moçambicano era feita pela Índia (e não diretamente por Portugal). A presença portuguesa começou a fazer-se sentir apenas a partir de 1918. Foi neste período que se iniciou o processo de colonização dessa região, pois foi nesse período que o governo português começou a preocupar-se em lançar um sistema de educação mais sólido naquele país.

Em 1962, foi declarada uma luta armada contra o regime colonial. A Frelimo, grupo que lançou esta luta, precisou encontrar uma língua que servisse para comunicação entre os seus membros, pois esses vinham de diferentes regiões do país, e o português foi a língua escolhida. Por isso o português é considerado a língua do poder dominante desde que foi utilizado em Moçambique: foi primeiramente a língua do colonizador, e, depois da independência, foi a língua escolhida pelo grupo que tomou o poder central. No que diz respeito ao ensino, o português é a única língua

utilizada na escola. Segundo a política assimilacionista: “O colonizado deve adotar a língua e a cultura do colonizador, por isso fala-se português desde o primeiro dia de escola”. Portanto, falar português hoje em Moçambique significa que se pertence a uma minoria que tem acesso à escola e que habita nos centros urbanos.

Dezesseis milhões de habitantes, dos quais mais de 95% tem uma língua da família banto³⁷ como língua materna.

Enquanto outras civilizações inventaram e utilizavam a escrita, pelo menos três mil anos antes da nossa Era, o povo Banto viveu sob o signo da oralidade quase até aos nossos dias. Ninguém sequer encarou a possibilidade de exprimir o pensamento por meio de sinais ou símbolos, gravados em qualquer material caseiro que a natureza fornecesse.

Se este fato nos espanta, a nós, filhos da civilização da escrita e do livro, maior admiração nos deve causar o seguinte:

Como foi possível criar, aperfeiçoar e transmitir durante séculos, de geração em geração, não só uma linguagem uniformemente estruturada, bem como um rico e vasto patrimônio cultural, sem utilizar a escrita? (RIBEIRO, 1998. p. 7)

Se para o patrimônio cultural podemos recorrer, como explicação, à memória extraordinária do negro, posta ao serviço dos veículos da palavra por ele criados, quanto à língua propriamente dita talvez nunca chegemos a saber como nasceu, evoluiu, se aperfeiçoou e se fixou até à fase em que hoje a encontramos, verificando estar diante de uma língua muito antiga, rica e original.

O número de línguas e variantes listadas para Moçambique são 32, sendo elas: Chopi, com aproximadamente 760.000 falantes; Chwabo 664.279 falantes; Koti 41,287 falantes; Kunda 3.258 falantes; Lomwe com 1.300.000 falantes; Makhuwa-maca, com 300.000 a 400.000 falantes; Makhuwa-makhuwana, com 2.500.000 falantes; Makhuwa-metto, com aproximadamente 1.500.000 falantes; Makhuwa-shirima, com 900.000 falantes; Makonde, com 360.000 falantes; Makwe, com 20.000 a 300.000 falantes aproximadamente; Manyika, com aproximadamente 100.000 falantes; Marendje, com 402.861 falantes; Mwani, com 100.000 falantes; Ndau, com aproximadamente 109.000 falantes; Ngoni, 35.000 falantes; Nsenga, com aproximadamente 141.000 falantes; Nyanja, com

³⁷ Aportuguesamos a palavra *bantu* para “banto”, porque não há paroxítonos em português terminados em “u”.

423.000 falantes; Nyungwe, com 262.455 falantes; Podzo, com 86.000 falantes; português, língua oficial de Moçambique e com aproximadamente 40.000 falantes; Ronga, com 423.797 falantes; Sakaji, com 18.000 falantes; Sena, língua com aproximadamente 1.086.040 falantes; Shona, com 759.923 falantes; Swahili, com 6.104 falantes; Swati, com 731 falantes; Tonga, com aproximadamente 223.971 falantes; Tsonga/Changana ou Ronga com 1.500.000 falantes; Tswa com 695.212 falantes; Yao, com aproximadamente 194.107 falantes; Zulu, com aproximadamente 1.798 falantes.

A língua materna mais frequente em Moçambique é o Makhuwa (26.3%). Em segundo lugar está o Changana (11.4%) e em terceiro o Lomwe (7.9%). Tais percentuais são bem observáveis na Figura 1, a seguir:

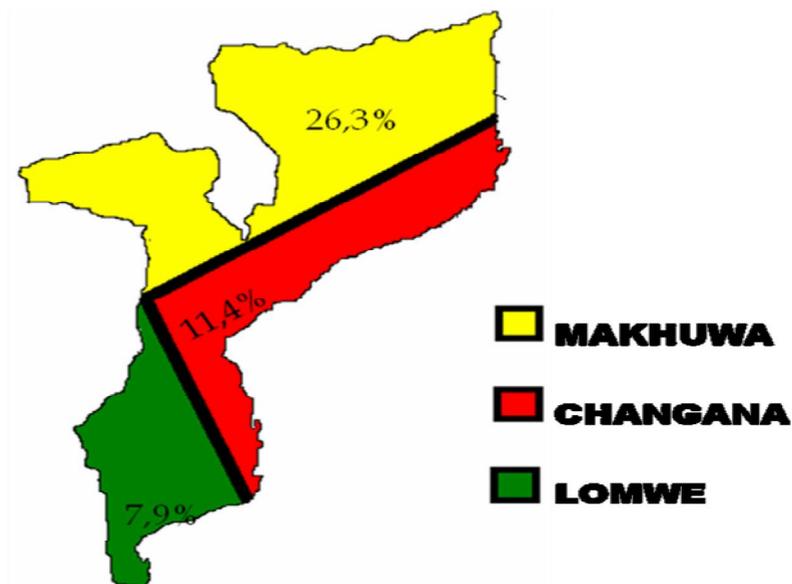


Figura 1: Línguas mais frequentes em Moçambique

Vale a pena mencionar, que a língua portuguesa como língua materna é apenas de (6.5%) sendo, portanto, uma percentagem muito baixa, um pouco mais alta é a percentagem dos que usam o português para falar em casa (8.8%). Para melhor visualização desses percentuais apresentamos a Figura 2:

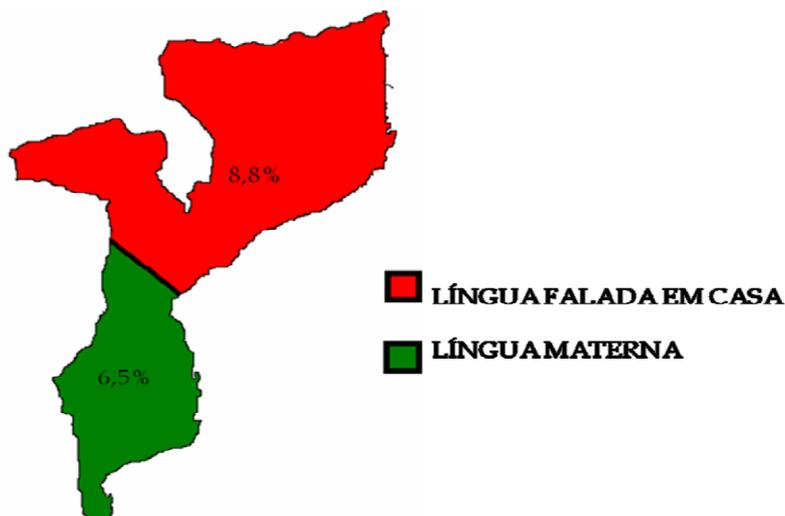


Figura 2: Situação linguística em Moçambique

Nas áreas rurais, as línguas nacionais são predominantes, a percentagem de pessoas que falam o português como língua materna ou como a língua mais falada em casa é apenas de 2.0% e 1.4%, respectivamente. Percebemos, assim, a vasta maioria das pessoas que tem a língua portuguesa como materna residem nas áreas urbanas do país e são os cidadãos urbanos, principalmente, que adotam o português como língua de uso em casa.

3. O léxico e a sintaxe

O léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade, por esse motivo achamos pertinente apresentar alguns exemplos de verbos que apresentam diferença sob o aspecto semântico-lexical entre o português de Moçambique e o português de Portugal.

ADMITIR

Eles não eram admitidos para chegarem lá. PM

Eles não eram autorizados a chegarem lá. PE

NASCER

O que é importante é alguém ter nascido estes homens. PM

O que é importante é estes homens terem nascido. PE

A pessoa fica sem nascer. PM

A pessoa fica sem dar à luz. PE

DESPEDIR

Foi escrever uma carta despedindo o padre. PM

...despedindo-se do padre. PE

A descrição do português moçambicano requer o uso de instrumentos de diferentes tipos, consoante se trata de observá-lo como língua natural, “normal”, ou como pertencendo ao sistema provisório dos aprendizes. Gonçalves (1994), investigadora da gramática do português moçambicano, afirma que “os dados obtidos na caracterização desta gramática transitória podem, por sua vez, serem tornados como fatores determinantes na mudança do português em Moçambique, isto é, na formação do PM”. Gonçalves (1994) ainda ressalta que

é cedo encetar a padronização do chamado português moçambicano, porque lhe faltam elementos estabilizados que possam ser assumidos como património linguístico comum por todos os falantes da versão moçambicana do português.

Mesmo os moçambicanos mais ocultos lidam com a língua portuguesa através das chamadas competências múltiplas, o que significa que não falam da mesma maneira e não oferecem, por enquanto, material para a padronização da língua.

Os pressupostos teóricos dos estudos linguísticos em Moçambique são variacionistas e funcionais da fora em uso nos enunciados orais dos moçambicanos.

Em se tratando dos estudos sintáticos dos falantes da região, podemos afirmar que são caracterizados pela ruptura de três barreiras, ao mesmo tempo: preocupa-se com a situação da _____

PM – português moçambicano

PE – português europeu

língua portuguesa na África; examina relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos e analisa as relações sintáticas em mudança, à luz da modernidade.

Ribeiro (1998) ressalta que “as figuras de sintaxe, e sobretudo a linguagem, falam mais que o espírito(...)altera a ordem ou a regularidade da construção da frase”. Ele classifica algumas expressões moçambicanas passadas para o dialeto *changana*. Eis aqui algumas figuras de linguagem que fazem parte da riqueza idiomática desse povo:

- **Comparação**

<i>Nkuku ni mbaha</i> (galo e frango)	andam sempre juntos
<i>Wuhlalo ni ngoti</i> (Contas de missanga e fio)	amigos inseparáveis
<i>Nhongana ni xilondza</i> (A mosca e a ferida)	amigos
<i>Nfula ni ribze</i> (A noz e a pedra)	inimigos
<i>K uva nghala</i> ou <i>nghonyamo</i> (ser leão)	ser bravo, forte
<i>K uva nfhene</i> (ser macaco)	ser sujo, ladrão
<i>Ku hlela mhaka</i> (peneirar a questão)	examinar bem

- **Metáfora**

<i>Ku va xitseka</i> (ser uma vasilha de pôr de molho)	beber muito
<i>Ku nghena mbilwini</i> (entrar no coração)	impressionar

Ku khotsa ntxila
(enroscar a cauda) ter medo, fugir

Ku kutsa rhambu
(rapar o osso) finalizar a questão

• **Metonímia**

Ku rhandza djomela
(gostar da caneca) gostar de beber

Ku mila timhondzo
(nascer cornos) ser agressivo

Va Le hansí
(os debaixo da terra) os mortos

Va nkava wuñwe
(os de um só umbigo) gêmeos

Ku dzahisana fale
(deixar rapé um ao outro) namorar

Ku veka libambu
(pôr a costela) deitar-se
Ku huma mbita ou
(emprestar os olhos) ir em vez de outro

• **Hipérbole**

A phuza a khawula maboha-nanga
(beber até chagar à maçã-de-adão) beber muito

Matihlo ma huma ngati
(os olhos deitam sangue) grande dor, grande zanga

Ku nona kA ku fa
(gordura de morte) muito gordo

• **Outras**

<i>Ku dunga tinhloko</i> (mexer as cabeças)	perturbar
<i>Ku bola m miyanakanyo</i> (apodercer os pensamentos)	pensar mal
<i>Ku bola nomu</i> (apodrecer a boca)	ser malcriado
<i>Ku boxa wukati</i> (furar o casamento)	bom casamento
<i>Ku dja mbitsi</i> (comer amargura)	grande infelicidade
<i>Ku felá mbongolo</i> (morrer por um burro)	trabalhar em vão
<i>Ku hlaya</i> (contar centenas)	ter muita saúde
<i>Ku vuyiisa nhloko</i> (trazer a cabeça)	não encontrar
<i>Ku tsema wuxaka</i> (cortar o parentesco)	deixar de ser amigo

Uma construção que se pode considerar como característica dessa língua é o uso muito frequente de ações, qualidades, modos de ser, desde as atribuições mais sublimes até às humorísticas e depreciativas. Consiste no uso do verbo **Ku va – ser**, seguido da preposição **ni**, literalmente **ser com**, isto é, **ter**. A frase toma assim um sentido mais incisivo.

4. Considerações finais

Ao fazermos um profundo estudo comparando das várias línguas do ramo banto, por mais superficial que seja, não deixaremos de perceber

a unidade de origem de todas elas. Quando a população cresceu e/ou migrou de uma região para a outra, cada grupo levou consigo um núcleo primitivo do falar comum que, depois, em ambientes e circunstâncias diferentes, deu origem às várias línguas e dialetos. Guardou-se, no entanto, a estrutura fundamental e muitas das raízes primitivas. Entre essas raízes é possível citar, como exemplo, a raiz mais conhecida *ntu*, plural *bantu* (em changana *munhu*, plural *vanhu*), raiz que viria a ser adotada para designar esta grande família de povos e o conjunto das várias línguas por eles faladas.

Verificamos ainda, que não é tão simples falar do português africano, para tanto, seria necessário fazer uma pesquisa sistematizada, buscando abordar os diversos campos das ciências, como por exemplo: o léxico, a sintaxe e a fonética. Tomando como base as diferentes perspectivas de observação propostas ao longo desta exposição, foi possível confirmar a sua existência de um ponto de vista histórico-geográfico. As inúmeras lacunas de conhecimento sobre o português falado nos diferentes países africanos não nos permitem ainda ter uma visão de conjunto sobre a situação linguística para tecermos considerações válidas e rigorosas.

Por fim, a língua, com a sua estrutura característica, não é só uma criação original desta cultura, mas um maravilhoso instrumento capaz de exprimir toda a gama de pensamento, até as noções mais abstratas e sublimes da vida; é capaz ainda de evoluir e crescer. Numa adaptação digna às modernas exigências de expressão e comunicação, sem mesclar nem perder a sua originalidade, tornando-se irreconhecível. Como afirma P. Armando Ribeiro (1998, p. 7), *a língua é o mais límpido espelho da alma de um povo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIPIRE, Felizardo. *A educação tradicional em Moçambique*. 2. ed. Maputo: Publicações Emedil, 1996.

GONÇALVES, Maria Perpétua Morgado. *A construção de uma gramática de português em Moçambique: aspectos da estrutura argumental dos verbos*. Tese de doutorado, Lisboa, Faculdade de Letras, 1991.

_____. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane. 1996.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

HEDGES, David (Coord.). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo 1930-1961*. Vol. 2. 2. ed. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

LÍNGUAS de Moçambique. Disponível em:

http://cclm.liviodemorais.com/linguas_de_mocambique.php.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Atlas geográfico*. República Popular de Moçambique, 1983, 2 vols.

RIBEIRO, P. Armando, C. M. *Valores da linguagem e antroponímia* (Estudo sobre a língua vhangana). Maputo: Paulinas, 1998.

GERATIVISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Odineide Farias de Oliveira (UFAC)

odineideufac@gmail.com

Priscila de Araújo Pinheiro (UFAC)

Valério Oliveira da Silva (UFAC)

1. *Introdução*

Este trabalho visa expor alguns conceitos e reflexões acerca do Gerativismo, entendido aqui como uma teoria que além de tentar formalizar os fatos linguísticos, se propõe a explicar o funcionamento desses fatos, a regularidade de cada língua, abordando tanto os aspectos universais da linguagem bem como o fenômeno da criatividade. Além desses termos, podemos chamar também essa teoria de *gramática gerativa*, uma vez que tal teoria pautou-se sobre um estudo gramatical, incisivo no que concerne aos estudos das regras e normas que regem a gramática, em especial aos estudos das regras que sejam comuns a todas as línguas, o que corroboraria na elaboração de uma gramática universal, pois se entende que esta existe e é inata a todo ser humano, e é esta que permite “gerar” o conjunto infinito de frases da língua, ou seja, ela corrobora para que o falante, a partir de uma única frase elabore um número infinito de frases.

Essa faculdade da linguagem [...] é considerada uniforme em relação a toda a espécie humana. Isso significa que todas as crianças, venham elas a ser falantes de português, chinês ou suaíli, são dotadas da mesma faculdade da linguagem e partem do mesmo estado inicial (NEGRÃO et. al. 2002, p. 96).

2. *O gerativismo*

Gerativismo ou gramática gerativa foi criado por Noam Avram Chomsky, em contraponto com a teoria estruturalista de Leonard Bloomfield, o qual é considerado o fundador da linguística estrutural norte-americana, que considera a linguística como uma ciência independente. A teoria de Chomsky foi reconhecida a partir da publicação de “*Estruturas sintáticas*” (1957), na qual propõe um novo olhar sobre a língua cujo princípio teórico é o de que a capacidade do falante de criar frases é inata, isto é, é inerente, própria do sujeito. Dessa forma, a criança já nasce com uma gramática internalizada, dotada de uma capacidade genética própria de sua espécie, assim

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As gramáticas tradicionais e estruturais eram modelos taxionômico da língua, o que vale dizer que poderiam se limitar a ser coletâneas de exemplos, melhor ou pior descritos, listas de frases francesas corretas e incorretas, sem que exprimissem nenhuma hipótese acerca do funcionamento das línguas, e sempre explicassem coisa alguma a propósito das regularidades delas ou dos universais da linguagem. (NIQUE, 1998, p. 15).

Segundo Christian Nique (1974), essa gramática é “neutra” tanto com relação ao falante como em relação ao ouvinte. Ela é uma teoria da estrutura, do funcionamento do código linguístico.

Temos assim a gramática gerativa, que não se resume apenas a explicação do sistema de regras que subjaz à competência, temos aqui o entendimento de competência como algo comum a todos os falantes e ouvintes, mas é um estudo da emissão e recepção que se inscreve em uma teoria do desempenho, e devido ao objetivo de explicar os fatos linguísticos, ela se distingue, apesar de também estudar as estrutura da língua, das outras gramáticas.

Resumidamente, Noam Chomsky rompe com seu mestre (Harris) quanto ao modelo do corpus finito de enunciados naturais, o qual estava inserido na linguística americana desde a metade do século XIX. Ele recebe e divulga a herança do transformacionalismo e se insurge contra o empirismo descritivista. A proposta de Chomsky é revolucionária no campo da linguística, daí porque é chamada de teoria transformacional. As várias etapas de suas pesquisas culminaram, como visto acima, num modelo teórico extraordinário, pois abriu aos estudiosos da língua um novo caminho para a compreensão da aquisição da língua de modo diferente do que era tradicionalmente conhecido, cujo. Ana Paveau e Sarfati (2006, p. 168) apresentam a evolução dos modelos gerativistas da seguinte forma:

Ele expõe o que chamamos “teoria padrão” nos anos 1950 e 1960, depois a “teoria padrão ampliada” nos anos 1970, e propõe um último modelo nos anos 1980, com desenvolvimento nos anos 90: a “teoria dos princípios e parâmetros”.

Quanto à teoria dos princípios e parâmetros elaborados por Chomsky em 1984, resultou numa adequação dos conceitos estabelecidos sobre a Gramática Universal, diante dos numerosos questionamentos que surgiram em volta da referida ciência. Além disso, as novas descobertas sobre a aquisição da linguagem forçavam uma ampliação do modelo elaborado e de novos conceitos para fundamentar esta teoria. Os novos postulados afirmavam que ao nascer, a criança trazia consigo uma pré-programação de princípios que são universais. E quanto aos parâmetros,

estes são ajustados conforme os dados da língua de cada indivíduo. Assim, fica claro que em todas as línguas existentes no mundo há princípios que não podem mudar, mas quanto aos parâmetros, que são as marcas peculiares das línguas individuais, funcionam de conformidade com as idiossincrasias de cada uma. Souza e Paiva³⁸, em “Aquisição da Linguagem à luz do Modelo Gerativista”, esclarecem que

...se passou a acreditar que a gramática universal é disposta por princípios ou “leis” que são constantes e que são usadas igualmente em todas as línguas; contendo também parâmetros ou “leis” que tem representações definidas pela língua que se encontra, ocasionando as divergências entre as línguas e as transformações dentro de uma mesma língua. Nessa teoria a função da criança é analisar todas as parte do *input* e depois processá-lo a fim de abrir o valor que cada parâmetro deve possuir.

3. Língua e aquisição de linguagem

A gramática gerativa representa a competência linguística de cada falante. Essa teoria discute o conhecimento mentalizado que cada falante possui da língua em seu cérebro, o qual é chamado de *competência*, e a utilização desse conhecimento no meio em que ele vive chama-se *desempenho*.

Christian Nique (*apud* CHOMSKY, 1974, p 24) diz que a competência se define como “o conhecimento que o falante ouvinte possui de sua língua”, e a performance como a utilização real em situações concretas’ da competência. Isso significa que temos um conhecimento implícito da língua chamado competência, e quando utilizamos esse conhecimento em situações reais de uso chama-se performance.

Se a competência, a posse do mecanismo linguístico é teoricamente a mesma para todos os falantes, a *performance*, ou seja, a colocação em funcionamento desse mecanismo, varia consideravelmente de um para outro sujeito, em função de numerosos fatores como a atenção, a fadiga, a emotividade, e, também, da situação sociocultural do falante, do tipo de conversação que ele entabula, do local em que ele se encontra, etc.(NIQUE, 1974, p. 14)

A competência linguística presente na mentalidade infantil oferece a capacidade de o infante se comunicar de modo surpreendente. Isto acontece de forma natural. Cerqueira assegurou que os pais não se preocupam em ensinar a seus filhos a falarem, o que acontece com o aprendizado de outras habilidades que o ser humano aprende, às vezes de ma-

³⁸ <http://www.profala.com/artpsico67.htm>

neira insistente com que os responsáveis passam o conhecimento. É surpreendente observar a capacidade de a criança, ainda em tenra idade, poder criar novas frases através do aprendizado adquirido. Ela sozinha organiza a frase e sabe perfeitamente a utilidade das palavras, embora não saiba nada sobre gramática normativa (informação verbal)³⁹. É interessante também observar que a capacidade da criança em articular através da linguagem não está restrita às questões externas, sejam quais forem a natureza dessas condições. Esmeralda Negrão et al. (2002, p. 96) afirmam que:

[...] seja qual for o ambiente linguístico em que a criança cresça, sejam quais forem suas condições socioeconômicas, o estado inicial da faculdade da linguagem de qualquer criança é o mesmo [...], não existem diferenças entre crianças nascidas no hemisfério norte ou sul.

Dessa forma entende-se que essa dádiva é dada a todos, independentemente de seu status, nacionalidade, ou quaisquer outras condições.

Para explicar estes fatos, temos na teoria de Chomsky duas gramáticas. Uma universal, como o próprio nome remete, é comum a todas as línguas e a todas as pessoas; é aquela gramática que temos internalizada em nossa mente quando nascemos, é o nosso conhecimento implícito das línguas. A outra gramática é a particular, que fazendo uso da gramática universal e das características particulares de cada língua, oferece ao falante a desenvoltura da linguagem. Segundo Luft (1998, p. 35)

A primeira gramática se refere ao domínio de um complexo de princípios gerais inatos que subjazem às gramáticas de todas as línguas e a segunda se refere ao domínio do sistema de regras específicas de uma língua, internalizado pelos falantes graças à convivência linguística, e que vem a constituir seu saber linguístico, o saber sua língua nativa, e, eventualmente outras línguas que forem adquirindo.

Vale a pena ainda mencionar as reflexões de Luft, o qual estuda a aquisição da linguagem através do *inatismo*, tese que diz que a criança já nasce com uma gramática internalizada chamada gramática genérica ou ‘universal’, segundo a visão de Chomsky.

O ser humano já nasce provido de uma gramática genérica, “gramática universal, de universais *linguísticos*”. Evidentemente ninguém nasce com a gramática de uma língua determinada. Nasce, isto sim, com uma estrutura linguística genérica, base para a apreensão das estruturas específicas de qualquer língua natural. (LUFT, p. 52).

³⁹ Informe repassado pelo professor Vicente Cruz Cerqueira aos alunos do mestrado linguagem e identidade da UFAC em julho de 2010.

Com base nos conceitos de Chomsky, depreende-se língua como um sistema de signos linguísticos e a capacidade de cada indivíduo em utilizar esses signos. É o conhecimento que as pessoas têm que faz com que elas através de um número finito de regras criem um número infinito de sentenças. Todo esse processo chama-se estado mental final na aquisição da linguagem, o qual diz respeito “saber a língua”. Este saber não é o saber, por exemplo, de linguistas e gramáticos, mas o saber necessário para se comunicar no meio em que vive.

Nessa fase, ao fim da segunda infância, entre e seis anos, a criança é gramaticalmente adulta. Ela então “sabe” a língua, isto é, ela a maneja com desenvoltura e a contento; não conhece conscientemente, verbalizadamente, as regras, mas domina aquelas necessárias à sua comunicação, ou seja, todas as regras fundamentais. (...) “Saber a língua” é ter chegado ao “estado estacionário final” no processo de aquisição de linguagem. Daí por diante, vai-se aumentando sem parar o vocabulário, subindo na escala de níveis socioculturais de linguagem, adquirem-se expressões técnicas e profissionais; enfim, vai-se completando e burilando aquela matéria que, basicamente, aos seis anos se “sabe” (LUFT, 1998, p. 61).

Conforme dito acima, a aquisição da linguagem nasce com a criança e a aquisição da língua materna é o processo de amadurecimento desta. Isto indica que ao nascer, o indivíduo traz consigo os mecanismos necessários para ser um falante e um ouvinte eficaz. As estruturas cerebrais funcionam como um computador programado para atender a uma necessidade do fabricante, no que concerne à leitura dos caracteres. Nique (1974, p. 13) afirma que a criança “possui as estruturas mentais universais que lhe permitirão construir o sistema linguístico particular no meio do qual ela se encontra. (NIQUE, 1974, p. 13). Tal afirmativa corrobora o que foi acima mencionado sobre o pensamento gerativista.

Conforme o modelo gerativista, as frases que as crianças produzem não são meras imitações aproximativas da fala dos adultos, pois suas produções possuem algumas características que não se ver na fala dos adultos, ou seja, os enunciados são originais. Pensar o ensino de língua materna pela perspectiva da gramática gerativa é considerar o aluno dotado de uma capacidade própria de desenvolver a linguagem.

Além disso, se encararmos mais de perto a possibilidade que tem a criança de aprender qualquer língua, somos obrigados a supor que a criança possui uma noção precisa e intuitiva do que venha a ser a “gramática possível”, de uma língua. Com efeito, se ela é capaz de reconstruir, a partir das frases que ouve as leis da língua do seu ambiente – e ela o faz em um tempo mínimo – ela possui um conhecimento implícito, inato, do que venham a ser tais leis. (NIQUE, 1974, p. 16).

4. Conclusão

É fato que a teoria de Noam Chomsky é de suma importância para os estudiosos da linguagem, uma vez que na corrente de estudos gerativista, temos como proposta central uma reflexão sobre a linguagem, utilizando-se da sintaxe como meio de explicação para o funcionamento da mesma. Temos, portanto, a partir de Chomsky um estudo que defende uma gramática explicativa e científica.

Assim, com a proposta de uma gramática universal, cujas regras deveriam ser descritas, levando-se em conta, ainda, a teoria desenvolvida posteriormente e intitulada “Teoria de princípios e parâmetros”, essa nova visão sobre a língua proporcionou reflexões e desenvolvimentos nos estudos da linguagem, assim, pelo anteriormente exposto, não se pode negar a importância e avanços proporcionados pelos estudos desenvolvidos à luz dessa teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERQUEIRA, Vicente Cruz. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2002.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- MUSSALIM, Fernanda. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2009.
- NIQUE, Cristian. *Iniciação metódica à gramática gerativa*. São Paulo: Cutrix, 1974
- PAVEAU, Anne-Marie; SARFATI, Jorges-Elia. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. M. R. Gregolin et al. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- SOUZA, Antônio Rômulo Bezerra de; PAIVA, Roberta Farias. Aquisição da linguagem à luz do modelo gerativista. Disponível em: <http://www.profala.com/artpsico67.htm>. Acesso em: 09 de outubro de 2010.

OS SALÕES E A VIDA SOCIAL
NA LITERATURA DE JOSÉ DE ALENCAR

Ana Clara da Silva Campelo (UFAC)
anaaclara@hotmail.com

1. Introdução

Movimento de oposição violenta ao Classicismo e à Ilustração, tendências essas valorizadoras do racionalismo, transparência e objetividade, o Romantismo veio a repletar abertamente a perspectiva instaurada pela Renascença trazendo características fortes de expressões artísticas individuais, sentimentais e religiosas do autor, antes subentendido por trás da obra.

Um fator preso às origens do Romantismo é o surto de pietismo, movimento religioso nascido na Igreja Luterana alemã no séc. XVII, onde importava, sobretudo, a experiência religiosa individual processada na intimidade subjetiva. Eis aí uma noção religiosa exercida a partir da sinceridade e emoção, que motivaram também as produções artísticas do período.

Da razão coletiva ao indivíduo, o caminho inspirado ainda projetava questões latentes sobre o “sentido da vida”, fazendo com que surgissem então, na Europa, grupos de pensadores e artistas que desejavam desvincular o destino da humanidade a uma simples equação racional, buscando criar outra racionalidade: o retorno a metafísica, o qual os levou a uma necessidade excepcional quanto aos seus sentimentos; assim, o cogito cartesiano é substituído por uma tempestade de ímpetos (STURM UND DRANG), por um furacão burguês.

Um dos principais precursores da corrente romântica foi Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Calvinista, portador de um profundo pessimismo no tocante à sociedade e à civilização, Rousseau acreditava numa natureza humana primitiva corrompida pela cultura. Exaltava a simplicidade da criação, formando a partir dessa perspectiva a imagem do bom selvagem, do ser íntegro que se deve figurar como inspiração para o homem corrompido pela sociedade. Nasce então o interesse pelo exotismo e indianismo e a valorização da imagem dos jovens e crianças, vistas a partir do ideal de que se acham mais próximos da natureza virginal.

A purificação dessa imagem infantil é notada como uma ponderação a corrupção da mocidade pelos males da sociedade. Tratando certamente da noção de sensibilidade atribuída à natureza selvagem, caprichosa e espontânea da jovem vida. A figuração da mulher nos romances é a inspiração instantânea desse preceito análogo, que instiga o lado atrativo, fruto da beleza natural, virgem e pura. Nesta, têm-se a personificação de seres antagônicos: vê-se o pecado e a alma pudica.

A busca pelo sentimental e individual desde Rousseau, passando pelos romances ingleses até a poesia de Goethe e posteriormente Fichte, Schiller, Schelling, Schopenhauer e outros; teve sua origem no desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias que posteriormente interferiram diretamente na indústria. Daí a valorização do autor e a noção de que a criação é fruto da espontaneidade do mesmo. Esse aspecto deflui o que o Classicismo levava em conta como valor estético da obra e somente dela: nota-se o artista, manifesta-se ele agora através dos sentimentos, e a importância da obra passa a residir em algo não objetiva e formalmente, mas intrínseca e subjetivamente através da sinceridade que o autor sugere.

Assim, esta busca pelo sentimentalismo levou-os ao questionamento quanto as posições individuais e sociais, logo a palavra de ordem não era mais apenas o sentimentalismo, pois o “eu” gritava por liberdade. Tal ímpeto romântico de individualismo e libertação do espírito criativo permitiu ao homem dos séculos XVIII e XIX questionar as convenções sociais e até mesmo morais, e essas buscas flexionaram os cérebros, influenciando com esses valores, o fortalecimento do capitalismo, uma vez que esse sistema econômico tem como base ideológica a liberdade individual, ou seja, qualquer um pode ser livre desde que tenha condições econômicas para que isso ocorra.

O debate quanto a temática liberdade é típico do romantismo, Rousseau e Kant dissertaram quanto a liberdade, posteriormente Fichte tomou tal conceito como fundamental para entender o mundo. A síntese dialética passa necessariamente pela vontade do indivíduo. O sentimento artístico era expresso pela emoção, revelada por uma condição da alma.

O conceito de estado-nação e a representação de uma arte nacional e contemporânea da época deixavam de lado os valores clássicos que faziam revivals dos modelos Greco-romanos, formando uma fusão de gêneros e quebra de moldes, na tentativa de popularização da arte e do folclore nacional. Assim, a pintura, a literatura, o teatro e a música na-

cionais ganharam lúdico enfoque. Não obstante, o instinto reformista, revolucionário e insatisfeito, dá ao Romantismo a necessidade de retorno ao passado, e escapista que é, refugia-se às vezes em épocas distantes da nação, envoltas por mistério e poesia.

A liberdade quanto a regras e formas permite ao escritor romântico entregar-se a inspiração pessoal, criando expressões e modelando estilo próprio. Quanto à língua como instrumento estilístico, há a libertação da sintaxe rigorosa e gramática inibidora clássica. A inovação vocabular, portanto, é consequente: os neologismos trazem a valorização de termos modificantes e imagística verbal concebida na profusão de metáforas.

Tendo o liberalismo como referência ideológica, fundamentando-se em temáticas sobre o historicismo e o individualismo, fazendo resgates apaixonados e saudosos ou observações sobre o momento histórico que se atravessava àquela altura, o Romantismo traz consigo o culto do egocentrismo, e dentre tantas características marcantes, torna-se um movimento que vai contra o avanço da modernidade em termos da intensa racionalização e mecanização. É uma crítica à perda das perspectivas que fogue por entre as linhas da sociedade moderna.

Antes passada uma fase teológica e de uma fase metafísica, a humanidade presencia agora o nascimento da fase positiva: o culto da divindade é substituído pelo culto da humanidade. Tendo grande influência no movimento romântico do século XIX, o positivismo pretende limitar-se à experiência imediata, pura, sensível, dominada pelas leis mecânicas de associação e de evolução. Nota-se então as preocupações com o controle sobre a mulher, que mantém o perfil sensível, frágil, dócil, fiel e obediente, além de prendada, jovem e afrancesada. Segundo J. Guinsburg “a mulher, sempre mitificada, conserva uma auréola de pureza, de mistério e de plenitude inaccessível ao homem.”

Devido a diversidade de características, torna-se possível dizer que o Romantismo em toda a sua configuração estética e criadora chega a ser contraditório e tumultuado de emoções que partem tanto da valorização das fantasias e universo pessoal do autor quanto o instiga um forte sentimento de insatisfação que o faz preocupar-se com reformas sociais, lutas por liberdade e igualdade, fortificando seu nacionalismo e convergindo ainda com um lado religioso que atinge a natureza, que torna-se então força divina participante do estado de espírito do artista.

Vale lembrar que o papel do artista não é mais o mesmo após 1789. Na França, há a dissolução da estrutura social vigente bem como

novos valores de convívio e novos ideais são formados. A atmosfera histórica é marcada nesse período pela legalização do divórcio em 1792, pela abolição do tráfico de escravos (1794) e da escravidão logo em seguida em 1796, e é garantida a liberdade de imprensa. Medidas de cunho liberalizantes, os ideais e valores da Revolução, baseados no lema “Liberte, Égalité, Fraternité”, fundam a burguesia como classe dominante e novos valores e costumes como a própria boêmia.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital do império, assistiu a duas importantes transformações no final do século XIX, e seu parâmetro de comparação é Paris. A começar pelas revoluções locais e pela própria abolição da escravatura, as mudanças urbanísticas do centro do Rio de Janeiro estão vinculadas a um projeto de Brasil Moderno. Coincidindo com o paradigmático marco da revolução francesa e da nova era para a indústria e população da França, o novo regime brasileiro trazia um novo rosto aos operários assim como uma nova visão sobre a cidade ideal.

A França era um arquétipo comparativo e as aspirações sobre o ambiente urbano traziam a ideia de que a natureza não era mais o lugar ideal: “Paisagens, só pintadas e por artistas de gênio.” O regime estava aberto, o momento histórico é, portanto, propício ao surgimento de novas alternativas de vida. Essa atmosfera é perceptível nos romances, onde se encena o cotidiano do grupo de intelectuais que constitui o chamado grupo boêmio de carioca. A experiência carioca remete imediatamente à experiência boêmia de Paris, que surge no contexto das revoluções de 1848, momento em que a boêmia se torna sinônimo de vida artística de jovens escritores sem fortuna, com talento incompreendido, ou ainda não vitoriosos.

Assim como na parisiense, a burguesia carioca dramatiza a experiência destes intelectuais que viveram no fim do século XIX. A boêmia foi uma apropriação dos estilos de vida marginais pelos burgueses jovens e não tão jovens, gerando, portanto, uma ambivalência entre as próprias identidades sociais. Nos romances, os boêmios são cidadãos urbanos, frutos da modernidade. Estão próximos da multidão, do movimento, da noite, dos bailes e salões.

2. Os salões de Lúcia

Antigo conhecido dos brasileiros, que liam romances europeus desde o século XVIII, a produção de textos Românticos nacionais no sé-

culo XIX foi bem aceita ainda que fizesse uma tentativa de mostrar um olhar mais analítico sobre a realidade incidente e a inclusão da própria “cor local”.

Nesse contexto, José de Alencar, além de escritor de obras com estilos variados, foi precursor do romantismo no Brasil dentro das quatro características: indianista, psicológico, regional e histórica, abordando a realidade que o cercava e muitas vezes mostrando o espírito nacionalista através de uma visão focada a reflexão sobre a forma literária brasileira de seu tempo.

Tentar entender o romance urbano de Alencar, em especial os perfis de mulheres por ele mesmo denominados em trilogia (*Diva, Lucíola e Senhora*), significa antes de mais, compreender que estamos diante de uma descrição do Brasil da segunda metade do século XIX, onde se segue muitas vezes o padrão do típico romance de folhetim, retratando a alta sociedade carioca com todas as suas belas fantasias de amor.

O romancista, no entanto, vai além da abordagem do amor como tema central: "aborda a situação social e familiar da mulher, em face do casamento e do amor" segundo Heron de Alencar. E é esse o caráter que verdadeiramente interessa para daí extrair a figuração feminina romanesca da literatura que Alencar assumia, e verificar até onde foi ele fiel, na criação artística, aos ideais abraçados sobre a representação.

Na análise de seus romances, é perceptível a destinação do livro à mulher branca, aristocrática e bela que se notam representadas sempre às voltas com um livro: ora lendo silenciosamente, ora sendo ouvinte de uma voz, quase sempre masculina, durante os longos serões familiares. Dessa busca e construção da leitora no século XIX, o perfil de mulher representada é de belas interlocutoras, louras, morenas, esbeltas, delicadas, franzinas, amáveis leitoras de jornais, livros e folhetins.

No romance *Lucíola*, (ALENCAR, 1990, p. 82-83), por exemplo, a personagem homônima lia *A dama das camélias*, romance do escritor francês Alexandre Dumas, que teve bastante prestígio no século XIX.

Chegando uma tarde vi Lúcia assustar-se e esconder sob as amplas dobras do vestido um objeto que me pareceu um livro.

— Estava lendo?

— Não, estava esperando-o.

— Quero ver que livro era.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Meio à força e meio rindo consegui tomar o livro depois de uma fraca resistência. Ela ficou enfadada.

Era um livro muito conhecido – *A Dama das Camélias*. Ergui os olhos para Lúcia interrogando a expressão de seu rosto. Muitas vezes lê-se não por hábito e distração, mas pela influência de uma simpatia moral que nos faz procurar um confidente de nossos sentimentos, até nas páginas mudas de um escritor. Lúcia teria, como Margarida, a aspiração vaga para o amor? Sonharia com as afeições puras do coração? (ALENCAR, 1990, p. 81)

A própria heroína de Alencar é uma personagem inflada de leituras, até mesmo na referência explícita que Alencar faz à personagem de Dumas. E é neste romance que se vislumbra uma fecunda hipótese para tal vigência do tema Liberte influenciada pelos paradigmas franceses, do Rio de Janeiro. A figura da prostituta e da cortesã era constituído em ângulo privilegiado de análise e interpretação da sociedade burguesa deste mundo incontestavelmente dominado pelo capital.

Em sua introdução põe-se o diálogo entre o provinciano e os “habitues” da corte, na contraposição do espaço privado da intimidade – a casa de Lúcia- aos espaços públicos que revelam as normas sociais em que se insere a experiência individual de Paulo – a festa da Glória, o teatro, a rua do Ouvidor, a casa do Sá. Nota-se nas passagens sobre a festa da Glória, descrita pelo personagem Paulo sobre o ambiente democrático que se ali passava:

Para um provinciano recém-chegado à corte, que melhor festa do que ver passar-lhe pelos olhos, à doce luz da tarde, uma parte da população desta grande cidade, com os seus vários matizes e infinitas gradações?

Todas as raças, desde o caucasiano sem mescla até o africano puro; todas as posições, desde as ilustrações da política, da fortuna ou do talento, até o proletário humilde e desconhecido; todas as profissões, desde o banqueiro até o mendigo; finalmente, todos os tipos grotescos da sociedade brasileira, desde a arrogante nulidade até a vil lisonja, desfilaram em face de mim, roçando a seda e a casimira pela baeta ou pelo algodão, misturando os perfumes delicados às impuras exalações, o fumo aromático do havana, as acres baforadas do cigarro de palha.

— É uma festa filosófica essa festa da Glória! Aprendi mais naquela meia hora de observação do que nos cinco anos que acabava de desperdiçar em Olin-da com uma prodigalidade verdadeiramente brasileira. (ALENCAR, 1990, p. 14)

No tocante à vida social do Rio de Janeiro dos 1800, Alencar tematiza com grande maestria os salões e os bailes como espaços da socialidade, por excelência:

A sala não é grande, mas espaçosa; cobre as paredes um papel aveludado de sombrio escarlate, sobre o qual destacam entre espelhos duas ordens de quadros representando os mistérios de Lesbos. Deve fazer ideia da energia e aparente vitalidade com que as linhas e colorido dos contornos se debuxavam no fundo rubro, ao trêmulo da claridade deslumbrante do gás. (ALENCAR, 1990, p. 34)

A mesa oval, preparada para oito convivas, estava colocada no centro sobre um estrado, que tinha o espaço necessário para o serviço dos criados; o resto do soalho desaparecia sob um felpudo e macio tapete que acolchoava o rodapé e também os bordos do estrado. Os aparadores de mármore cobertos de flores, frutos e gelados, e os bufetes carregados de iguarias e vinhos, eram suspensos à parede. Não pousava o pé de um móvel na orla aveludada que cercava a mesa, e parecia abrir os braços ao homem ébrio de vinho ou de amor, convidando-o a espojar-se na macia alcatifa, como um jovem poldro nas cálidas areias da várzea natal.

Pela volta da abóbada de estuque que formava o teto, pelas almofadas interiores das portas, e na face de alguns móveis, havia tal profusão de espelhos, que multiplicava e reproduzia ao infinito, numa confusão fantástica, os menores objetos. As imagens, projetando-se ali em todos os sentidos, apresentavam-se por mil faces. (ALENCAR, 1990, p. 35)

Na descrição dos salões em seu aspecto decorativo, Alencar utiliza a técnica do “efeito de real” (BARTHES) a partir da enumeração de elementos, com refutes de minúcias, fator este que se coaduna com os pressupostos do romance romântico, que por seu turno, almejava “uma verdade no romance”.

Lúcia saltava sobre a mesa. Arrancando uma palma de um dos jarros de flores, trançou-a nos cabelos, coroando-se de verbena, como as virgens gregas. Depois agitando as longas tranças negras, que se enroscaram quais serpes vivas, retraiu os rins num requebro sensual, arqueou os braços e começou a imitar uma a uma as lascivas pinturas; mas a imitar com a posição, com o gesto, com a sensação do gozo voluptuoso que lhe estremecia o corpo, com a voz que expirava no flébil suspiro e no beijo soluçante, com a palavra trêmula que borbulhava dos lábios no delíquio do êxtase amoroso.

Deviam de ser sublimes de beleza e sensualidade esses quadros vivos, que se sucediam rápidos; porque até as mulheres aplaudiam com entusiasmo e frenesi. (ALENCAR, 1990, p. 43)

Nesse processo de revelação da cortesã, Alencar multiplica os olhares para dar realce às características de Lúcia. Mostrando a personagem de forma erotizada e tingindo o romance de escarlate para desnudar publicamente o corpo da mulher e colocá-lo sobre a mesa. A ceia da casa do Sá é o ponto alto do desvendamento e nela se pode perceber a reflexão do próprio crítico sobre a imitação dos modelos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como bem afirma Richard Sennett em seu livro *O Declínio do Homem Público*, o século XIX ensejou uma nova sensibilidade pública; um imaginário de uma vida social trepidante.

A corte tem mil seduções que arrebataam um provinciano aos seus hábitos, e o atordoam e preocupam tanto, que só ao cabo de algum tempo o restituem à posse de si mesmo e ao livre uso de sua pessoa. (ALENCAR, 1990, p. 17)

Assim me aconteceu. Reuniões, teatros, apresentações às notabilidades políticas, literárias e financeiras de um e outro sexo; passeios aos arrabaldes; visitas de cerimônia e jantares obrigados; tudo isto encheu o primeiro mês de minha estada no Rio de Janeiro. Depois desse tributo pago à novidade, conquistei os foros de cortesão e o direito de aborrecer-me à vontade. (ALENCAR, 1990, p. 18)

Como pode ser observado na passagem acima, ficou bem marcado no imaginário social da corte a sociabilidade como algo imperativo nos *modos vivendi* bem como podemos perceber a influência francesa da nossa cultura em meio a uma região tropical, afrancesada por um povo que buscava referências firmes e indulgente a modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO, Rogério. A matriz histórica do nacionalismo literário. *CES Revista Juiz de Fora*. V. 16, Juiz de Fora: EDITAR, 2002.

GUINSBURG, J. *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SILVA, Hebe Cristina. *José de Alencar e o romance no Brasil*. MOARA, UFPA. *Revista do Programa de Estudos Literários Pós-graduados em Letras*, n. 21. Belém, 2004

UMA ABORDAGEM DISCURSIVA EM TORNO DO TEMA
TRAÇOS CONCORDANTES
NO USO DO PRONOME “A GENTE”

José Roberto Pinto (UGB)
robertobrj@gmail.com

Nesta pesquisa, objetivamos analisar o encaminhamento dado às discussões sobre o fenômeno linguístico *a gente*, em trabalhos de Lopes (2009) e Vieira (2009) com o intuito de apresentar as possíveis formas de concordância com a variável *a gente*, tendo em vista os traços de gênero, número e pessoa, de forma a evidenciar as diferentes estratégias de concordância a partir da observação comparativa com a forma *nós*. Assim, discutir a possível e aparente incompatibilidade entre traços formais e semântico-discursivos, angariando subsídios que nos permitam em uma futura proposta, elaborar textos didáticos direcionados aos alunos do ensino fundamental e médio, como contributo a estudos da língua e melhor compreensão dos fenômenos de variação linguística a partir da observação do fenômeno *a gente*.

Como fenômeno linguístico, a forma *a gente* se insere no contexto linguístico contribuindo como elemento inovador e modificador para surgimento de novas formas linguísticas de realização da língua. Assim, o inserto “*a gente*”, no quadro pronominal do português brasileiro é uma forma invasora advinda do nominal *gente*, assumindo determinadas propriedades, valores e funções, em que, como forma pronominalizada, passa a fazer parte de outra classe e ou categoria.

A especificidade que distingue esta forma dos demais pronomes, conseqüentemente causam algumas assimetrias no atual quadro dos pronomes do português do Brasil, merecendo atenção e estudos diferenciados quanto sua inserção e uso nos vários contextos linguísticos. Como o uso da forma invasora se realiza na língua na medida em que o falante ouvinte a realiza segundo seus propósitos e necessidades comunicativas, deixa-nos vestígios desse uso nas realizações que faz da língua, possibilitando-nos divisar os aspectos de concordância com esta variante. Em sendo assim, percebe-se que formas são mais produtivas dentro de determinado contexto linguístico.

O falante, nesse contexto, figura como principal articulador e, muitos são os fatores a observar, quanto ao que determina às escolhas do

falante ouvinte no uso da variante *a gente* em detrimento do pronome *nós*.

Algumas propriedades peculiares distinguem os pronomes de outras classes de palavras por seu caráter indicativo ou mostrativo que se opõe aos aspectos simbólicos de outras classes. Tais propriedades estabeleceriam contraste entre nomes e pronomes, embora não expressas pela flexão, podendo os pronomes apresentar características privativas, a saber: pessoa gramatical, referendando o falante ouvinte; (eu, nós); (tu/você, vós/vocês), fora do falante ouvinte; de quem se fala, (ele/ela, eles/elas); noção de caso nominativo, acusativo e genitivo.

Nesse universo pronominal em que posições são ocupadas e funções exercidas são diferentes, insere-se a forma invasora *a gente* com propriedades que subjaz a especificidade do termo proveniente do nominal *gente*, em que, como forma pronominalizada passa a assumir em certos contextos discursivos, determinadas propriedades, valor e função, fazendo parte de outra classe/categoria.

A gramaticalização da forma *gente* acarretou modificações das propriedades semântico-formais da forma primitiva, por ocasião das mudanças de categoria sofrida. Assumindo que nem todas as propriedades foram perdidas, assim como outras próprias aos pronomes pessoais não foram assumidas, a forma pronominalizada manteve do nominal *gente* o traço formal de 3ª pessoa nos termos de Lopes (2009), com interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa. Estando o verbo em 3ª pessoa singular, concordando com *a gente* pressupõe-se existência de um falante + alguém. Sendo assim, a própria enunciação em terceira pessoa, ou seja, o enunciado é a não pessoa objeto da enunciação (BENVENISTE, 1988). “Os pronomes pessoais “legítimos” não sofrem flexão de gênero/número (eu/nós, tu/vós), pois são itens lexicais diferentes, e não a variação de um mesmo item” (LOPES, 2009, p. 108).

As formas pronominais de primeira e segunda pessoa, em significado próprio, comunicam sentido situacional por serem verdadeiros vocábulos dêiticos, por outro lado, em geral, formas de terceira pessoa são menos situacionais e mais textuais, logo, anafóricos. Sendo assim, ao combinar com o verbo em terceira pessoa (*a gente* tem uma paisagem bonita em Volta Redonda), percebe-se a presença de um [Eu], posto uma interpretação semântico-discursiva ao se evidenciar o falante. Tal assertiva se consolida por dois indícios sintáticos: concordância verbal em primeira pessoa do plural, o que no português do Brasil é frequente no uso não

padrão da língua, e o segundo, o uso pronominal como nosso(s); nos-sa(s), encaixado como demonstra o exemplo “*a gente andava* de “skate”, pois era *nosso* esporte radical”, verificamos que embora a concordância se dê em terceira pessoa do singular, a informação semântica interpretada por *a gente*, pressupõe o falante (+) alguém. Mesmo em falantes que realizam a norma culta, observamos a mesma interpretação semântica.

A gente *trabalhou* à beça e *pesquisamos* um monte de coisa. (...) (*Jornal do Brasil*, 19-08-1997, In: LOPES, 2009, p. 108)

A ocorrência da variação de número está atrelada a oposição semântica entre (um ou + de um elemento), o que para nomes, se adapta corretamente. Entretanto, tal relação sistêmica não se aplica aos pronomes, pois nestes, há uma oposição entre singular plural, uma vez que a noção de número pressupõe reunião de elementos de mesma natureza. Não sendo isto o que ocorre em alguns dos pronomes pessoais do caso reto. Algumas formas de natureza antagônicas são tradicionalmente apresentadas como plural de outras (eu/nós; tu/vós). Quando nos reportamos ao nominal *gente*, originalmente nome, e, por tanto passível da flexão de número, perderá esse traço formal de pluralidade, registrado na sintaxe, ao se pronominalizar. A essa forma *a gente*, “cuja referencia conceitual é uma massa indeterminada de pessoas disseminada na coletividade – com o *eu* necessariamente incluído –, herdou, justamente, a possibilidade combinatória com o singular, e não com o plural” (LOPES, 2009, p. 110). Não obstante, preservar a interpretação semântica de plural, ao designar um todo indeterminado e genérico – eu + alguém, alguns...

Considerando nos termos de Lopes (2009), há dois tipos de número: o formal e o semântico. O gênero formal está evidente em sintagma como “o carro sujo”; o gênero semântico está presente ou existe em substantivos como aluno(s), em que, geralmente, gênero formal e semântico coincide e, portanto, o semântico não é codificado. Neste caso, o gênero semântico e formal depende do referente. “Relativamente ao nome *gente*, forma nominal que deu origem ao pronome *a gente*, o traço formal de gênero é feminino e o traço semântico não é especificado, uma vez que também depende do referente para especificação de gênero.” No que se refere aos outros pronomes pessoais legítimos, o gênero formal é neutro, pois eu, tu, nós e vós não têm marca de gênero expressa em termos flexionais. Semanticamente, no entanto, há uma dupla possibilidade interpretativa, porque formas pronominais como eu, tu/você, nós/a *gente* podem combinar-se com adjetivos no masculino e/ou no feminino em estruturas predicativas, acionando uma interpretação de gênero. Quando alguém diz

“eu estou velha”, o referente adjetivo velha traz a marca flexional do feminino mesmo que o pronome não apresente gênero formal” (LOPES, 2009, p. 111).

Tradicionalmente a desinência flexional, característica dos verbos em português do Brasil, são marcas verbais que podem indicar tempo e modo, além de apontar a pessoa do discurso a qual o verbo se refere, concentrando noção de número. Segundo Câmara Jr. (1970), são seis as pessoas do discurso: o falante (primeira pessoa singular), o falante e mais alguém (primeira pessoa plural), um ouvinte (segunda pessoa singular), mais de um ouvinte (segunda pessoa plural), “um ser” ou “mais de um ser” distintos do falante e do ouvinte (terceira pessoa singular e terceira pessoa plural respectivamente). Dentro dessa perspectiva, que postula Benveniste (1988) entre outros autores, consideram-se três referências, a partir da relação falante-ouvinte, a saber: a pessoa que fala ou emissor e a pessoa que ouve ou receptor. A terceira pessoa, dessa forma, seria considerada como a “não pessoa”, uma vez que se encontra fora dessa relação falante-ouvinte (BENVENISTE, 1988). A forma a gente estabelece, em geral, concordância formal com verbos na terceira pessoa do singular (a gente fala), mas se refere, como variante de nós, ao “falante + alguém”. Como explicar essa aparente incompatibilidade entre os traços formais e semânticos na concordância verbal com a gente? Adotando a proposta discutida em Lopes (2009), a especificação semântica de pessoa pode ser estipulada através da atribuição de valores positivo ou negativo ao atributo [EU]. Seguindo tal orientação, no caso de inclusão do falante, como ocorre nos pronomes de 1ª pessoa (eu, nós, a gente), o valor indicado seria positivo [+EU]. Por outro lado, no caso de referência ao ouvinte, como ocorre nas formas de referência a 2ª pessoa (tu, você, vós, vocês), o valor seria negativo [-EU]. Por fim, as formas de 3ª pessoa, uma vez que se encontram fora do eixo falante-ouvinte, caracterizar-se-iam pelo traço neutro [eu]. Ainda de acordo com essa proposta, a concordância verbal também pode ser entendida como correlacionada à atribuição de valores positivo ou negativo ao atributo [eu], representando a especificação formal de pessoa. Assim, no caso de concordância verbal com verbos referentes a primeira pessoa (verbos em primeira pessoa singular e primeira pessoa plural respectivamente), o valor indicado é positivo [+eu], uma vez que tais formas indicam a inclusão do falante, como pode ser observado nos exemplos: *falo, falei, falamos, falaríamos*.

Diferentemente, na combinação com formas verbais de segunda pessoa (segunda pessoa singular e segunda plural respectivamente), o va-

lor é negativo [-eu], pois indicam a exclusão do falante e inclusão do ouvinte: *falas, falaste, falais, falaríeis*. As formas de terceira pessoa (verbos em terceira pessoa do singular e terceira pessoa do plural respectivamente), por sua vez, são caracterizadas pelo traço neutro [eu], como nos exemplos *canta, fala, cantam, falam*.

Sintetizando a proposta de Lopes (1999), temos:

Quadros representativo dos pronomes pessoais autênticos com referências aos traços semânticos (TS) e traços formais (TF).

Q1

Formas Pronominais	Referencia à 1ª pessoa			
	EU		NÓS	
Traços	TS	TF	TS	TF
Formais	+EU	+eu	+EU	+eu
Exemplos	Eu fico alegre.		Nós ficamos alegres.	
	Eu estive no Rio.		Nós estivemos no Rio	

– Os pronomes de 1ª pessoa (eu e nós) designam a inclusão do falante.

Q2

Formas Pronominais	Referencia à 2ª pessoa			
	TU		VÓS	
Traços	TS	TF	TS	TF
Formais	-EU	-eu	-EU	-eu
Exemplos	Tu ficas alegre.		Vós ficais alegres.	
	Tu estiveste no Rio		Vós estivestes no Rio.	

– Os pronomes de 2ª pessoa (tu e vós) designam a exclusão do falante e inclusão do ouvinte.

Nos termos de Lopes (2009), o termo *a gente*, uma *vês* tendo herdado traços indeterminado do nominal *gente*, integra o quadro pronominal do português Brasileiro, concorrendo com o pronome *nós*. Segundo essa autora, o termo *a gente* resultou do processo: *gente* [nome genérico] *a gente* [pronome indefinido] *a gente* [substituto virtual do pronome pessoal *nós*]. Este, a seu turno, nos permite uma leitura com alto grau de determinação (eu + você) ou (eu + ele) até a indeterminação e generalidade (eu + todo mundo) ou (eu + qualquer um). Mesmo observando que as gramáticas não dão ao termo *a gente*, destaque em seus textos, algumas consideram e classificam-no, mesmo que de forma distinta, a saber:

“Em Cunha & Cintra (2001, p. 296), por exemplo, a gente é considerado como fórmula de representação da 1ª pessoa, uma vez que pode substituir tanto nós (1) quanto eu (2)”. (VIANNA, 2003)

1. Houve um momento entre nós / Em que a gente não falou. (Fernando Pessoa)
2. Você não calcula o que é a gente ser perseguida pelos homens. Todos me olham como se quisessem devorar-me. (Ciro dos Anjos)

Outros gramáticos não atam comentários expressivos sobre a variante em questão. Restringem-se a comentário muito próprio de caráter exclusivamente normativo como observado em Bechara (1999, p. 97) que faz referência ao termo como um grupo de pessoas em que se inclui o falante ou a este sozinho, admite como Ribeiro (1992, p. 97), o caráter pronominal da expressão, considerando seu uso fora da linguagem “cerimoniosa”. Em Rocha Lima, por sua vez, nenhuma alusão faz ao uso do termo em sua gramática. O que de certo há, é que tal fenômeno, variação entre *nós* e *a gente*, indica uma mudança em curso conforme Omena (1986/2003) e possivelmente tais mudanças ainda que se processem; outros fatores ainda contribuirão nesse processo, em que, ainda que seja possível vislumbrar tais mudanças, seu curso ainda assim será diferenciado por características intrínsecas aos falantes conforme Lopes (1993) observa o uso da variante entre falantes cultos. Em estudos de (CALLOU & LOPES, 2003), no que se refere a informantes cultos e não cultos, temos a seguinte consideração:

Aparentemente, a substituição de nós por a gente se está efetivando progressivamente, seja entre os falantes cultos, seja entre os não cultos. Na amostra NURC relativa aos anos 70, o uso da forma mais antiga nós suplantava a forma inovadora, mas a nova amostra referente à década de 90, com informantes diferentes, sugere, ao contrário, um uso mais frequente da forma inovadora, indicando uma aceleração rápida na implantação da substituição de nós por a gente na comunidade. Nos resultados de Omena (2003) – anos 80 e 2000 –, no entanto, a comunidade não mudou, pois as proporções no uso das variantes continuam praticamente as mesmas. (...) observa-se que a comunidade apresenta-se instável, se levarmos em conta os falantes cultos, mas quanto aos não cultos, nota-se uma certa estabilidade no comportamento da comunidade de uma década para outra

O falante figura nesse contexto como principal articulador, e muitos são os fatores a serem observados quanto ao que determina as escolhas desse falante ouvinte no uso da variante *a gente* em detrimento do pronome *nós*. Sendo assim, apresentamos alguns dados de estratégias de concordância entre *nós* e *a gente* com relação à pessoa gramatical nos termos de Lopes e Vianna (2003) em que se observou do total de 93 dados, (10%) refere-se à concordância de “*a gente*” com estruturas verbais

em primeira pessoa do plural (P4) e (3%) na terceira pessoa do plural (P6). Constatou-se também, que a forma nós, há predomínio de concordância com a primeira pessoa do plural (P4) (94%), verifica-se combinar com estruturas verbais em terceira pessoa do singular (P3) (-6%).

Q3

CONCORDÂNCIA VERBAL X PRONOME	P3	P4	P6
NÓS	6 - 109	103 - 109	-
	6%	94%	-
A GENTE	81 - 93	9 - 93	3 - 93
	87%	10%	3%

Quadro das estratégias de concordância das estruturas verbais com nós e a gente.

Conclui-se da observação preliminar, que a concordância formal de “a gente” com formas verbais em (P4), insere necessariamente o falante + alguém conforme Benveniste (1988) o traço semântico do *Eu* ampliado [+ EU].

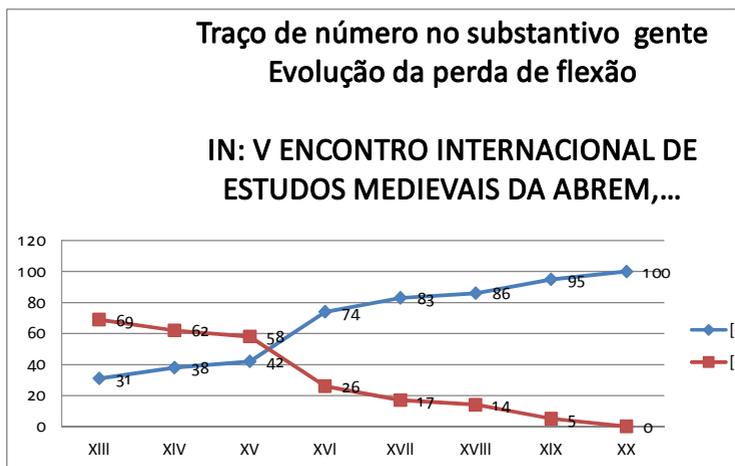
Dentre os falantes de menor grau de escolaridade, a concordância da forma nós com estruturas verbais em (P3), são motivadas por construções escolhidas pelo falante: posposição do sujeito; pausa entre pronome sujeito e o verbo; presença de qualificadores como possíveis responsáveis pela não concordância.

Como fenômeno linguístico, a forma *a gente* se insere no contexto linguístico contribuindo como elemento inovador e modificador para surgimento de novas formas linguísticas de realização da língua. Assim, o inserto “a gente”, no quadro pronominal do português brasileiro é uma forma invasora advinda do nominal gente, assumindo determinadas propriedades, valores e funções, em que, como forma pronominalizada, passa a fazer parte de outra classe e ou categoria.

A especificidade que distingue esta forma dos demais pronomes, conseqüentemente causam algumas assimetrias no atual quadro dos pronomes do português do Brasil, merecendo atenção e estudos diferenciados quanto sua inserção e uso nos vários contextos linguísticos. Sendo assim, o uso da forma invasora se realiza na língua na medida em que o falante ouvinte a realiza segundo seus propósitos e necessidades comunicativas. O que de certo há, é que tal fenômeno, variação entre *nós* e *a gente*, indica uma mudança em curso. Conforme Omena (1986/2003) tais

mudanças são, mesmo que se processem, outros fatores irão corroborar nesse processo em que, sendo possível vislumbra-las, seu curso será diferenciado por características intrínsecas aos falantes conforme Lopes (1993) observa o uso da variante entre falantes cultos. Em estudos de (CALLOU & LOPES, 2003), no que se refere a informantes cultos e não cultos. Sendo assim, a forma *a gente* herda o traço semântico do nominal *gente*, por outro lado, o pronominal *a gente* indica o falante + alguém. A produtividade de concordância no singular, motivada pela persistência semântica (valor de coletividade e indeterminado) – herança do nome *gente*. É possível observar a não correlação entre traços semânticos e formais de número, diferentemente do que ocorre entre os pronomes pessoais autênticos. Ainda que o “*a gente*” pronominal possua um traço semântico [+PL], pois designa o “falante + alguém”, mantém um traço formal [-pl] visto que tende a se combinar mais comumente com estruturas no singular.

Q4



Observa-se nesse contexto que houve gradual perda dos traços de número a partir do século XIII até a perda total, dessa realização, que culmina no século XX. Também se verifica perda acentuada, entre os séculos XV e XVI, com observação para as mudanças sociais e políticas processadas nessa época.

Estratégia de concordância – *nós /a gente* – pessoa gramatical - Projeto CENSO/PEUL (Censo da Variação Linguística no Estado do Rio

Suplemento da Revista Philologus, Ano 17, Nº 49, 2011

de Janeiro e Programa de Estudo do Uso da Língua) INFORMANTES (93) Sexo (homem/mulher); Idade (15-25; 26-49; +50 anos), Escolaridade (fundamental/médio) (LOPES, 2003)

Nós + 3ª pessoa singular

"... *nós* dois deve tá enganado." (dado 136, M3, 1o grau)

Nós + 1ª pessoa do plural

"... *nós* somos brasileiros." (dado 41, H4, 1o grau)

A gente + 3ª pessoa do singular

"...*a gente* é obrigada a fazer recuperação" (dado 193, M2, 2º grau)

A gente + 1ª pessoa do plural

"*A gente* nunca fomos assaltada, não." (dado 89, M2, 1o grau)

A gente + 3ª pessoa do plural

"...*a gente* tão se sentindo sufocados, né?" (dado 50, H4, 2o grau)

Quadros representativo dos pronomes pessoais autênticos com referências aos traços semânticos (TS) e traços formais (TF). (in Lopes, 2003)

Q5

Formas Pronominais	Referencia à 1ª pessoa			
	EU		NÓS	
Traços Formais	TS	TF	TS	TF
	+EU	+eu	+EU	+eu
Exemplos	Eu fico alegre.		Nós ficamos alegres.	
	Eu estive no Rio.		Nós estivemos no Rio.	

Os pronomes de 1ª pessoa (eu e nós) designam a inclusão do falante

Formas Pronominais	Referencia à 2ª pessoa			
	TU		VÓS	
Traços Formais	TS	TF	TS	TF
	-EU	-eu	-EU	-eu
Exemplos	Tu ficas alegre.		Vós ficais alegres.	
	Tu estiveste no Rio		Vós estivestes no Rio.	

Os pronomes de 2ª pessoa (tu e vós) designam a exclusão do falante e inclusão do ouvinte

Em síntese, a forma pronominalizada a gente não perdeu todas as propriedades do nominal gente, também não assumiu todas as propriedades dos pronomes. Embora possamos observar diversas estratégias de concordância quanto ao traço de pessoa, algumas serão mais produtivas. Com relação à concordância de gênero e número, esta, estará diretamente relacionada à referencialidade de gênero. Os recursos articulados pelo falante ouvinte expressam ocasiões adequadas para realização da concordância verbal no uso da forma a gente. Dessa forma, será lícito ao aluno, compreendendo as estratégias possíveis da língua, assimilar com clareza a construção de sentido integral do texto, bem como, acessar aos padrões de concordância, em que o emprego (condição de uso) e colocação (posição sintática) dos pronomes, contribuem sobremaneira à estrutura oracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? V ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA ABREM, 2003, SALVADOR. *Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Salvador, 2003.

_____. Gramaticalização: definição, princípios e análise de casos. In: _____. *Ensino de gramática: descrição e uso*, p. 103 a 119. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Gramaticalizacao_ufrj.pdf

MAIA, Francisca Paula Soares. “A gente vê por aqui”: fronteiras da contemporaneidade na gramaticalização de uma forma pronominal. Disponível em:

<http://www.portais.unincor.br/revistamentamento/arquivos/mementoII/Fran-cisca-Paula-Soares-Maia.doc>

PERINI, Mário A.; LIBERATO, Yara G.; SARAIVA, Maria Elizabeth F. & FULGÊNCIO, Lúcia. *Sobre a classificação das palavras* (Universidade Federal de Minas Gerais)

VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas. *A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2006. Disponível em:

<http://www.letas.ufrj.br/posverna/mestrado/ViannaJBS.pdf>

_____; LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós e a gente* na sincronia: correlação entre os traços formais e os semântico-discursivos. In: *Anais do 5º Encontro do Celsul*, Curitiba-PR, 2003 (671-676). Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/05/pdf/093.pdf>

VIEIRA, Silvia R. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009.